

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano XXVIII — N.º 112 — out./dez. 1967

FUNDAÇÃO IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial da Fundação IBGE — Instituto Brasileiro de Estatística e
Sociedade Brasileira de Estatística

DIRETOR responsável: RAUL ROMERO DE OLIVEIRA

Secretário: MÁRIO RITTER NUNES

Redação: Av. Franklin Roosevelt, 166 — ZC-39 — Rio de Janeiro, GB — Brasil — Tel.: 52-3605

Preço: assinatura anual: NCr\$ 2,80
número avulso: NCr\$ 1,00

Vendas: Av. Franklin Roosevelt, 146-A — Loja B — Tel.: 42-7142

S U M Á R I O

| | <i>Pág.</i> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| THADEU KELLER FILHO | |
| SÓBRE OS LIMITES DE TOLERÂNCIA NÃO PARAMÉTRICOS | 257 |
| POLÍTICAS DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LA- TINA | 262 |
| <i>REPORTAGEM</i> | |
| Fundação IBGE presente às Reuniões Interamericanas de Esta- tística | 279 |
| <i>VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA</i> | |
| Moacir Malheiros Fernandes da Silva | 286 |
| <i>ATRAVÉS DA IMPRENSA</i> | |
| IBGE procura melhorar — Estatísticas | 288 |
| <i>INFORMAÇÕES GERAIS</i> | |
| Balanço demográfico da França para 1967 — Livros: importação ... | 290 |
| <i>BIBLIOGRAFIA</i> | |
| Bibliografia de Moacir Malheiros Fernandes da Silva — Bibliografia de Artur Hell Neiva — Anuário Estatístico do Brasil — 1967 — Publicações editadas pelo IBE em 1967 | 292 |
| <i>LEGISLAÇÃO</i> | |
| Resoluções do Conselho Diretor | 312 |
| <i>RESENHA</i> | |
| Fundação IBGE: Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas — 1.ª Feira Industrial do Cariri — Bolsas-de-estudo — Novas instalações da Inspeção Regional de Estatística do Ceará | 358 |
| <i>NECROLÓGIO</i> | |
| Artur Hell Neiva | 363 |

| | | | | | |
|-----------------|----------------|-------|---------|------------|----------------|
| R. Bras. Estat. | Rio de Janeiro | v. 28 | n.º 112 | p. 257-364 | out./dez. 1967 |
|-----------------|----------------|-------|---------|------------|----------------|

THADEU KELLER FILHO

Professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

SÔBRE OS LIMITES DE TOLERÂNCIA NÃO PARAMÉTRICOS

1 — INTRODUÇÃO

Considere-se uma variável aleatória real, ξ , do tipo contínuo, com função de distribuição $F\xi(x)$ e função de frequência $f\xi(x)$

Sejam

$$(1) \quad X_{(1)}, X_{(2)}, \dots, X_{(n)}$$

as estatísticas de ordem, de uma amostra aleatória simples, de tamanho n , do universo ξ

Sejam, ainda,

$$(2) \quad L_i(X_{(1)}, X_{(2)}, \dots, X_{(n)}) \quad i = 1, 2$$

funções reais das estatísticas de ordem

Então,

$$(3) \quad U(L_1, L_2) = \int_{L_1}^{L_2} dF\xi(x) = F\xi(L_2) - F\xi(L_1)$$

é uma variável aleatória, cujas determinações são as probabilidades de que ξ pertença ao intervalo $(L_1, L_2]$, onde L_1 e L_2 são determinações das funções L_1 e L_2 , respectivamente

Nessas condições, os extremos L_1 e L_2 do intervalo aleatório $(L_1, L_2]$ são denominados "limites de tolerância do universo ξ ". Se a variável aleatória $U(L_1, L_2)$ for independente de ξ , os limites de tolerância, L_1 e L_2 são denominados "não paramétricos"

Ponha-se

$$(4) \quad L_1 = X_{(k)} \quad \text{e} \quad L_2 = X_{(k+m)}, \quad k, k+m \in (1, 2, \dots, n)$$

Nesse caso, L_1 e L_2 são limites de tolerância, não paramétricos, conforme foi demonstrado por WILKS [1]

Os resultados obtidos por WILKS permitem a resolução de dois problemas

a) Determinar o tamanho da amostra, para que seja α , no mínimo, a probabilidade de que os limites de tolerância compreendam, pelo menos 100 β % do universo, por outras palavras: fixados α e β , determinar n de tal modo que seja

$$(5) \quad Pr \{F\xi[X_{(k+m)}] - F\xi[X_{(k)}] \geq \beta\} \geq \alpha$$

b) Fixados n e α , determinar β de tal modo que se verifique a desigualdade (5).

Nos dois casos mencionados, L_1 e L_2 se denominam "limites de tolerância, não paramétricos, de 100β%, ao nível de significância α "

O objetivo do presente trabalho é mostrar que a solução dos problemas mencionados pode ser obtida, também, por meio de uma distribuição binomial. Será demonstrada, ainda, a equivalência entre a solução proposta e a obtida por WILKS

Inicialmente, estudaremos a solução clássica, por meio da distribuição da variável aleatória $U = U(X_{(k)}, X_{(k+m)})$.

2 — DISTRIBUIÇÃO DA VARIÁVEL ALEATÓRIA U

Faça-se:

$$(6) \quad X = X_{(k)}; \quad Y = X_{(k+m)}; \quad A = \frac{\Gamma(n+1)}{\Gamma(k)\Gamma(m)\Gamma(n-m-k+1)}$$

e representem-se por x e y , respectivamente, as determinações de X e de Y . A função de frequência conjunta de X e Y é, portanto:

$$(7) \quad f_{XY}(x, y) = A [F_{\xi}(x)]^{k-1} [F_{\xi}(y) - F_{\xi}(x)]^{m-1} [1 - F_{\xi}(y)]^{n-m-k} f_{\xi}(x) f_{\xi}(y)$$

para $x < y$ (Veja-se, por exemplo, WILKS [2])

Considere-se a transformação

$$(8) \quad U = F_{\xi}(Y) - F_{\xi}(X); \quad V = F_{\xi}(X)$$

cujas inversas são:

$$(9) \quad X = F_{\xi}^{-1}(V); \quad Y = F_{\xi}^{-1}(U + V)$$

O módulo do jacobiano da transformação (9) é

$$(10) \quad |J| = \frac{1}{f_{\xi}(X) f_{\xi}(Y)}$$

Portanto, a função de frequência conjunta de U e V tem por expressão:

$$(11) \quad f_{UV}(u, v) = A u^{m-1} v^{k-1} (1 - v - u)^{n-k-m}, \text{ para}$$

$$F_{\xi}^{-1}(v) < F_{\xi}^{-1}(u + v)$$

Mas, tendo em vista que $F_{\xi}(x)$ é uma função monótona, não decrescente, assumindo valores no intervalo $[0, 1]$, a última desigualdade é equivalente à seguinte

$$(12) \quad 0 \leq v < u + v \leq 1$$

Segue-se que a função de frequência marginal $f_U(u)$, da variável aleatória U é, para todo $u \in (0, 1)$:

$$(13) \quad f_U(u) = A \int_0^{1-u} u^{m-1} v^{k-1} (1 - u - v)^{n-k-m} dv$$

Efetuada a mudança de variável $v = t(1-u)$, obtém-se:

$$(14) \quad \begin{aligned} f_U(u) &= A u^{m-1} (1-u)^{n-m} \int_0^1 t^{k-1} (1-t)^{n-k-m} dt = \\ &= A \frac{\Gamma(k)\Gamma(n-k-m+1)}{\Gamma(n-m+1)} u^{m-1} (1-u)^{n-m} \quad 0 < u < 1 \end{aligned}$$

Substituindo A por sua expressão dada em (6), vem:

$$(15) \quad f_U(u) = \frac{\Gamma(n+1)}{\Gamma(m)\Gamma(n-m+1)} u^{m-1} (1-u)^{n-m} \quad 0 < u < 1$$

Observe-se que U tem distribuição beta, de parâmetros m e $n-m+1$, sendo, portanto, independente de ξ

Assim para que, de acordo com (5) seja $Pr\{U \geq \beta\} \geq \alpha$, deve-se ter:

$$(16) \quad \int_{\beta}^1 f_U(u) du = \frac{\Gamma(n+1)}{\Gamma(m)\Gamma(n-m+1)} \int_{\beta}^1 u^{m-1} (1-u)^{n-m} du \geq \alpha$$

Fixando-se α e β , podemos determinar o menor inteiro, n , que satisfaz a desigualdade anterior, ficando resolvido, portanto, o primeiro dos problemas mencionados. Para a resolução do segundo problema, devemos, fixados n e α , determinar o maior valor de β que satisfaz a desigualdade (16)

Nos dois casos, é útil a consulta às tabelas de PEARSON [3], para a função beta incompleta. Podemos, também, utilizar os gráficos construídos por MURPHY [4], para os níveis de significância: $\alpha = 0,90$; $\alpha = 0,95$ e $\alpha = 0,99$

Em particular, pondo-se

$$(17) \quad L_1 = X_{(1)} \quad \text{e} \quad L_2 = X_{(n)}$$

tem-se $m = n - 1$. Então,

$$(18) \quad \begin{aligned} \int_{\beta}^1 f_U(u) du &= \frac{\Gamma(n+1)}{\Gamma(n-1)\Gamma(2)} \int_{\beta}^1 u^{n-2} (1-u) du = \\ &= n(n-1) \left\{ \int_{\beta}^1 u^{n-2} du - \int_{\beta}^1 u^{n-1} du \right\} = n(n-1) \left\{ \frac{1-\beta^{n-1}}{n-1} - \frac{1-\beta^n}{n} \right\} = \\ &= n - n\beta^{n-1} - (n-1) + (n-1)\beta^n = 1 - (n-1)\beta^n - n\beta^{n-1} \end{aligned}$$

3 — SOLUÇÃO BINOMIAL

Considere-se uma amostra aleatória simples, de tamanho n , do universo ξ

$$(19) \quad (X_1, X_2, \dots, X_n)$$

Fixados l_1 e l_2 ($l_1 < l_2$) o número eventual de elementos da amostra que pertencem ao intervalo $(l_1, l_2]$ é uma variável aleatória v_n , com distribuição binomial

$$(20) \quad Pr\{v_n = j\} = \binom{n}{j} \beta^j (1-\beta)^{n-j} \quad j = 0, 1, 2, \dots, n$$

onde

$$\beta = Pr\{l_1 < \beta \leq l_2\}$$

Represente-se por:

$$(21) \quad (x_1, x_2, \dots, x_n)$$

uma determinação da amostra (19), e por

$$(22) \quad (x_{(1)}, x_{(2)}, \dots, x_{(n)})$$

as determinações, correspondentes, das estatísticas de ordem

Ponha-se

$$(23) \quad l_1 = x_{(k)} \quad \text{e} \quad l_2 = x_{(k+m)}$$

Portanto, o número de elementos da determinação da amostra (21), que pertencem ao intervalo $(l_1, l_2]$ é igual a m

Por outro lado, a probabilidade, *a priori*, de que, pelo menos m elementos, da amostra, pertençam àquele intervalo, é:

$$(24) \quad Pr\{v_n \geq m\} = \sum_{j=m}^n \binom{n}{j} \beta^j (1-\beta)^{n-j}$$

Então:

a) Fixados β e um nível de significância, α , podemos determinar o menor tamanho da amostra, n , de tal forma que $Pr\{v_n \geq m\}$ seja, no mínimo, igual a

$$(25) \quad \sum_{i=m}^n \binom{n}{i} \beta^i (1-\beta)^{n-i}$$

b) Fixados n e α , podemos determinar o menor valor de β que satisfaz a desigualdade (25)

Na prática, as determinações anteriores poderão ser feitas mediante consulta às tabelas da distribuição binomial [5].

No segundo caso, se n for grande, torna-se necessário o emprego de uma fórmula aproximada, para a determinação do parâmetro β

4 — APROXIMAÇÃO ASSINTÓTICA

Como v_n é uma variável aleatória binomial, sua média e sua variância são, respectivamente,

$$(26) \quad E\{v_n\} = n\beta \quad \text{e} \quad \sigma^2\{v_n\} = n\beta(1-\beta)$$

Ponha-se:

$$\eta_n = \frac{v_n - n\beta}{\sqrt{n\beta(1-\beta)}}$$

A sucessão $\{\xi_n\}$ é assintoticamente normal $(0,1)$ (Veja-se, por exemplo, CRAMER [6])

Assim, para n suficientemente grande, tem-se, aproximadamente,

$$(27) \quad Pr\{v_n \geq \lambda_\alpha\} = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{\lambda_\alpha}^{\infty} e^{-t^2/2} dt$$

ou seja,

$$(28) \quad Pr\{v_n \geq \lambda_\alpha \sqrt{n\beta(1-\beta)} + n\beta\} = \alpha$$

Então, de acordo com (24), deve-se ter:

$$(29) \quad m = \lambda_\alpha \sqrt{n\beta(1-\beta)} + n\beta$$

seguinte-se:

$$(30) \quad (m - n\beta)^2 = \lambda_\alpha^2 n\beta(1-\beta)$$

de sorte que

$$(31) \quad \beta = \frac{2nm + n + \sqrt{n^2 - 4nm(n+m)}}{2n(n+1)}$$

onde a determinação negativa da raiz quadrada não deve ser considerada, pois conduz a um valor de β inferior ao dado por (31).

5 — EQUIVALÊNCIA DAS DUAS SOLUÇÕES

Fazendo-se:

$$(32) \quad c = \frac{\Gamma(n+1)}{\Gamma(m)\Gamma(n-m+1)},$$

a expressão (16) pode ser escrita:

$$(33) \quad \int_{\beta}^1 J_U(u) du = 1 - c \int_0^{\beta} u^{m-1} (1-u)^{n-m} du$$

Para facilidade da notação, faça-se, daqui por diante,

$$\beta = p \quad \text{e} \quad 1 - \beta = q$$

Efetuando-se a mudança de variável: $u = (1-t)p$, tem-se:

$$\begin{aligned}
 (34) \quad c \int_0^p u^{m-1} (1-u)^{n-m} du &= c \int_0^1 (1-t)^{m-1} (q+pt)^{n-m} p dt = \\
 &= cp^m \int_0^1 (1-t)^{m-1} \sum_{i=0}^{n-m} \binom{n-m}{i} q^i p^{n-m-i} t^{n-m-i} dt = \\
 &= cp^m \sum_{i=0}^{n-m} \binom{n-m}{i} q^i p^{n-m-i} \int_0^1 t^{n-m-i} (1-t)^{m-1} dt = \\
 &= cp^m \sum_{i=0}^{n-m} \binom{n-m}{i} p^{n-m-i} q^i \frac{(n-m-j)! (n-1)!}{(n-j)!} = \\
 &= \frac{n!}{(m-1)! (n-m)!} p^m \sum_{i=0}^{n-m} \frac{(n-m)! (m-1)!}{j! (n-m-j)! (n-j)!} q^i p^{n-m-i} = \\
 &= \sum_{i=0}^{n-m} \binom{n}{j} p^{n-i} q^i
 \end{aligned}$$

Mas, de acordo com (33), tem-se:

$$(35) \quad \int_{\beta}^1 f_U(u) du = 1 - \sum_{i=0}^{n-m} \binom{n}{j} p^{n-i} q^i = \sum_{i=0}^n \binom{n}{j} p^{n-i} q^i$$

e, efetuando a substituição: $v = n-j$, vem.

$$(36) \quad \int_{\beta}^1 f_U(u) du = \sum_{i=0}^n \binom{n}{j} p^v (1-p)^{n-v}$$

que confrontado com (25) nos permite concluir a equivalência proposta

REFERÊNCIAS

- [1] — WILKS, S.S — On the determination of sample sizes for setting tolerance limits — *Ann. math Stat*, 12:91, 1941
- [2] — WILKS, S.S — *Mathematical Statistics* New York, John Wiley & Sons, 1962
- [3] — PEARSON, K — *Tables of incomplete Beta Functions* Cambridge University Press, 1934
- [4] — MURPHY, R.B — Non-parametric tolerance limits *Ann. Math Stat*, 19:581, 1948.
- [5] — *50-100 Binomial tables* New York, John Wiley & Sons
- [6] — CRAMER, H. — *Mathematical Methods of Statistics* Princeton University Press, 1946.

POLÍTICAS DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA

Realizou-se na Venezuela, de 11 a 16 de setembro do ano passado, a Reunião sobre Políticas de População com Relação ao Desenvolvimento na América Latina, sob o patrocínio conjunto da Organização dos Estados Americanos, da Organização Pan-Americana da Saúde, do Conselho de População e do Instituto Aspen para Estudos Humanísticos, com a colaboração do Governo da Venezuela, através de sua Repartição Central de Coordenação e Planejamento. A reunião compareceram autoridades em planejamento, saúde, educação, trabalho, e desenvolvimento urbano e rural dos países membros da OEA, bem como peritos de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais relacionadas com os problemas de população e desenvolvimento na América Latina. A delegação brasileira constituiu-se dos técnicos Manoel Augusto Costa, Coordenador do Setor de Demografia do EPEA, e Río Nogueira, do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

A Revista Brasileira de Estatística divulga, a seguir, a Declaração e as Recomendações aprovadas na Reunião.

População e Desenvolvimento

1. As nações latino-americanas estão empenhadas, individual e coletivamente, num sério esforço destinado a acelerar o desenvolvimento econômico e social e elevar as condições de vida de seus povos. Os programas de desenvolvimento já existentes e as atividades internacionais com eles relacionadas procuram de modo especial melhorar o padrão de vida e a produtividade dos setores de população que até hoje têm sido esquecidos, especialmente nas áreas rurais, e daqueles que, devido às mudanças sociais contemporâneas têm ficado à margem dos benefícios trazidos pelo progresso econômico, tecnológico e cultural.

2. Durante as duas últimas décadas — tanto no nível nacional como no internacional — criou-se uma consciência cada vez maior em relação à complexidade dos fenômenos de desenvolvimento social na América Latina. As atividades do setor público unidas às do trabalhista, empresarial, e de outros grupos do setor privado, assistidas pela cooperação internacional, permitiram o empreendimento e a execução de programas de ação relacionados com agricultura, indústria, transporte, educação, saúde e assistência social, moradia, condições urbanas e quase todas as fases da atividade produtiva e da vida social.

3. Em vários setores, o planejamento, que se torna cada vez mais minucioso e já resulta na consecução parcial das metas estabelecidas, também está sendo coordenado em nível nacional, à ponto de terem muitos países adotado planos de desenvolvimento econômico e social que constituem uma estrutura para a ação pública e privada e a cooperação exterior em todos os níveis. Esses planos nacionais, por sua vez, ocasionaram uma definição, cada vez mais específica, de políticas econômicas e sociais sobre assuntos internos e de políticas relativas ao comércio exterior e à cooperação financeira internacional, necessárias à execução dos planos. Esse esforço dos países membros a fim de planejar seus

objetivos de desenvolvimento, tem sido um vantajoso processo, que deveria ser um meio dinâmico de continuar as avaliações. Desde que a Aliança para o Progresso foi adotada como política interamericana, em 1961, deu-se um grande impulso a vários empreendimentos nacionais. Mais recentemente, em 1967, os presidentes dos países membros da Organização dos Estados Americanos anunciaram sua intenção de reforçar os programas anteriores e comprometeram-se a acelerar o processo da integração econômica latino-americana como um elemento essencial de desenvolvimento e, para isso, convocar a assistência da ciência e da tecnologia moderna. No espírito dos povos americanos, o desenvolvimento econômico e social tornou-se um propósito central, indispensável ao seu completo desenvolvimento.

4 O aperfeiçoamento do homem — sua vida cultural, o seu bem-estar e o de sua família, e a sua capacidade para participar do processo produtivo — é um elemento essencial desses objetivos e dessas políticas. A população latino-americana considerada como um grupo de recursos humanos integrados em instituições, influenciada por condições ecológicas e constantemente transformada pelos desenvolvimentos da ciência e da tecnologia e também das idéias, é freqüentemente o objeto das atividades de caráter governamental e privado. Qualquer medida isolada que se tome — por exemplo, em agricultura, assistência social, proteção contra as doenças, educação, desenvolvimento urbano, nos campos monetário e fiscal ou relativa ao comércio externo — repercute na família e no conjunto de valores que regem as atividades dos indivíduos em relação ao desenvolvimento econômico.

5 Entretanto, na formulação de planos e programas de desenvolvimento, freqüentemente se deixa de ponderar seus efeitos sobre as características quantitativas dos recursos humanos. O homem, como fator de produção e como seu beneficiário, não tem sido devidamente preparado — sob o ponto de vista de educação, saúde, ou participação na vida nacional — para assumir integralmente o papel que lhe foi destinado pelos planos de desenvolvimento, e que os objetivos sociais estabeleceram como sendo direito seu.

6. Tem progredido bastante a elaboração de políticas de recursos humanos, expressada através de programas para a expansão e o aperfeiçoamento dos sistemas educacionais, a formação de trabalhadores e técnicos, o preparo de pessoal técnico e administrativo de nível superior, e medidas de previdência social e bem-estar da família, mas ainda não se reconheceu a necessidade de um conjunto de políticas e programas que tenham — segundo as necessidades e os futuros planos de cada país — um efeito coerente sobre as variáveis básicas que determinam, a longo prazo, o número e a qualidade dos recursos humanos. Essas variáveis são fertilidade, mortalidade e mobilidade. Existem, além dos fatores biológicos e ecológicos, os de mudança institucional, de transformações na estrutura social, e de desenvolvimento econômico que condicionam essas variáveis e permitem que a população cresça numa determinada proporção, tenha uma certa distribuição por idade, ou acompanhe uma determinada distribuição geográfica dentro do território nacional. Nenhuma população tem características estabelecidas; antes se desenvolve através da ação — direta ou indireta, a curto ou longo prazo — dos fatores que se projetam sobre essas variáveis. A mudança demográfica ocorre freqüentemente e, forçosamente, afeta e é afetada por qualquer plano ou política de desenvolvimento social e econômico.

7.

7. As considerações anteriores evidenciam que, nas condições atuais e prováveis e considerando os dados verificados pelos censos, segundo estatísticas atuais e o número crescente de estudos técnicos realizados nos últimos anos, e levando também em conta as projeções demográficas feitas por instituições competentes e por técnicos altamente especializados, será cada vez mais importante — e às vezes urgente — que os países da América Latina definam os termos de uma política de população compatível com suas aspirações sociais e culturais.

8 Esta Reunião constitui a primeira ocasião em que se toma conhecimento de uma variedade de elementos e contribuições que permitem examinar e inter-relacionar os múltiplos aspectos de uma política de população. A base de trabalhos preliminares das organizações patrocinadoras e de várias organizações nacionais ou internacionais que se interessaram pelos temas da Reunião, com o auxílio do seminário de peritos realizado na sede da OEA em fevereiro deste ano, já é possível apresentar em forma preliminar algumas propostas gerais que poderão guiar a comunidade latino-americana e permitir que em

cada país seja estudada a situação demográfica, analisadas as conseqüências dos vários fenômenos sociais e da atividade pública e privada encarregada de resolvê-los, e adotadas — consciente e racionalmente — as novas medidas e os programas globais que, em cada caso, se considerem adequados.

9. A Reunião acentuou que certos fatores externos adversos ao desenvolvimento latino-americano terão que ser modificados. Os países têm sofrido devido à falta de oportunidades suficientes para melhorar suas relações econômicas com as nações industrializadas, e devido também à instabilidade dos preços de exportação dos seus produtos básicos, os quais estão sujeitos a fatores de depressão fora de seu controle. A menos que melhorem as perspectivas de cooperação econômica internacional, especialmente no que se refere ao comércio de produtos básicos — dos quais a economia latino-americana depende seriamente — os programas de desenvolvimento não poderão ser integralmente bem sucedidos

10. A Reunião também permitiu que sejam avaliadas e examinadas as atividades atuais e as possibilidades de cooperação das organizações internacionais, tanto as oficiais como as privadas, capazes de colaborar com os países latino-americanos nos trabalhos de formulação e execução de suas políticas de população. Além das contribuições do pensamento científico atual e dos muitos exemplos que ocorrem no âmbito das políticas nacionais relacionados à população, a Reunião considerou as insistentes declarações e resoluções adotadas nos mais altos níveis pelas Nações Unidas e seus organismos especializados, as instituições do sistema interamericano e as conferências científicas internacionais sobre vários aspectos dos problemas demográficos

Definição de Política de População

11. Baseando-se nesses antecedentes, a Reunião considera necessário acentuar que uma política de população não deveria ser adotada de maneira isolada ou unilateral, mas sim como parte do fenômeno total de desenvolvimento

12. Mais especificamente, “política de população” deveria significar um conjunto harmônico de decisões, proporcionando uma estratégia racional, adotado pelo setor público em conformidade com as necessidades e aspirações da comunidade, para desenvolver, conservar e utilizar os recursos humanos, exercendo influência sobre o volume e o crescimento da população, sua distribuição por idade, a formação e composição das famílias, a distribuição regional ou urbano-rural dos habitantes e sua incorporação à força de trabalho e a educação a fim de facilitar a realização dos propósitos de expansão econômica e possibilitar a participação de todos nas responsabilidades e benefícios do progresso.

13. Na elaboração de uma política de população devem ser considerados os vários fatores e relações recíprocas que, em formas diversas e mutáveis, afetam o papel que a população desempenha no desenvolvimento, especialmente no que concerne à educação, moradia, saúde e emprego. Mas é preciso compreender que essa política não pode substituir o conjunto de atividades urgentes, exigidas pela aceleração do desenvolvimento econômico e social, e sua formulação poderia ajudar os planos e programas do governo a efetuar uma redistribuição de renda, eliminar tendências que provocam uma distribuição regressiva da renda, impedem o desenvolvimento rural e acarretam um crescimento urbano desequilibrado

14. Enquanto os planos e os programas de desenvolvimento econômico e social atualmente em execução — com os quais estão comprometidos os países latino-americanos — não alcançarem inteiramente seus objetivos e em conseqüência disso persistam as condições de baixa produtividade, distribuição inadequada de renda, distribuição defeituosa de atividade regional, morosidade no desenvolvimento de educação e saúde, desvantagens no comércio internacional, dificuldade em efetuar as alterações agrárias e institucionais previstas pela Carta de Punta del Este e a recente Declaração dos Presidentes das Américas, será necessariamente mais importante que o governo dê preferência às necessidades dos desprivilegiados. Para o preparo de uma política de população em cada país serão necessários estudos mais completos, que esclarecerão as complexas relações esboçadas nos parágrafos anteriores

15. Entretanto, de há muito existem problemas específicos, relacionados com a saúde do indivíduo e da família, o bem-estar material e espiritual da família, a capacidade cultural da população ativa, a educação das novas gerações e a participação eficaz das pessoas nos processos produtivos que exigem programas e providências públicas e privadas que venham aliviar essas condições. Sem dúvida êsses programas, cuja atividade e cujo alcance variam de um país para outro, estão atendendo problemas que, freqüentemente, necessitam solução urgente; êstes incluem, entre outras coisas, uma ação que regule a variável fundamental do crescimento demográfico, que é a fertilidade, através da pesquisa médica, a difusão de informação referente a diversos aspectos da saúde da mulher e sua função reprodutora e o planejamento da família.

16. Entretanto, seria conveniente que êsses programas específicos fôsem avaliados cada vez mais, em função dos objetivos gerais, e devidamente coordenados para se integrarem nos programas de desenvolvimento

População e Políticas Setoriais

17. A política de população, além de ser de grande interesse sob o ponto de vista global do futuro desenvolvimento dos países latino-americanos, deve também ser relacionada, em cada país, como os objetivos dos vários setores de atividade econômica e social. A Reunião analisou a política de população principalmente em relação à educação, força de trabalho, saúde, produção de alimentos e condições da vida rural, e desenvolvimento urbano. Em cada um desses setores investigou-se a maneira pela qual as variáveis demográficas afetam os resultados objetivados pelos planos econômicos e sociais e como êsses fatores de melhoramento social e de produção, por sua vez, afetam as variáveis demográficas. Tem-se plena consciência de que, por um lado, os países latino-americanos estão enfrentando uma situação de sério atraso histórica, e que, por outro lado, a fase atual de aceleração com a qual estão comprometidos coincide com o evento de uma população que já atingiu proporções consideráveis na maioria dos países e que, além disso, oferece uma taxa de crescimento sem precedentes, cujas características não são hoje iguais em nenhuma outra área de desenvolvimento. Ainda que não se possa afirmar que a falta de êxito de muitos dos planos e programas de desenvolvimento social e econômico na América Latina é devido à magnitude e às características das tendências demográficas, não resta dúvida que uma grande parte dos esforços de cada país, a fim de elevar seus níveis de produtividade e emprego e melhorar as condições sociais, é destruída ao tornar-se extensiva a uma população crescente que exige os serviços aos quais tem direito, sem que a população já existente receba, na proporção necessária, os benefícios da ação pública e privada. É evidente que, seja qual for a taxa de crescimento de população, os países latino-americanos têm a obrigação de aumentar seus investimentos em educação, saúde e bem-estar, melhorar sua eficiência e também desenvolver sua capacidade produtiva global. Além disso, nenhum governo poderia admitir que uma taxa inferior de crescimento de população o autorizaria a diminuir seus esforços no sentido de efetuar mudanças econômicas e sociais no país. Será freqüentemente necessário contrastar a realidade e as tendências atuais com os objetivos de longo alcance e determinar os efeitos do fenômeno demográfico na consecução desses objetivos

A. Educação

18. A incorporação das novas gerações ao sistema educativo e o aperfeiçoamento do ensino transmitido dependem de vários fatores cujas complexas relações afetam o campo das políticas de população conforme definição prévia. Uma vez que a magnitude dos esforços freqüentemente se dilui ao atender, ano após ano, o grupo crescente dos que buscam educar-se, é óbvio que uma solução básica deve acarretar a mudança qualitativa do sistema educativo existente na América Latina. O crescimento do corpo discente contribuiu para provocar a crise da tradicional educação de elite, mas freqüentemente as instituições de ensino não têm reagido de forma rápida e adequada criando novas alternativas. A necessidade de intensificar a eficiência das escolas para que elas se tornem — em vez do ônus atual — um instrumento da promoção do homem e um fator do seu progresso é um problema que exige decisões no campo da política de população. Por um lado é preciso considerar as relações entre o ensino escolar e a unidade familiar e as prioridades educacionais regionais e rural-urbanas, e por outro lado a necessidade de formar a força de trabalho e criar um núcleo de cidadãos.

19 Devido às rápidas taxas de crescimento de população é aconselhável distinguir dois campos de ação paralela. Em primeiro lugar, o desenvolvimento de uma eficiente educação geral, implicando valores de mudança e renovação, e de conteúdo mais de acôrdo com as variáveis e as exigências do progresso, além disso, o desenvolvimento de pessoal eficaz tecnológico e científico de nível médio e superior, que ajudará a reduzir o crescente desequilíbrio provocado pelos enormes investimentos que as nações industriais vêm reservando, cada vez mais, a essas atividades

20 Mas tomar a iniciativa nesses dois níveis de educação significa, além da decisão de aplicar o ensino geral a grande número de pessoas, a definição do seu conteúdo. Através da concessão de prioridades entre as diversas formas de formação técnica e educação geral, muitas conjuntivas e alternativas se apresentam em toda a extensão do processo de desenvolvimento, de forma a tornar necessários os recondicionamentos rápidos e flexíveis.

21 A estrutura de instituições educacionais deveria adaptar-se aos tipos de educação atualmente exigidos pelo desenvolvimento econômico, social e, particularmente, industrial e agrícola

22 A expansão do sistema educacional também está relacionada com as tendências demográficas pelo fato de permitir, a curto prazo, que se adie a entrada dos jovens na força de trabalho e que se eleve o nível de treinamento de grupos de qualquer idade no momento em que estes comecem a participar na atividade econômica. Entretanto, as elevadas taxas de incremento atuais na maioria dos países da América Latina e a conseqüente — e crescente — proporção da população de idade escolar estão provocando uma pressão sobre o sistema educacional que será difícil de resolver se fôr necessário atender, simultaneamente, considerações quantitativas e qualitativas da educação. A conseqüência óbvia é que, além da mudança nos sistemas educacionais formais, existe a necessidade de suplementá-los com programas de treinamento de operários e alfabetização de adultos — o que possibilitará a elevação do nível técnico e cultural de grande quantidade de pessoas que não puderam ingressar no sistema escolar comum ou que tiveram que deixá-lo antes de terminado

23 Geralmente, a taxa acelerada de crescimento de população e a taxa ainda mais rápida de migração rural-urbana intensificam a necessidade de industrialização e de expansão de serviços urbanos para absorver a força de trabalho. Isso confere ao sistema educacional outra grande responsabilidade — a de preparar a pessoa para viver numa comunidade moderna, fomentar a iniciativa, o propósito criador e a habilidade para adaptar-se às condições mutáveis de uma sociedade em transformação

24 Os sistemas tradicionais de educação, em todos os níveis, são rígidos e, freqüentemente, mal adaptados às exigências do mundo real. Apesar da ocorrência de interessantes experiências no emprêgo de meios de comunicação às massas — inclusive a revolucionária indústria de televisão para finalidades de ensino e informação — pouco se tem feito para explorar o potencial desse meio de comunicação com propósito do desenvolvimento global do país e da comunidade. O advento da comunicação por satélite desafia todos os países a desenvolver o enorme potencial desse meio de comunicação no interesse do desenvolvimento dos recursos humanos a fim de expandir os recursos criadores e produtivos do indivíduo. Fundamentalmente, tanto o desenvolvimento humano como o material dependem do acesso aos conhecimentos e técnicas contemporâneos, o que é talvez uma das maiores forças nos processos atuais de desenvolvimento. Entretanto, os governos nacionais e as companhias radiodifusoras deveriam usar de muito cuidado ao adaptar o material desses programas às exigências culturais, educacionais e sociais de cada país

B *Fôrça de trabalho*

25 A elevada taxa de crescimento vegetativo da população e a estrutura que dela resulta originam uma situação demográfica especial na força de trabalho. Em primeiro lugar, a proporção da força de trabalho na população total é menor que nas áreas de baixa natalidade, em segundo lugar, a proporção de jovens é alta. A distribuição por sexo da força de trabalho varia conforme a distribuição geográfica da população e as atividades econômicas nas quais se criam rapidamente novos empregos

26. A freqüente disparidade entre a população na idade de ingressar na força de trabalho e as oportunidades de emprego criadas pela economia, manifesta-se na América Latina através das elevadas taxas de desemprego e subemprego. O fenômeno é estrutural, uma vez que a economia não se pode ajustar precisamente à composição e ao nível técnico da força de trabalho. A tecnologia atual é caracterizada pelo uso intensivo do capital; isto é, absorve-se menos mão-de-obra por uma determinada unidade de capital invertido. Não sendo possível, às vezes, determinar exatamente os elementos físicos, materiais e institucionais incluídos no processo de produção, deveria levar-se em consideração, pelo menos em alguns setores, a conveniência de usar técnicas que exijam o emprego do fator humano em maior escala.

27. É particularmente importante a crescente procura de emprego por parte da mulher. Suas possibilidades de emprego baseiam-se na disponibilidade do trabalho, na sua própria formação, e na idade que tem na ocasião em que se pode afastar — ainda que apenas parcialmente — das suas responsabilidades de família.

28. Enquanto a indústria e os serviços urbanos não conseguem absorver o incremento da força de trabalho ocasionado pelo crescimento demográfico e pela migração rural-urbana, o crescente número de jovens sem aptidões técnicas ou formação cultural adequada tende a reduzir os salários dos empregos não qualificados, agravando o desemprego e o subemprego nas grandes áreas marginais urbanas e tornando ainda piores as condições de habitação e bem-estar da família.

29. Assim sendo, uma política de força de trabalho e emprego que seja parte integrante de uma política nacional sobre desenvolvimento econômico e social não pode dispensar uma análise dos fenômenos demográficos e do efeito produzido pelos variáveis básicos na população presente e futura — economicamente ativa. Este problema geral tem aplicação particular no nível regional, em vista das elevadas taxas de migração interna nos países de América Latina.

C Saúde

30. Ao considerar o setor de saúde e bem-estar da família, a Reunião reconheceu, por um lado, que a melhoria das condições de saúde e ambiente é indispensável ao desenvolvimento social e produtivo dos países de América Latina e, por outro lado, que os governos, com a cooperação das organizações internacionais, vêm realizando — cada vez com maior intensidade — programas de medicina e saúde pública (inclusive o saneamento ambiental), como também de melhoria das condições da família, programas que conseguiram, entre outras coisas, diminuir a mortalidade geral e infantil — morbidade e incapacidade para o trabalho.

31. Entretanto, o rápido crescimento demográfico, e particularmente as elevadas taxas de fertilidade que prevalecem nas áreas rurais e entre os grupos de baixo nível salarial das áreas urbanas, além do baixo nível cultural e oportunidades insuficientes de trabalho, criaram uma situação que faz duvidar do êxito das providências tomadas para corrigir, em larga escala, as condições de falta de saúde, doença e desvantagem social em que se encontram grandes setores de população. A essa situação geral deve acrescentar-se que a extensão dos meios modernos de comunicação e a maior participação da população na vida nacional provocaram maiores exigências de melhorias sociais. O efeito obtido pelos programas de saúde, ao reduzir a mortalidade em geral e aumentar a sobrevivência das crianças — provocando a expansão da família principalmente nas camadas de baixo poder aquisitivo — evidencia a necessidade, tanto no nível familiar como no nacional, do planejamento da família como meio de estabilizar as relações familiares e melhorar as condições da vida familiar. Foi reconhecido que o indivíduo não recebe uma educação completa se o sistema de ensino deixou de proporcionar programas de educação sexual, especialmente no que diz respeito à biologia de reprodução.

32. Hoje em dia já se dispõe de técnicas novas que a ciência médica e a indústria desenvolveram para beneficiar a saúde. Mas freqüentemente, o atraso cultural dos setores de baixo poder aquisitivo e o tamanho simultâneo da família formam uma barreira que impede a utilização integral das conquistas científicas no campo da saúde e do bem-estar. Nesses campos a responsabilidade social deveria ir além dos serviços que proporcionam assistência médica para a prevenção e cura das doenças, abastecimento de água e esgotos, ela deveria

incluir todo o conjunto de condições sócio-econômicas da família que possam expandir a capacidade do indivíduo para participar em atividades produtivas e colher os seus frutos. Nesse contexto a Reunião reconheceu que o planejamento da família e os serviços médicos e de bem-estar ligados a êle constituem um importante elemento de ação social de uma política de população que seja, por sua vez, parte de uma política geral de desenvolvimento econômico e social.

33. A alta fecundidade da mulher latino-americana — verificada em levantamentos recentes — pode trazer sérios perigos à saúde, evidenciados através de uma elevada taxa de aborto induzido, entre outras conseqüências. Na América Latina o aborto é uma das causas principais das doenças, incapacidades físicas e mortes entre as gestantes. A elevada fertilidade também agrava as condições predominantes da desnutrição infantil. Pode também acarretar problemas sociais e econômicos, entre êles a dissolução do lar, o abandono por parte do marido, a delinqüência juvenil e outros desajustes sociais. Além de que, segundo o ponto de vista médico, reconheceu-se que em relação à gravidez o espaçamento e a limitação possibilitam a melhora das condições de saúde da mãe e dos filhos já nascidos.

34. Assim sendo, e para atender a procura de informação e serviços que já é evidente na América Latina e ao direito que assiste o casal de decidir sobre o número de filhos e seu espaçamento, considera-se que os sistemas de saúde — público, privado e de caráter de previdência social — deveriam estar preparados para colocar ao alcance das pessoas de todos os níveis sociais a informação e a assistência médica necessárias ao planejamento da família. Para tanto, a proporção que os programas de ação forem planejados e executados será necessário aperfeiçoar o treinamento do corpo médico e paramédico no que concerne à biologia e à fisiologia da reprodução, e aos aspectos demográficos, sócio-econômicos e sanitários do planejamento da família. Devem ser feitos esforços especiais a fim de dar a conhecer às pessoas analfabetas a existência dos métodos de planejamento da família.

35. Ao considerar êsses problemas, deve-se dedicar a população rural — que ainda não está em contato com os serviços de saúde — uma atenção pelo menos igual àquela recebida pelo setor urbano.

36. O verdadeiro bem-estar da família e a ação comunitária no sentido de melhorá-la pressupõe uma coordenação dos esforços dos programas de saúde, cuidado e alimentação infantil, assistência às mães, previdência social e planejamento da família.

37. Do ponto de vista do próprio setor saúde e dos programas de desenvolvimento no seu conjunto, deveria haver uma avaliação periódica do alcance e da intensidade dos programas de saúde e seu efeito sobre as variáveis demográficas básicas.

38. Quanto ao planejamento da família é importante observar que as novas tendências nos meios religiosos revelam uma aceitação cada vez mais dos programas que, respeitando integralmente a consciência dos indivíduos e suas crenças, colocam ao alcance da população a informação e o serviço de que se necessita para decidir livremente sobre as proporções da família. Nêsses meios religiosos também se comenta a importância que deve ser dada aos valores sócio-religiosos, tais como a indissolubilidade da família, o amor conjugal e a paternidade responsável.

D *Desenvolvimento agrícola*

39. A atividade agrícola continua a absorver, aproximadamente, a metade da população da América Latina mas contribui uma proporção muito menor da produção bruta da região. Além de que, o crescimento da produção agrícola nos últimos 20 anos tem sido deficiente. Em muitos países a taxa de produção de alimentos é inferior a do crescimento da população, devido a isso a produção per cápita baixa constantemente.

40. A par de áreas onde a agricultura é altamente mecanizada, existem vastas regiões nas quais a produção é baixa ou nula. Além de que, os recursos atualmente utilizados não recebem proteção adequada. Apesar da absorção da população pela indústria e pelos setores terciários urbanos, a população rural continua a crescer em números absolutos, e nada faz esperar que num futuro previsível essa tendência se modifique em sentido contrário como foi observado em outras partes do mundo.

41. Devido a isso, o desenvolvimento da América Latina deve enfrentar dois problemas igualmente graves: por um lado, a pressão da população agrícola sobre a terra disponível e, por outro, a capacidade dessa mesma população de proporcionar alimentos para si própria e para as massas urbanas — cuja renda tende a subir mais rapidamente — e de fornecer matéria prima à indústria ou à exportação, sob essa mesma forma ou semimanufaturada.

42. Para que sejam satisfeitas as necessidades alimentares do futuro e, em particular, para que sejam alcançadas as metas consideradas indispensáveis em relação à boa saúde, é preciso que haja uma ação sólida — transformação da estrutura agrícola, investimento em projetos agrícolas, aperfeiçoamento das técnicas de cultivo e educação rural e desenvolvimento de políticas de preço estável e de melhores métodos de comercializar os produtos agrícolas.

43. Ainda que a ciência moderna tenha demonstrado a possibilidade de aumentar o rendimento agrícola e até mesmo de aproveitar os recursos da terra e do mar que até hoje não foram utilizados, a experiência dos últimos anos faz duvidar que os países da América Latina, sem alterar drasticamente a tecnologia atual, consigam realizar os objetivos do desenvolvimento agrícola de maneira a evitar a importação de produtos básicos, com o conseqüente desperdício de divisas, assegurando à população rural uma renda familiar estável e adequada.

44. Por essas razões, as políticas agrícolas, assim como as de outros setores, deveriam levar seriamente em consideração os fatores demográficos — tanto os que dizem respeito ao crescimento da população rural como aqueles relacionados com a migração interna regional ou rural-urbana. A política de população em todos os seus aspectos, inclusive o dos níveis de fertilidade, deveria ser uma parte cada vez mais importante da estratégia total no setor agrícola.

E. *Desenvolvimento urbano*

45. Os desequilíbrios regionais e a disparidade de produção e condições de vida que existe entre as zonas rurais e as urbanas provocaram nos países latino-americanos, uma concentração de população nas cidades principais, numa proporção superior à capacidade dos centros urbanos para absorver fisicamente essa população e oferecer-lhe emprêgo produtivo. Além de que, nessas circunstâncias as cidades ainda não conseguiram adaptar suas estruturas institucionais a fim de criar condições que permitam uma participação social adequada. Todas as cidades principais da América Latina possuem suas “favelas”, nas quais milhões de pessoas vivem afastadas de quase toda a vida econômica e social moderna, apesar de sua proximidade física.

46. Além disso, a incorporação de territórios econômicos requer a formação de centros dinâmicos de população capazes de estimular o processo desenvolvimentista e corrigir tendências migratórias internas que forem inadequadas, proporcionando melhores oportunidades de trabalho e de desenvolvimento da iniciativa humana em relação aos recursos que até agora não foram suficientemente explorados.

47. Ambos os fenômenos pedem investimentos maciços de capital e organização — o que provoca novas pressões sobre a exigência de recursos para estimular a expansão econômica. Nessas condições a falta de uma política demográfica tornará difícil, senão impossível, utilizar de modo eficiente os escassos recursos disponíveis. Enquanto que um estudo detalhado dos fatores que compõe uma política de população permitirá adaptar os planos de desenvolvimento setorial às possibilidades regionais e superar as discrepâncias que se observam entre a estrutura de recursos — e a distribuição especial — e o desenvolvimento urbano.

48. Uma política demográfica que inclua um sistema de distribuir a população por todo o território possibilitará determinar-se a concentração do investimento social nos centros urbanos já existentes que apresentem as melhores condições para o desenvolvimento e sobre a criação de novos centros onde se façam necessários, atendendo a considerações de escala e recursos de comunicação para que seja possível a utilização econômica do investimento de infraestrutura.

F' *Planejamento geral de desenvolvimento*

49. A análise dos diferentes assuntos considerados na Reunião revelou claramente a importância das relações entre os fenômenos demográficos e o desenvolvimento econômico. É óbvio que para conciliar as circunstâncias de caráter econômico, social e cultural dos países e situá-las numa dimensão dinâmica torna-se necessário colocá-las no plano político das decisões governamentais e assim submetê-las a uma metodologia de planejamento integrado

50. Não se trata de uma medida nova na América Latina o esforço para utilizar o planejamento como instrumento do governo. Há já muitos anos que vários países vêm introduzindo elementos de planejamento em suas práticas normais de administração pública. Atualmente numerosos governos têm elaborado planos de desenvolvimento a longo prazo. No entanto, a sua execução esbarra com dificuldades e não poucas vezes a sua própria formulação tem sido deficiente

51. Torna-se necessário aperfeiçoar as técnicas de diagnóstico e os instrumentos de deliberação e execução. Certamente é aqui que se torna mais valiosa a contribuição demográfica e de outras ciências sociais aplicadas. No entanto, a escassa disponibilidade de conhecimentos profissionais sobre as interrelações vem impedindo que o planejamento econômico e social se incorpore devidamente aos aspectos demográficos diretamente relacionados com o processo do crescimento econômico e modificações sociais

52. É importante notar que a disponibilidade de dados demográficos para fins de planejamento torna-se uma necessidade permanente que só pode ser satisfeita por um sistema de informações capaz de propiciar um fluxo contínuo de dados atualizados e comprovados, inclusive os dados obtidos por métodos de amostragem.

53. Teve destaque fundamental, durante o curso da Reunião, a importância das vinculações entre políticas de população e políticas de desenvolvimento econômico e social. Se não se estabelece essa relação na formulação dos planos gerais de desenvolvimento corre-se o risco de afastar estes últimos da realidade e frustrar a esperança que os povos depositam neles

Objetivos e medidas de ação

54. De acordo com a definição adotada para política de população e em razão das considerações anteriores, os objetivos fundamentais de uma política de população são, de um lado, contribuir para a eficácia da política geral de expansão econômica e social e, de outro lado, permitir que a família, como assunto e objeto de desenvolvimento, possa desfrutar das melhores condições possíveis de bem-estar material e espiritual, respeitada, no que se relacione ao tamanho da prole, a liberdade do casal para cumprir com sua responsabilidade através dos meios e informações adequadas

55. Ao fixar os objetivos da política de população deveriam ser previstos os efeitos diretos e indiretos do programa assim como as conseqüências esperadas a curto e longo prazo, em relação aos objetivos do desenvolvimento geral. Os programas de ação pelos quais os objetivos esperados devem ser alcançados, além de determinarem o papel a ser desempenhado pelos setores público, privado e internacional nos campos de sua competência específica, deverão ser planejados de tal modo que permitam identificar claramente as medidas de alcance nacional e as que particularmente terão aplicação nos planos setorial e regional, bem como considerar a necessidade, conveniência e oportunidade de implantar políticas de população à luz das diversas características e modalidades das camadas sociais existentes em cada país

56. Pode-se prever que os efeitos diretos das políticas demográficas serão sentidos na taxa de natalidade, na diminuição das taxas de aborto provocado e na de mortalidade infantil, como também na orientação e amplitude das migrações internas. Entre os efeitos indiretos indicados encontrar-se-ão a ampliação das oportunidades educativas e de emprego, o melhoramento dos serviços de saúde e saneamento ambiental, a maior disponibilidade de alimentos *per capita*, o incremento da oferta de habitações, e o melhoramento dos níveis de consumo familiar. Deverá ser, portanto, levada em consideração a importância prioritária desses indicadores em relação à situação de cada país, ao serem realizados os competentes estudos

57. Em virtude de terem alguns países latino-americanos empreendido programas de ação em aspectos parciais da política de população, e começado a adotar uma aproximação demográfica geral no panorama de seu desenvolvimento econômico, enquanto que outros países ainda não estabeleceram os termos de seus próprios problemas demográficos ou mal começaram a fazê-lo, acredita-se ser de utilidade, a fim de facilitar a consideração geral da política de população, estabelecer algumas normas gerais para a formulação e definição de tal política e que pudessem ser adaptadas às condições de cada país.

58. Primeiramente, deveriam ser analisadas as tendências da natalidade e da mortalidade, a estrutura de idades, e a migração interna da população, a fim de se dispor de diferentes alternativas para a avaliação da população total, força de trabalho, população escolar, taxas de dependência, e outras características demográficas. Tais alternativas devem estar relacionadas com as de caráter social e econômico e com as informações disponíveis sobre recursos naturais, capacidade do sistema educativo e dos serviços sociais e de bem-estar e com a influência de fatores tecnológicos e outros.

59. Em segundo lugar, poder-se-ia iniciar, no âmbito governamental, a coordenação dos programas em andamento nos setores da saúde e planejamento da família, educação, treinamento e outros.

60. Em terceiro lugar, os governos poderiam estabelecer as ações indispensáveis à realização de políticas de população em diferentes níveis: (a) no nível de planejamento geral econômico, regional e urbano, (b) no nível do planejamento econômico sectorial, (c) no nível do planejamento social; e (d) no nível da família, de acordo com os desejos e necessidades desta.

61. Em quarto lugar, os governos poderiam estabelecer os mecanismos necessários para a avaliação periódica das relações entre a política de população e a política geral econômica e social

62. Em quinto lugar, os governos poderiam formular a realizar políticas de distribuição demográfica que, utilizando instrumentos fiscais, financeiros e de outra natureza, viessem promover a migração para os lugares cuja atividade econômica deve ser estimulada.

63. Em sexto lugar, os governos poderiam promover adequadamente informações de natureza pública e conhecimentos dos diversos aspectos que implicam na política de população e dos efeitos diretos e indiretos dos programas de população no processo de desenvolvimento e modernização

Pesquisas e Treinamento em Demografia

64. A Reunião assinalou o volume crescente de pesquisa sistemática realizada nos últimos anos a respeito das tendências, estrutura e problemas de população latino-americana. Aos trabalhos vinculados com os censos, e aos efetuados pelas instituições nacionais de bioestatísticas e outras e pelo Instituto Interamericano de Estatística, foram acrescentadas importantes pesquisas realizadas pelo Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE) e por entidades especializadas e centros que funcionam em vários países, alguns deles em universidades. Considera-se esse trabalho como de fundamental importância em vista de ter êle possibilitado a correção de dados básicos e a análise de características adicionais de população mediante tabulações especiais dos dados censitários, amostras e outros meios, como também fornecido certos elementos de estatísticas necessários à realização de melhores projeções tais como a fecundidade diferencial urbano-rural, a mortalidade por grupos de idades específicas, e a migração interna. Além disso, os dados demográficos têm sido relacionados com uma variedade de características sócio-econômicas, de modo a projetar mais luz por sobre os fatores que influem em sua dimensão. Essas pesquisas têm sido realizadas ainda com o objetivo de fazer comparações mais precisas de dados pelos próprios países latino-americanos entre si e entre os da região e outras áreas do mundo.

65. A formulação de políticas de população depende obviamente da qualidade da tabulação estatística básica, das pesquisas demográficas especializadas já iniciadas, e do constante melhoramento dos métodos de análise, assim como da ampliação permanente desses esforços de modo a manter o interesse por esse material

66. A realização das pesquisas demográficas em sua atual escala tem sido possível devido à cooperação internacional, especialmente a do Instituto Interamericano de Estatística e a das Nações Unidas, assim como ao crescente número de pós-graduados de cursos de treinamento oferecidos pelo CELADE e por algumas instituições nacionais. Apesar da pouca atenção dispensada à demografia pela maioria das universidades latino-americanas e outras instituições de caráter técnico, tem sido possível formar pessoal em várias especialidades, fornecendo-lhes adestramento sistemático em análise demográfica propriamente dita e em disciplinas correlatas, tais como economia, sociologia e urbanismo.

67. A esse respeito, um processo adequado para a preparação de demógrafos parece ser aquele que os capacite mais para os estudos demográficos que relacionem fatores de população com os de outras naturezas, e não tanto com os de caráter exclusivamente demográfico. É, portanto, aconselhável que economistas, sociólogos e profissionais em outros campos das ciências sociais como também da medicina realizem estudos avançados no setor da demografia. Desta forma conseguir-se-á investigar as relações entre as variáveis demográficas e os fenômenos econômicos, sociológicos, urbanísticos, e migratórios. O treinamento adicional no campo da demografia matemática em instituições nacionais e centros internacionais é também sumamente importante para o avanço no campo da pesquisa no próprio setor da demografia — especialmente no que se refere às interrelações da demografia e outras disciplinas.

68. Tomando em consideração esses pontos de vista sobre a orientação do treinamento e pesquisa, a Reunião tomou conhecimento de que vários fatores de caráter institucional impedem que um maior número de técnicos se dedique ao estudo de demografia. Foi assinalado que, não obstante a necessidade clara de demógrafos, não há evidência de demanda correspondente, o que talvez seja o motivo pelo qual pessoas capacitadas não se entregam aos estudos de demografia, perdendo assim valiosas oportunidades para bolsas de estudos e outros subsídios. Foi também assinalado que as entidades públicas e particulares que operam com estatísticas e outros departamentos governamentais que se utilizam de informações demográficas devem constituir uma fonte de trabalho para demógrafos e pesquisadores demográficos.

69. Cabe notar que, apesar dos progressos realizados na pesquisa empírica no campo da demografia faz-se necessário dar um maior impulso à mesma. Torna-se essencial a dotação de verbas suficientes, pois os centros latino-americanos enfrentam muitos problemas financeiros, e, muitas vezes, sua situação junto às universidades é por demais precária para atender às necessidades de informações e análises postas em destaque nas discussões. No campo de demografia, qualquer ação que não esteja fundamentada em conhecimentos suficientes, resultantes de pesquisas, corre o risco de ser equivocada. As organizações internacionais deveriam continuar contribuindo para o conhecimento dos problemas populacionais. Porém a amplitude das necessidades da pesquisa para formular uma política de população e de desenvolvimento também exige a criação e o fortalecimento de instituições nacionais, particularmente nas universidades latino-americanas.

RECOMENDAÇÕES

Em vista dos objetivos da reunião, das considerações anteriores, e do curso que os debates tomaram, bem como do propósito que os governos, o setor privado e as organizações internacionais promovam o estudo de vários aspectos da política de população relativamente ao desenvolvimento econômico e social, como também adotar em breve medidas para organizar ou ampliar atividades e programas nesse setor, foram acordadas as seguintes recomendações para uma melhor realização desses objetivos. As recomendações são dirigidas principalmente aos setores de atividade considerados por esta Reunião como os que se relacionam mais aproximadamente da política de população definida neste documento. Dentro de cada atividade, corresponderá aos governos, setores privados e organizações internacionais, na medida de suas responsabilidades e em conformidade com os interesses de cada país, atender aos distintos aspectos das recomendações que se enunciam com o propósito de acentuar a natureza da ação exigida mais do que a maneira pela qual deverá ser executada. Contudo, o parecer da Reunião é que as características dos fenômenos demográficos e sociais da América Latina requerem com urgência a atenção especial e imediata a estas recomendações, com vistas a uma ação efetiva.

Parece conveniente enunciar primeiro algumas recomendações de ordem geral que representem o modo de ver da Reunião acêrca da crescente preocupação existente na América Latina sôbre os problemas relacionados com o alto índice de crescimento demográfico.

Recomendações Gerais

1 Que os governos latino-americanos, o setor privado, as instituições universitárias, os meios de informação pública, e as organizações públicas e particulares internacionais promovam o exame e o estudo dos problemas demográficos na forma mais ampla possível, dentro do contexto das tendências e políticas de desenvolvimento econômico e social, levando em consideração as múltiplas vinculações entre o crescimento demográfico e outros aspectos da evolução social e da transformação das sociedades latino-americanas

2 Que os programas de ação já em andamento em qualquer campo que afete as variáveis demográficas — quer no setor de saúde e planejamento da família, educação, força de trabalho, desenvolvimento agrícola, desenvolvimento regional ou urbano, quer em qualquer outro — seja avaliado periodicamente em função dos critérios e normas gerais adotados nesta Reunião, a fim de que se ajustem aos objetivos das políticas de população dentro da estrutura dos planos, programas e atividades destinadas a acelerar o desenvolvimento econômico e social e obter pleno aproveitamento dos recursos materiais e humanos em benefício dos povos latino-americanos

3 Que os governos, em seus planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, levem na devida consideração e incorporem, como variáveis e não como dados definitivos, os fatores relacionados com as dinâmicas demográficas e suas repercussões na consecução das metas gerais e sectoriais, assim como as vinculações existentes entre as características de crescimento e de mudança das populações e o crescimento e alterações na estrutura da economia

4 Que, desde que os resultados esperados dos planos e programas dos países latino-americanos destinados ao desenvolvimento econômico e social dependem em grande parte das contingências da cooperação econômica e financeira internacional e das alterações e flutuações no mercado mundial, com efeitos conseqüentes sôbre as rendas das populações latino-americanas, os governos intensifiquem, em conjunto e individualmente, seus esforços através de organizações internacionais apropriadas, a fim de garantir o apóio e a ação necessários à expansão de seus volumes de comércio exterior, dentro e fora da região latino-americana e a diminuição da instabilidade de mercado

5 Que nos processos da integração econômica nos países da América Latina seja dada devida consideração à influência dos fenômenos demográficos sôbre a capacidade dos países participantes de orientar o desenvolvimento de suas economias compativelmente com os compromissos de integração, e, em especial, aos problemas de escala e poder aquisitivo dos mercados

Educação

6 Que as possibilidades de expansão e modernização do atual sistema educativo latino-americano e sua conservação em termos dinâmicos seja determinado, tendo-se em conta as taxas de crescimento demográfico e as tendências resultantes do tamanho da família, tanto no meio rural como no urbano

7 Que os sistemas educativos sejam dotados de maior flexibilidade, a fim de orientar o fluxo crescente da população em idade escolar para os tipos de treinamento e escolaridade exigidos pelo desenvolvimento econômico e pela modernização da sociedade, emprestando-lhe maior ênfase à educação científica e técnica sem, certamente, negligenciar a educação básica humanística

8. Que a eficiência do sistema educativo seja intensificada em todos os níveis atuando sôbre os fatores que possibilitem elevar as taxas de retenção e incorporando inovações pedagógicas e outras, para obter desse modo um melhor aproveitamento dos investimentos realizados no setor da educação

9 Que seja promovida uma mudança social mais rápida através de programas educativos apropriados para favorecer uma participação ativa por parte do povo nos processos produtivos e culturais e estimular seu espírito de iniciativa e sua capacidade de criação

10. Que os programas educativos extra-escolar sejam acentuados — a saber: treinamento do operário, alfabetização de adultos, e outras atividades que complementem o sistema educacional regular — a fim de alcançar as massas já incorporadas à força de trabalho.

11. Que, dada a atual e a futura amplitude da população rural na maioria dos países latino-americanos e a limitada participação dessa população no sistema educacional, a nova tecnologia e os novos instrumentos educativos sejam mais amplamente aplicados a fim de que os benefícios do ensino e treinamento possam ser estendidos a esse setor.

12. Que, no caso do ensino superior, seja realizado um esforço para melhorar a coordenação do preparo de profissionais em vários tipos de instituições educacionais a fim de imprimir um sentido de cooperação e entendimento com respeito aos problemas resultantes de mudança demográfica.

13. Que sejam introduzidos nos sistemas educativos em níveis apropriados a instrução sobre os aspectos biológicos, fisiológicos, higiênicos, psicológicos, éticos e outros da reprodução humana, visando completar a educação do indivíduo e prepará-lo para desincumbir-se conscientemente de suas responsabilidades em relação à família e à sociedade.

Mão-de-Obra

14. Que, como parte do planejamento de recursos humanos, sejam preparadas projeções das disponibilidades e necessidades de mão-de-obra, nos níveis nacionais e regionais, que levem na devida consideração as tendências e características demográficas e as vinculações entre essas variáveis e o crescimento econômico geral e sectorial.

15. Que, em vista dos altos índices de subemprego e desemprego que prevalecem na maioria dos países latino-americanos, originados, em parte, do grande aumento da população e da migração rural-urbana, sejam ativamente promovidas políticas de incorporação da população aos setores modernos da indústria e de serviços — principalmente mediante o aumento da produção na primeira e a promoção de níveis adequados de produtividade na segunda — e que sejam executados programas de capacitação acelerada de mão-de-obra e de adequada distribuição territorial, com a atenção constante no sentido de assegurar o mais alto nível de emprego possível, particularmente naquelas indústrias que por não competir no plano internacional, não requerem um alto grau de produtividade.

16. Que para acelerar a transformação social e melhorar a renda familiar, se facilite uma crescente preparação e participação da mulher na atividade econômica.

17. Que sejam estabelecidas políticas salariais orientadas para assegurar aos trabalhadores uma renda real apropriada às suas necessidades, sua capacidade e habilidade, e que se tornem um meio de melhor distribuição de rendas, providenciando para que as políticas salariais se coordenem e sejam compatíveis com as políticas de emprego dos recursos humanos.

18. Que no próximo Censo da América seja dedicada especial atenção tanto aos dados sobre ocupação, educação e outras características da força de trabalho e sobre a distribuição demográfica por setor econômico, quanto aos dados demográficos; e, nesse sentido, que os governos latino-americanos destinem recursos suficientes para uma pronta divulgação dos resultados do referido censo.

19. Que, com o intuito de alcançar melhor conhecimento das características e modificações da população economicamente ativa, seja estimulado o desenvolvimento de estatísticas de mão-de-obra e de emprego, desemprego e subemprego mediante métodos estatísticos de amostragem.

20. Que as atividades do Programa Inter-Americano de Recursos Humanos sejam intensificadas de modo a estabelecer uma metodologia uniforme básica que facilite a comparação dos resultados.

21. Que, diante da crescente tendência da emigração de cientistas e técnicos, sejam estabelecidos meios apropriados para assegurar que esses

elementos de recursos humanos, cuja formação torna-se dispendiosa e que são considerados como elementos estratégicos ao desenvolvimento geral, sejam utilizados nas suas próprias comunidades nacionais e regionais.

22. Que sejam criadas condições dignas para as pessoas de idade avançada, através dos sistemas de previdência social, a fim de permitir-lhes viver com maior conforto e segurança e ficar menos dependentes de seus parentes.

Saúde

23. Que, na preparação dos planos de melhoramento das condições de ambiente, de saúde e de bem-estar da família, seja levada na devida consideração os resultados da análise demográfica com respeito às tendências de crescimento e características da população e às taxas de migração rural-urbana, visando a obtenção de coordenação adequada com a política geral demográfica e de desenvolvimento.

24. Que, em relação aos programas nacionais de saúde e bem-estar da família, tenha-se ao alcance de todos os níveis sociais as informações e os serviços médicos apropriados sobre planejamento de família, de acordo com o direito inalienável que assiste às famílias de decidir sobre o número e espaçamento de filhos e como um meio, entre outras coisas, de reduzir o índice de abortos provocados, uma das causas principais da mortalidade materna.

25. Que, dependendo dos padrões estabelecidos pelas autoridades de saúde competentes, sejam executados programas e serviços de planejamento de família nos hospitais, maternidades e centros de saúde, incluindo nêles conselhos às mulheres cujos partos têm lugar em suas casas, devendo esses programas e serviços serem considerados como fase integral da parte concernente à proteção à infância, aos cuidados materiais e à infância, e, em especial, à luta contra o câncer.

26. Que, na medida de suas possibilidades e segundo as condições de cada país, os governos e os sistemas de previdência social apoiem o desenvolvimento dos programas de planejamento da família

27. Que as iniciativas de caráter público em particular nos setores de saúde, proteção à infância e sua alimentação, assistência à maternidade, previdência e bem-estar social, e planejamento da família se coordenem ao nível nacional, e que os resultados em conjunto desses programas sejam avaliados periodicamente em termos dos efeitos sobre as variáveis demográficas básicas.

28. Que a divulgação de informações de caráter público a respeito das finalidades e objetivos do planejamento da família seja estimulada, e mantido um diálogo desapassionado entre os diferentes grupos da sociedade assim como entre especialistas de várias disciplinas.

29. Que sejam estabelecidos ou ampliados os programas de aperfeiçoamento do pessoal médico, paramédico e de pesquisas nos aspectos biológicos e fisiológicos da reprodução, no conhecimento das características sócio-econômicas e sócio-culturais da população em relação ao desenvolvimento econômico e social, e nos métodos de planejamento da família.

30. Que seja dada especial atenção para que toda política de planejamento da família reflita claramente, em sua forma de expressão e em sua ação, o objetivo essencial de garantir à criança e à mãe um ambiente digno, como elementos de uma sociedade.

Desenvolvimento Agrícola

31. Que os governos, ao elaborar e executar seus planos e programas nacionais e regionais destinados ao desenvolvimento agrícola, à reforma agrária e à utilização dos recursos naturais para a produção de alimentos, enquadrem seus programas nas perspectivas a longo prazo do crescimento demográfico e do consumo e efetuem uma melhor utilização das informações sobre as tendências demográficas e as características vitais e migratórias da população, a fim de administrar as quantidades mínimas de elementos nutritivos necessários ao desempenho da atividade produtiva e melhoramento dos hábitos de consumo.

32. Que sejam intensificadas as iniciativas na área da pesquisa agrícola e a aplicação de seus resultados, como também no uso da moderna tecnologia agrícola e de comercialização, a fim de aumentar a produtividade visando elevar o nível de renda extremamente baixo da população rural que prevalece na maioria dos países latino-americanos, e contribuir para uma melhor distribuição da renda a níveis adequados de saúde e bem-estar

33. Que seja dada imediata atenção às modificações da estrutura agrária e ao investimento da infra-estrutura agrícola, como um meio de fazer frente à crescente pressão que, na maioria dos países latino-americanos, exerce o crescimento demográfico sobre a terra cultivada e de facilitar a participação da população campesina no progresso geral, no uso e domínio da terra, e no processo educacional, assim como de contribuir aos objetivos do desenvolvimento agrícola.

Desenvolvimento Urbano e Rural

34. Que, diante da possibilidade de os recursos destinados ao investimento da infra-estrutura social não acompanhar o ritmo das crescentes necessidades da população no futuro, sejam êsses recursos utilizados com a máxima eficiência possível, concentrando êsses investimentos, integrando os serviços e procurando uma maior coordenação administrativa

35. Que seja promovida uma maior complementação entre os investimentos sociais e os econômicos através de políticas nacionais de desenvolvimento urbano-rural que conciliiem as exigências do crescimento econômico com a necessidade de serviços sociais, que estabeleçam as necessárias normas para orientação da colocação de investimentos públicos de infra-estrutura e que forneçam instrumentos jurídicos, financeiros e administrativos que venham a permitir a concentração de atividade econômica nos lugares que apresentem melhores condições para um desenvolvimento econômico e social.

36. Que as políticas nacionais de desenvolvimento urbano-rural sejam aplicadas dentro de marcos regionais que delimitem os espaços geoeconômicos de acordo com a estrutura dos recursos naturais, a fisionomia cultural da população, e a vocação econômica determinada pela potencialidade produtiva e pelas condições dos mercados nacionais e internacionais.

Educação e Pesquisa no Campo da Demografia

37. Que, diante da necessidade de contar com suficientes especialistas em problemas de população e desenvolvimento para realizar as análises e pesquisas indispensáveis à formulação de políticas, o avanço e divulgação de conhecimentos gerais nesse setor, seja estimulado o treinamento desses peritos, em particular de demógrafos, nos diversos níveis necessários.

38. Que seja providenciada a utilização desse pessoal pelos serviços de estatística, repartições de planejamento e outras entidades públicas e particulares, e sejam estabelecidas políticas salariais mais de acordo com suas responsabilidades e capacidades técnicas.

39. Que sejam fixados dentro de uma estrutura institucional permanente que assegure sua continuidade e fortalecimento, a pesquisa e a educação nos setores relacionados com a população e o desenvolvimento; e que, além disso, sejam fornecidos os necessários recursos a fim de que os centros nacionais e as universidades possam dedicar atenção e esforços devidos a essas tarefas.

40. Que os esforços de pesquisa se concentrem nas variáveis que tenham máxima influência neste setor, tais como as tendências e fatores que condicionam a fertilidade, a mortalidade, as núpcias e as taxas de migração; na consideração pormenorizada das características econômicas e educacionais da população, e, em geral, nos aspectos que envolvem a participação institucional, econômica e social do povo

41. Que sejam aperfeiçoadas as metodologias e tecnologias de pesquisas estatísticas, tendo em conta a necessidade de enquadrar os problemas demográficos em maior conformidade com a natureza das informações, seu melhoramento e as necessidades de desenvolvimento da região; devendo-se promover um processo de educação e pesquisa do qual demógrafos, economistas e sociólogos sejam os principais participantes

42. Que os governos, as organizações internacionais e as fundações particulares cooperem na prestação de assistência financeira e no fornecimento de bolsas de estudo e assistência técnica, permitindo desse modo que as universidades e os centros nacionais cumpram com as finalidades gerais de treinamento de especialistas, da elaboração de métodos apropriados, e da realização de pesquisa no setor de problemas de população.

43. Que, diante do progresso alcançado pelos países desenvolvidos no setor da pesquisa demográfica, especialmente em nível universitário, seja estimulado um eficaz intercâmbio e cooperação científicos nessa matéria para o que deveriam ser criadas facilidades necessárias através de acordos inter-universitários de reciprocidade

Cooperação Internacional

Em vista da preocupação mundial com os problemas surgidos devido ao rápido crescimento demográfico, refletida em políticas e programas dos diferentes organismos internacionais — por exemplo, a Resolução 2211 adotada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas; as resoluções da Organização Mundial de Saúde, a Organização Pan-Americana da Saúde, o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) e o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP); e a Declaração dos Presidentes de América em Punta del Este — e de que essas considerações são a base de uma ação necessária no sentido de se obter um apoio mais eficaz e melhor coordenado para o estudo de problemas criados pelo aumento de população e pela mudança de suas características em relação ao desenvolvimento econômico e social na América Latina, a Reunião formula as seguintes recomendações em matéria de cooperação internacional:

44. À Secretaria Geral da OEA

- a. Que proporcione apoio técnico ao CIAP destinado à consideração das variáveis demográficas no curso dos estudos anuais por países, a fim de que sejam especificamente examinados os problemas envolvidos pelas tendências demográficas e a repercussão que poderão ter as políticas de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo. O tratamento desse tema não deve incluir apenas a análise estatística das mudanças demográficas mas também abranger o exame dos programas públicos como privados que em matéria de população se realizam nos diferentes países, para que o CIAP possa assessorar o CIES nos programas de assistência técnica e financeira nesse setor. É conveniente que esse trabalho seja iniciado na atual fase de estudos por países
- b. Que, através do Programa de População do Departamento de Assuntos Sociais, promova o cumprimento das recomendações acordadas nesta Reunião, organizando e secretariando um Comitê Interamericano sobre População e Desenvolvimento de caráter internacional e que reúna os setores público e privado. Caberá ao Comitê promover e facilitar o cumprimento das recomendações desta Reunião e avaliar o trabalho realizado, em cooperação com as entidades nacionais. A Secretaria deverá constituir esse Comitê antes do fim do corrente ano. O Comitê Interamericano sobre População e Desenvolvimento coordenará suas atividades com outros organismos do sistema interamericano, em conformidade com as responsabilidades e competência de cada um.
- c. Que promova, de acordo com as características e necessidades específicas de cada país, o estabelecimento e funcionamento de comitês nacionais de coordenação governamental — adidos às repartições de planejamento, tanto quanto possível — que correlacionem o trabalho dos setores interessados, conforme as propostas e critérios desenvolvidos nesta Reunião, em proveito de um melhor conhecimento mútuo e a introdução dos fatores de população nas atividades setoriais
- d. Que fortaleça o Programa de População do Departamento de Assuntos Sociais fornecendo-lhe pessoal e verba suficientes a fim de tomar as providências sugeridas pelas proposições acordadas nesta Reunião. Tal programa, além do que já foi mencionado,

deverá facilitar as atividades dos diversos organismos interamericanos dentro do quadro de uma estrutura coordenada e deverá desempenhar funções de órgão informativo e de fonte de assistência técnica em todos os assuntos relacionados com problemas de população, além do seu papel de promotor de estudos e pesquisas. Deverá organizar um sistema de informações como parte do dito Programa que reúna e distribua dados sobre reuniões, bolsas de estudo, leis e assistência técnica e financeira disponíveis, com relação à população e desenvolvimento. Outras atividades de caráter informativo — tais como seminários nacionais e internacionais — deverão também ser realizadas a fim de promover um melhor conhecimento desses problemas e de suas possíveis soluções.

- e. Que realize um estudo sobre o ensino de demografia nas universidades e em outras instituições de ensino superior, sobretudo nas dedicadas às ciências sociais; que promova um curso de aperfeiçoamento em demografia para especialistas em desenvolvimento, intensificando sua cooperação com instituições como CELADE, o Centro de Estudos Econômicos e Demográficos de El Colegio de México, o Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico da Universidade dos Andes da Colômbia, e outros interessados nessa matéria; e que, junto a essas instituições, procure organizar um programa interamericano destinado ao treinamento e à pesquisa no setor de demografia e desenvolvimento

45. A respeito de outros organismos internacionais que realizam programas sobre população e desenvolvimento, cursos de treinamento e atividades de pesquisa na América Latina, que, tanto quanto possível e em consonância com as suas funções, atentem para as recomendações e conclusões contidas neste documento e considerem a conveniência de coordenar seus esforços a fim de evitar duplicação e rivalidades desnecessárias

46. Que o Instituto Interamericano de Estatística colabore na formulação das bases estatísticas destinadas aos estudos analíticos sobre as características da população e da força de trabalho derivadas dos dados a serem fornecidos pelo próximo Censo da América

47. No caso particular da Organização Pan-Americana da Saúde, que em cumprimento à política fixada por seus Corpos Diretivos continue e aumente seus serviços de assistência e cooperação junto aos governos que os solicite, em coordenação com outros organismos do sistema interamericano e com as entidades privadas filiadas à mesma a fim de:

- a. Ajudar a organizar e a estabelecer serviços integrados de saúde que incluam em seus programas de ação a educação e os serviços sobre planejamento da família
- b. Colaborar ativamente nos programas educativos dos governos e de outras entidades para formar médicos, enfermeiras e demais auxiliares de saúde, dando-lhes a conhecer os problemas de desenvolvimento e de população, e participar dos programas de bem-estar da família
- c. Colaborar com os governos na apresentação de seus programas de saúde, inclusive o de planejamento da família, nas avaliações anuais dos planos e programas de desenvolvimento dos países latino-americanos realizados pelo Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso

FUNDAÇÃO IBGE PRESENTE ÀS REUNIÕES INTERAMERICANAS DE ESTATÍSTICA

Para representar a Fundação IBGE, esteve em Caracas, Venezuela, no período de 9 a 20 de outubro último, o Diretor-Superintendente do Instituto Brasileiro de Estatística, o Estatístico Raul Romero de Oliveira, que chefiou a delegação brasileira à Quinta Conferência Interamericana de Estatística, à Nona Sessão da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais e à Quinta Assembléia-geral de Membros do Instituto Interamericano de Estatística. Participaram ainda como membros da delegação brasileira os Estatísticos Hilton Cunha e Cori Loureiro Acioli, diretores respectivamente do Serviço de Estatística

da Produção, do Ministério da Agricultura e do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda.

A RBE, no sentido de bem informar seus leitores, transcreve na íntegra o relatório que, sobre o assunto, foi preparado pela delegação brasileira.

1. Introdução

O Instituto Interamericano de Estatística, cumprindo sua precípua finalidade de fomentar o desenvolvimento da estatística entre os países americanos, promoveu na cidade de Caracas,



Flagrante de uma das sessões, vendo-se, na primeira fila do plenário, o Sr. Raul Romero de Oliveira, chefe da delegação brasileira.

Venezuela, no período de 9 a 20 de outubro último, três reuniões, das quais a principal foi a Quinta Conferência Interamericana de Estatística, dado o caráter de Conferência Especializada Interamericana, que lhe foi conferido pelo Conselho da Organização dos Estados Americanos (OEA) Concomitantemente com a V Conferência, realizaram-se, ainda, a Nona Sessão da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais (IX COINS) e a Quinta Assembléia-Geral dos Membros do IASI

A delegação brasileira às referidas reuniões foi formada pelo Sr. Raul Romero de Oliveira, Diretor-Superintendente do Instituto Brasileiro de Estatística, da Fundação IBGE, membro "ex-officio" do Instituto Interamericano de Estatística (IASI) e da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais (COINS) e pelos Senhores Cori Loureiro Acioli, Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, e Hilton Cunha, Diretor do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura

O presente relatório descreve, de maneira resumida, o desenvolvimento das citadas reuniões

2 *V Conferência Interamericana de Estatística* (V IASC)

2 1 Objetivos, organização e agenda

As Conferências Interamericanas de Estatística se reúnem para tratar de assuntos de interesse comum dos Estados Americanos e para desenvolver a cooperação interamericana no campo técnico da estatística

A V IASC, de acordo com essas diretrizes, reuniu-se, de modo especial, para examinar o desenvolvimento das atividades estatísticas no continente americano e propor providências no sentido de fomentá-las, tendo em vista o alto interesse existente em informações estatísticas atualizadas, de comparabilidade possível, capazes de proporcionar seguros estudos para o planejamento social e econômico e a integração dos países do hemisfério

A preparação e a organização dos serviços da V IASC estiveram a cargo da Secretaria-Geral, que preparou os documentos básicos da Conferência, e contou com a colaboração do Governo da Venezuela e da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos para obter as facilidades necessárias, bem como a instalação dos serviços técnicos necessários ao funcionamento da Conferência

O programa da V IASC aprovado pelo Conselho da OEA foi o seguinte:

a) Exame das atividades estatísticas realizadas durante o período 1962-1967, ou seja, desde a realização do IV IASC

b) Revisão geral da evolução observada e dos fatores que estão impedindo o amplo aproveitamento das atividades desenvolvidas.

c) Estabelecimento de bases e orientação das atividades de caráter interamericano que deverão ser desenvolvidas para o futuro ou seja, até a realização da VI IASC

2 2 Local, período de sessões e participantes

As sessões da V IASC se realizaram no Hotel Avila, em Caracas, Venezuela, nas melhores condições técnicas exigidas para as reuniões desse tipo, durante o período de 9 a 16 de outubro

Participaram da Conferência as delegações governamentais de quatorze países Argentina, Brasil, Canadá, Costa Rica, Chile, Estados Unidos, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago e Venezuela.

Vários organismos internacionais e instituições nacionais, bem como técnicos em estatística especialmente convidados, compareceram como observadores. O Secretário-Executivo do Conselho Interamericano Econômico e Social, representando o Secretário-Geral da OEA e o Secretário-Geral do IASI, participaram da Conferência como membros "ex-officio".

A relação nominal dos participantes será apresentada em anexo.

2 3 Desenvolvimento dos trabalhos e Relatório Final.

Em deferência especial ao País onde se realizava a Conferência, coube ao Lic. Nestor Gabaldon Mejia presidir a Quinta Conferência Interamericana de Estatística, tendo sido eleito Vice-Presidente o delegado do Canadá, Sr. Walter E. Duffet

Os trabalhos da conferência tiveram como base dois documentos, preparados pela Secretaria-Geral do IASI: "Programação das Atividades Estatísticas na Região Americana: Antecedentes e Bases" e "Atividades Estatísticas realizadas na Região Americana desde a Realização da Quarta Conferência Interamericana de Estatística"

Inicialmente, se concordou estabelecer como método de trabalho da Conferência a formação de um Grupo de

Trabalho, do qual participariam tôdas as delegações, com a finalidade de examinar os dois documentos acima citados. Tomou o referido Grupo a deliberação de constituir um Sub-grupo para estudar o documento sobre "Atividades", cujo relatório seria integrado no Relatório Final

Como o documento básico em sua primeira parte se preocupava em assinalar aspectos relacionados com os antecedentes da situação estatística na região americana, se convencionou examinar minuciosamente apenas aquela parte em que se propunham as providências adequadas ao desenvolvimento de uma ação mais vigorosa, durante o quinquênio 1967-1972, visando a alcançar um progresso real e satisfatório para as tarefas estatísticas nos países americanos

Foram considerados para orientação dessa ação futura a ser empreendida os seguintes marcos de referência

a) Os objetivos estabelecidos pelo Conselho da OEA "para alcançar o mais amplo desenvolvimento e aperfeiçoamento das estatísticas do Continente"

b) A recomendação do Conselho Interamericano Econômico e Social no sentido de que se executem, simultaneamente, um programa de ação imediata para produzir e melhorar as estatísticas solicitadas com maior urgência e um programa de ação a longo prazo para eliminar os fatores que impedem o trabalho estatístico e o aperfeiçoamento dos serviços estatísticos

c) As recomendações aprovadas pela IV Conferência Interamericana de Estatística relacionadas com o aperfeiçoamento dos serviços nacionais de estatística

Ao se iniciarem as discussões da matéria em pauta, houve a preocupação de ratificar declaração expressa da IV IASC ao expressar que "o desenvolvimento estatístico das nações americanas deve ser fundamentalmente um problema nacional" e que "os órgãos internacionais devem complementar a ação Nacional, mas, de nenhuma maneira substituí-la". Definidas as responsabilidades, foi possível encarar os dois tipos de problemas distintos, relacionados com a situação estatística da região americana

O primeiro, de caráter urgente e inadiável, o de produzir as estatísticas essenciais reclamadas pelos órgãos responsáveis pelos programas de desenvolvimento, ao nível nacional, e pelo Comitê Interamericano da Aliança Para o Progresso, ao nível regional; e

O segundo, de caráter permanente, é de aperfeiçoar as instituições estatísticas nacionais com o propósito de assegurar a disponibilidade de estatísticas mais adequadas que as atuais, para os fins referidos e muitos outros que o próprio desenvolvimento passe a exigir"

Reconheceu-se, desde logo, que a produção de estatísticas para os órgãos de desenvolvimento e integração exigia ação enérgica e rápida e, em certos casos, a adoção de medidas excepcionais, de caráter temporário

Por outro lado, o aperfeiçoamento dos sistemas estatísticos exige providências concretas destinadas a produzir resultados permanentes e seria desejável que os países as adotassem quanto antes, se estão em condições para isso

Havia, portanto, necessidade de se levar em conta a conveniência de se propor soluções de urgência para um caso e providências também imediatas juntamente com outras a largo prazo para os outros

Foram definidas, através da troca de pontos de vista nas sessões, as metas e prioridades que deveriam ser estabelecidas, mas julgou-se conveniente complementar a tarefa a ser realizada, com a indicação de: (a) as normas para alcançá-las; (b) os programas e projetos específicos que, em cada caso, se considerem adequados e convenientes para o futuro imediato, (c) aqueles aspectos que exigem atenção especial, (d) a ação que se espera por parte do Governo; e (e) a participação que se aspiraria obter dos organismos internacionais, em particular dos órgãos estatísticos vinculados ao sistema interamericano

Cogitou-se ainda de apreciar os mecanismos de execução, coordenação e avaliação das estatísticas que se deseja produzir, tendo em conta a crescente demanda de informações estatísticas, especialmente por parte dos órgãos de Planejamento do desenvolvimento Julgou-se, ao ensejo, que seria racional e lógico que êsses órgãos participassem da tarefa estatística, em nível nacional, cooperando principalmente na elaboração dos programas nacionais de estatística, na atribuição dos recursos necessários ao funcionamento dos serviços estatísticos e na avaliação das estatísticas levantadas

Vencia-se, dêste modo, uma desconfiança tradicional entre áreas que, logicamente, se devem associar e conjugar esforços, como sejam as que produzem estatísticas e as que as utilizam para planejamento do desenvolvimento

Fixou-se, ainda, que se necessitaria recomendar solução urgente para

um problema imediato dos países que não estão em condições, no momento, de efetuar a revisão dos seus serviços estatísticos e que seriam propostas, aos países que tivessem condições para adotá-las, recomendações visando à consolidação dos respectivos Sistemas Estatísticos Nacionais e ao estabelecimento do programa integrado das atividades estatísticas.

Outros temas constantes do documento básico, como sejam a formação de pessoal estatístico capacitado, o melhoramento da organização estatística nacional, e das estatísticas contínuas e censos mereceram também a atenção e sobre eles se fizeram também recomendações.

A delegação brasileira, considerando que a recente reformulação dos serviços estatísticos nacionais foi realizada segundo princípios que estão na mesma linha dos preconizados no documento elaborado pela Secretaria-Geral do IASI e que, em nosso País, se desenvolve agora uma satisfatória vinculação de órgãos estatísticos e de planejamento, subordinados a um mesmo Ministério, pôde apoiar conscientemente todos aqueles pontos recomendados e que constam do Relatório Final, em seu Título III — Plano de Ação Para o Quinquênio 1967-1972, em sua forma definitiva.

Para fins de imediato conhecimento e consideração, tal a importância de que se revestem, serão encaminhadas, em anexo, cópias do original dos quatro primeiros capítulos do citado Título.

Em sessão de encerramento, realizada em 16 do corrente, foi o Relatório Final aprovado com o voto unânime de todas as delegações presentes.

3 *IX Sessão da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais (COINS)*

3.1 *Objetivos, Agenda e Organização*

As Sessões da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais (COINS) têm por finalidade examinar e discutir problemas comuns de natureza técnica estatística e oferecem aos que dela participam — responsáveis pelas repartições estatísticas oficiais nos países americanos —, a oportunidade de procurar as soluções de interesse geral.

Os trabalhos da VIII Sessão, dos quais resultaram a formulação do Programa Interamericano de Estatísticas Básicas e do Censo da América — 1970, ensejaram que, no período entre setembro de 1964 e outubro do ano

corrente, fossem realizadas pela Secretaria-Geral do IASI aquelas tarefas visando à aplicação de normas e métodos de trabalho que irão permitir que os citados programas possam vir a ser levados a cabo com o êxito desejado.

As diretrizes adotadas pela Secretaria-Geral do IASI, constantes do documento 5355b COINS e suas Subcomissões, permitiram que se realizasse realmente um trabalho abrangendo um significativo número de setores estatísticos, para os quais se constituíram Subcomissões COINS formadas por especialistas escolhidos entre aqueles em atividade nos países-membros.

As Subcomissões da COINS que realizaram sessões e apresentaram relatórios sobre as mesmas foram as seguintes: Estatísticas Agropecuárias (3), Estatísticas Demográficas e de Habitação (1), Estatísticas Industriais, Comerciais e de Serviço (1) e Estatísticas do Comércio Exterior (1). A documentação decorrente dessas sessões se constituiu em matéria a ser submetida à consideração da IX COINS, em anexo aos documentos especialmente preparados sobre os censos demográfico, de habitação e agropecuário constantes do Programa do Censo da América de 1970 (COTA — 1970). Esses, assinala-se, foram elaborados de acordo com as recomendações decorrentes dos estudos que estão sendo realizados pelos órgãos especializados das Nações Unidas para o Censo Mundial de 1970.

A agenda da IX Sessão da COINS, incluía, portanto, os seguintes temas:

I *Programa do Censo da América de 1970 (COTA—1970)*

1. Normas:

- a. Censo de População
- b. Censo de Habitação
- c. Censo Agropecuário

II. *Programa Interamericano de Estatísticas Básicas (PIEB)*

1. Relatórios:

- a. I, II e III Sessões da Subcomissão de Estatísticas Agropecuárias;
- b. I Sessão da Subcomissão de Estatísticas do Comércio Exterior;
- c. I Sessão da Subcomissão de Estatísticas Demográficas e de Habitação; e
- d. “Reunião Técnica sobre o Aperfeiçoamento das Estatísticas Educacionais”.

3 2. Local, período de sessões e participantes

No mesmo local da realização da V IASC, instalações do Hotel Avila, em Caracas, Venezuela, no período de 17 a 20 de outubro, foram levadas a efeito as sessões da IX COINS

Participaram das reuniões, na qualidade de membros "ex-officio" da COINS, as maiores autoridades estatísticas dos seguintes países: Argentina (representante), Canadá, Chile, Costa Rica, El Salvador (representante), Honduras, México, Nicarágua (representante), Panamá, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Estados Unidos (representante), e Venezuela.

Diversos observadores de entidades nacionais e internacionais também se fizeram presentes e trouxeram úteis subsídios aos trabalhos realizados

A representação do Brasil contou também na reunião em causa com a colaboração técnica do Sr. Hilton Cunha, para estatísticas agropecuárias, e do Sr. Cori Loureiro Acioli, para estatísticas do comércio exterior.

3 3. Desenvolvimento dos trabalhos e Relatório Final

Instalada a IX Sessão da COINS, no dia 17 de outubro, foram eleitos para dirigir os seus trabalhos os representantes da Venezuela e do Brasil, respectivamente, nos cargos de Presidente e Vice-Presidente

Convencionou-se ainda que seriam constituídos dois Grupos de Trabalho para estudo de assuntos constantes da agenda, de acordo com a seguinte distribuição:

Grupo de Trabalho I Normas sobre os Censos de População e de Habitação, Relatório da I Sessão da Subcomissão de Estatística de População e Habitação (PIEB); Relatório da Reunião Técnica sobre o Aperfeiçoamento das Estatísticas Educacionais.

Grupo de Trabalho II: Normas para o Censo Agropecuário; Relatório das I, II, e III Sessões da Subcomissão de Estatísticas Agropecuárias; Relatório da I Sessão da Subcomissão de Estatísticas do Comércio Exterior

Os participantes da Sessão se distribuíram entre os dois Grupos de Trabalho, de acordo com os seus interesses especiais com relação aos documentos que seriam discutidos. A relação nominal dos integrantes dos grupos de trabalho será apresentada em anexo. A representação brasileira inscreveu no Grupo de Trabalho I, o Senhor Raul Romero de Oliveira e, no Grupo de Trabalho II, os Srs. Hilton

Cunha e Cori Loureiro Acioli. Deve-se registrar que o Grupo de Trabalho II julgou necessário estabelecer um Subgrupo para cuidar, de modo especial, das estatísticas do comércio exterior.

Os trabalhos se desenvolveram em ambiente de cordialidade e as discussões técnicas, bastante objetivas, quase sempre alcançaram resultados satisfatórios

No Grupo de Trabalho I, cuidouse, de maneira especial, do exame dos seguintes documentos relativos ao Programa do Censo da América de 1970 (COTA-1970): nº 5392b, Censo de População; Normas propostas e nº 5424b, Censo de Habitação; Normas propostas. Ambos sugeriam temas a serem investigados, bem como propunham os conceitos e classificações a serem então adotados, além de outras recomendações visando a garantir, nas operações a serem realizadas, aquela possível uniformidade, que se refletirá evidentemente na obtenção de resultados que permitam uma razoável comparabilidade, meta que se compreende seja desejável num Censo da América. Embora o material preparado pela Secretaria-Geral do IASI já representasse o resultado de demorados estudos realizados especialmente com base na experiência de trabalho semelhante realizado pelas Nações Unidas com vistas ao Censo Mundial de 1970, foi possível chegar-se a conclusões decorrentes de observações formuladas pelos países durante as discussões em reuniões do Grupo de Trabalho I. Peculiaridades dos países americanos, estágio do desenvolvimento das atividades estatísticas nacionais, limitações de recursos a serem empregados em investigações censitárias, interesse por determinado tipo de informação censitária, foram algumas das razões que ditaram as citadas observações e permitiram fossem feitas algumas alterações nos documentos básicos.

Deste modo, foi estabelecida uma relação de temas recomendados à investigação, com indicação daqueles considerados prioritários e dos julgados apenas úteis

Quanto à adoção de classificações a serem utilizadas nos próximos censos, não foi tomada ainda uma decisão definitiva, para aguardar os estudos sobre o assunto a serem realizados pela Secretaria-Geral do IASI e serem transmitidos aos membros da COINS em prazo útil.

Os planos mínimos de tabulação propostos para os Censos de População e Habitação foram também objeto de exame e recomendadas com algumas modificações sugeridas

Foram examinadas ainda pelo Grupo de Trabalho I as propostas constantes do Relatório da Subcomissão de Estatísticas Demográficas e de Habitação e aceitas as recomendações no sentido de que as Seções I e II do PIEB aprovadas na VIII COINS sejam revistas para incluir as tabulações de primeira prioridade recomendadas para os censos de População e Habitação de COTA-1970, que não constavam do mesmo Programa.

Em virtude das limitações de tempo, que não permitiam a revisão adequada das 31 tabelas recomendadas e correspondentes as definições propostas pela IV Reunião Técnica sobre o Planejamento Educativo, o Grupo de Trabalho I decidiu:

a Recomendar a aprovação do documento proposto ao exame da IX Sessão da COINS e considerá-lo como primeira revisão da Seção III do PIEB,

b Recomendar à Secretaria-Geral do IASI que solicite aos serviços estatísticos dos países americanos a remessa, dentro de um prazo de dois meses, a contar do encerramento da IX Sessão da COINS, de observações, comentários e sugestões sobre o referido programa

O Grupo de Trabalho I, tendo em vista a importância atribuída no Relatório da Subcomissão de Estatísticas de População e de Habitação às pesquisas por Amostra de Domicílios que vem sendo realizadas em vários países americanos resolveu considerar a proposta apresentada pelo representante dos Estados Unidos e apoiada pelos delegados do Brasil e Venezuela no sentido de reiterar aos países da região americana que ainda não se utilizam do método de pesquisa em aprêço a conveniência de adotá-lo quanto antes. O texto da proposição em causa consta do anexo

O Grupo de Trabalho II ocupou-se especialmente em examinar o documento n.º 5397a, "Censo Agropecuário Normas Propostas", que, com reajustes referentes a prioridade dos temas propostos, definições e plano mínimo de tabulações foi recomendado aos países como capaz de atender aos interesses do Programa COTA-1970

Foram ainda objeto de atenção as propostas constantes dos Relatórios das I, II e III Sessões de Subcomissão de Estatísticas Agropecuárias da COINS, que, com pequenas alterações, se recomendou adotar

De modo especial, recomendou-se à Secretaria-Geral do IASI a revisão da Sessão V do PIEB, aprovada pela VIII Sessão da COINS, para incluir nela as tabulações básicas para os Censos

Agropecuários de COTA-1970, que não tenham sido incluídas naquele Programa.

Assinalou o Grupo de Trabalho II ainda a importância de se dispor da informação detalhada das estimativas agropecuárias realizadas nos países da região e dos respectivos métodos utilizados para obtê-los.

Expressou, também, a necessidade de que se organize, na América Latina, um seminário para o estudo em profundidade dos processos modernos para levantamento das estatísticas agropecuárias.

O Sub-Grupo criado com a finalidade de analisar o Relatório da I Sessão da Subcomissão de Estatísticas do Comércio Exterior da COINS, após produtivo trabalho, recomendou a adoção das propostas formuladas naquele documento, com algumas modificações e adições que o aperfeiçoaram

Neste documento constará parte especial relativa aos trabalhos futuros da COINS, cujas atividades para o período 1967-1972 estão programadas e se desenvolverão especialmente através de Subcomissões especializadas para estudo das diversas Seções do PIEB

O Relatório Final da IX Sessão da COINS não foi preparado na sua forma definitiva por dificuldades materiais e de tempo, mas, o sumário que orientará a sua elaboração foi submetido aos membros da Comissão e aprovado. A Secretaria-Geral do IASI cuidará da tarefa de organizá-lo e distribuí-lo em tempo oportuno

De acordo com o Regulamento da COINS, foi eleita na última reunião plenária da IX Sessão, a Junta Coordenadora que se encarregará de orientar as suas atividades até a realização da X Sessão, que provavelmente será em 1969, em Lima, Peru. Ficou deste modo constituída a Junta Coordenadora da COINS: membros titulares, Lic. Nestor Gabaldón Mejía (Presidente), Venezuela, Lic. René Sanchez Bolaños, Costa Rica e Sr. Walter E. Duffet, Canadá; membros suplentes, Sr. Raul Romero de Oliveira, Brasil, Lic. Luiza E. Quesada, Panamá, e Dr. Raymond T. Bowman, Estados Unidos

4 V Assembléia-Geral de Membros do Instituto Interamericano de Estatística

A Assembléia-Geral, de acordo com os Estatutos do IASI, é uma reunião para apresentação e discussão de assuntos de interesse dos membros da Instituição e, que inclui entre as suas principais funções as de examinar os relatórios administrativos apresentados pelo Comitê Executivo e estabele-

cer as linhas gerais da política relacionada com as atividades principais do Instituto

A V Assembléia-Geral realizada concomitantemente com as reuniões anteriormente referidas incluía na sua agenda os seguintes assuntos:

a Relatório do Comitê Executivo sobre as atividades correspondentes à sua gestão.

b Eleição dos novos membros do Comitê Executivo

c Reuniões técnicas

d Outros assuntos

O Relatório do Comitê Executivo correspondente ao período 1962-1967 foi discutido e aprovado

A apuração da eleição para indicar os novos membros do Comitê Executivo foi realizada normalmente, tendo sido consagrada a relação de candidatos apresentada pela Comissão de Candidaturas

Dêste modo, o Sr. Conrad Tauer, dos Estados Unidos, foi eleito presidente do Comitê Executivo. Cumpre registrar que o Prof. Jorge Kingston, do Brasil, também foi eleito 3º Vice-Presidente do mesmo Comitê

A outra parte da V Assembléia-Geral constou de reuniões técnicas, que versavam sobre os seguintes temas: Estatísticas para Integração Regional; Computadores Eletrônicos Para o Processamento de Dados, Métodos Estatísticos para Estimar as Necessidades em Matéria de Nutrição, Habitação, Saúde e Educação. Essas reuniões despertaram bastante interesse e tiveram apreciável assistência

5 Impressões gerais

As Reuniões Interamericanas de Estatística ao congregarem especialistas da região americana, no campo da estatística, permitiram que, com seriedade e entusiasmo, se discutissem problemas de interesse comum, além de permitir êsse contato maior entre representantes de países amigos, facilitando-lhes a troca de pontos de vista e de experiência

Por isso mesmo, a delegação do Brasil procurou estabelecer as melhores relações com as demais delegações e com a Secretaria-Geral do IASI, no sentido de que obtivesse as melhores informações sobre os assuntos que mais de perto interessam à estatística brasileira, ora em período de reformulação.

Verifica-se, por exemplo, um interesse especial pelos preparativos para o próximo Censo de 1970 e sente-se haver de parte do "Bureau of Census" dos Estados Unidos e dos órgãos especializados das Nações Unidas uma preocupação em oferecer aos países da região americana uma cooperação técnica representada por diversos cursos e seminários sobre assuntos censitários já programados para serem realizados nos dois próximos anos

Os temas relacionados com a utilização de computadores eletrônicos para processamento de dados também estão na ordem do maior interesse, principalmente ao se considerar que nem sempre os países da região americana oferecem as necessárias condições para aplicação de tais recursos às tarefas estatísticas dentro das melhores normas de aproveitamento pleno

O problema de formação de pessoal qualificado surge como de maior importância e sente-se que muito há que fazer até se contar com uma disponibilidade razoável de técnicos de nível mais elevado

Outra impressão colhida é de que ainda há necessidade de obter o Brasil assistência técnica de órgãos internacionais de estatística para desenvolver determinados programas e que a permanência dos técnicos estrangeiros entre nós deverá ser por períodos longos, nunca inferiores a um ano, o que garantirá resultados mais positivos e permitirá também o aperfeiçoamento de nossos especialistas.

Uma referência especial deve ser feita ao fato de se ter iniciado no Brasil o processo de aperfeiçoamento do seu sistema estatístico visando a conseguir as condições necessárias a vencer as deficiências já conhecidas e suprir a real demanda de informações verificada no País. Essa uma preocupação geral e aqueles países que se adiantaram em tomar tal iniciativa, certamente chegarão mais cedo às metas pretendidas

A delegação brasileira teve ainda a oportunidade de visitar oficialmente a "Dirección General de Estadística y Censos", da Venezuela e a Embaixada do Brasil, aproveitando-se a oportunidade para oferecer algumas publicações estatísticas brasileiras àquelas repartições

Ao concluir, há que tecer justos e merecidos louvores aos organizadores das Reuniões Interamericanas de Estatística e à hospitalidade do País anfitrião

MOACIR MALHEIROS FERNANDES DA SILVA



Talvez não se pudesse incluir, senão lato sensu, o nome do prof. Moacir Malheiros Fernandes da Silva no rol dos notáveis estatísticos brasileiros, tal como o tem feito a RBE. É que êle não foi, de fato, um estatístico profissional, sequer mesmo um estatístico. Mas foi, durante largo período de sua vida, professor de estatística; como representante do Ministério da Viação e Obras Públicas, participou, anos seguidos, da extinta Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, hoje Instituto Brasileiro de Estatística, havendo, por essa circunstância mesma, exercido, em diversas oportunidades, a presidência do IBGE; e estudioso dos problemas brasileiros, como especialista em geografia humana e geografia econômica, publicou numerosos trabalhos, em geral com um abundante lastro de dados numéricos. Ficou assim a dever-lhe a estatística brasileira serviços de valor inestimável ao professor, ao homem público e ao escritor.

Nasceu o prof. Moacir Malheiros Fernandes da Silva no dia 13 de maio de 1891, no Rio de Janeiro, onde morreu a 30 de novembro de 1967. Fêz o curso de humanidades no Internato do Colégio Nacional (hoje Colégio Pedro II) e obteve o título de Engenheiro-Geógrafo, pela antiga Escola Politécnica (atualmente Escola Nacional de Engenharia), em 1915. Realizou estudos teóricos e práticos de astronomia e meteorologia e, em 1918, participou dos estudos da rodovia Camapuã-Passa Tempo (Minas Gerais) e, depois, na construção de açudes e estradas de rodagem no Ceará.

De regresso ao Rio, concluiu o curso de engenheiro civil. Como meteorologista, veio a dirigir a Seção de Meteorologia Agrícola do Instituto Central de Meteorologia.

A partir de 1923 dedicou-se ao magistério, lecionando várias matérias, particularmente geografia, matemática e português, passando também a escrever artigos em revistas especializadas. Em 1931 foi nomeado consultor técnico do Ministério da Viação e Obras Públicas, que veio a representar, nesse mesmo ano, até 1934, na Comissão que elaborou o Plano de Viação Nacional. Aliás, daí em diante, foi o representante do mesmo Ministério em diversas comissões de alto nível, congressos e conferências nacionais e internacionais.

Em 1939 foi nomeado membro da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, tendo sido, depois, árbitro desempatador em questão entre o Estado de Minas Gerais e a União, relativamente à construção do ramal ferroviário de Soledade a Itajubá.

No exercício de suas funções e desempenho de comissões especiais, teve oportunidade de percorrer o país, formulando observações que lhe iriam servir na elaboração de ensaios e monografias de indiscutível mérito, trabalhos muitos dêles que vieram a ser divulgados em revistas do IBGE e até em publicações especiais

Fundador da Escola Brasileira de Estatística, atualmente Escola Nacional de Ciências Estatísticas, lecionou Geografia Econômica, durante vários anos, naquele estabelecimento superior de ensino. Foi consultor técnico, da Seção de Geografia dos Transportes, do antigo Conselho Nacional de Geografia, bem assim Consultor Técnico, de Estatística das Comunicações, no antigo Conselho Nacional de Estatística, de cujo órgão deliberativo central, a Junta Executiva Central, participou, desempenhando papel de relêvo dada a sua alta capacitação intelectual e a sua nítida compreensão dos problemas da vida brasileira.

Começou cedo a sua carreira literária, a par de sua carreira de técnico e de homem público. Dedicou-se particularmente a estudos de folclore e de geografia etnográfica. Entre as suas numerosas obras, relacionadas na bibliografia que a RBE divulga em outra seção do presente número, há inclusive um volume de poemas, intitulado Penumbra, publicado com o pseudônimo anagramático de Cármino Vilas. Fêz parte de várias entidades culturais, — literárias e científicas —, tendo exercido atuação brilhante como membro da Academia Carioca de Letras e membro correspondente da Academia Fluminense de Letras, em cujas publicações oficiais divulgou diversos trabalhos de natureza literária.

Sempre que chamado a exercer, em caráter interino e por força de suas funções, a presidência do antigo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, demonstrou as suas notáveis qualidades de dedicação ao serviço público e de compreensão do papel que a geografia e a estatística representam para a organização da vida brasileira. — Valdemar Cavalcanti.

IBGE PROCURA MELHORAR

A providência que faltava para a melhoria do sistema de informações estatísticas foi tomada pela Fundação IBGE, ao instalar e fazer funcionar a "Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas" (CONPLANE), a qual reúne: 1 usuários das estatísticas produzidas; 2 responsáveis por órgãos técnicos de produção, divulgação e análise, do Instituto Brasileiro de Estatística; e 3 representantes dos Estados-Maiores das três corporações das Forças Armadas do Brasil

A importância do novo órgão reside no fato de passar a constituir-se na fonte de orientação das atividades técnicas do Instituto Brasileiro de Estatística e do sistema estatístico nacional. Quer dizer: o que pretende agora realizar a Fundação IBGE é uma estatística elevada realmente ao nível das necessidades do planejamento econômico-social do País e a segurança nacional, em levantamentos indicados por quem sabe o de que está precisando, como, por exemplo, os usuários das estatísticas produzidas. Na verdade não se compreendia a ausência desse expressivo grupo de interessados, nos órgãos encarregados de um trabalho que lhes dizia respeito diretamente, eles, sim, que deveriam apontar, para serem reparadas, as deficiências que sofriam na própria carne

Os próximos passos

Agora, vai a CONPLANE, como tarefa primeira e imprescindível, examinar o Plano Nacional de Estatísticas Básicas, do qual já existe um projeto datado de 1966, esquematizado no sentido do relacionamento, em grupos distintos, das estatísticas primárias e das estatísticas derivadas, além da indicação da periodicidade com que devem ser feitas as pesquisas

Paralelamente a esse exame, o novo órgão preparará um projeto de decreto em que se permita garantir a obrigatoriedade da prestação de informações estatísticas, com o que se conseguirá, provavelmente, aquele nível ideal de estatística pretendido para muito breve pela Fundação IBGE.

Os integrantes

De acordo com a resolução n.º 4 do Conselho Diretor da Fundação IBGE, integram a CONPLANE, o diretor-superintendente do Instituto Brasileiro de Estatística, os diretores do Laboratório de Estatística, da Diretoria de Levantamentos Estatísticos, da Diretoria de Documentação e Divulgação, da Inspeção Técnica, do Grupo Executivo de Pesquisas Domésticas e do Serviço Nacional de Recenseamento, representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas; representantes dos Estados-Maiores do Exército, da Armada e da Aeronáutica; e representantes das seguintes entidades usuárias de estatísticas: Instituto Brasileiro de Estatística, Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Pesquisa Econômico-Social e Aplicada (IPEA), do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral; Serviço Técnico de Análise e Planejamento Político, do Ministério das Relações Exteriores; e Divisão de Estatística e Documentação da SUNAB

Surge assim, a CONPLANE, como vanguarda do sistema estatístico brasileiro, merecedora, portanto, do imenso crédito de confiança que lhes conferem, a partir de sua instalação, o governo, a sociedade e as classes produtoras

(Publicado no *Estado de São Paulo*, São Paulo, edição de 6-1-68)

ESTATÍSTICAS

Em todo o mundo as estatísticas, oficiais ou não, costumam ser objeto de não pouca ironia, por dois motivos: um delas é serem muitas delas realmente tendenciosas e imprecisas, quando não de tal modo atrasadas que deixam de ser úteis para alguns fins;

o outro é a muito difundida incompreensão da própria natureza das estatísticas e das técnicas adequadas para sua interpretação, de modo que facilmente se chega a resultados capazes de provocar até riso entre os menos informados

O Brasil não constitui naturalmente exceção a essa tendência, devendo-se mesmo reconhecer que em muitos setores sentimos agudamente a falta de estatísticas fidedignas e oportunas. A criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, há muitos anos, foi inegável avanço, especialmente porque essa entidade passou a dispor de recursos próprios para seu trabalho e ganhou alto prestígio na cúpula governamental. Há pouco transformado em Fundação, alegadamente para melhor se desenvolver, apresenta êle já agora, isto é, antes de terminado o ano, o Anuário Estatístico do Brasil correspondente a 1967, o que sem dúvida merece encômios. Mais interessante é ainda notar que o Anuário traz várias estatísticas novas, como as referentes à flutuação do emprego nas indústrias, em 1965; as de empregados existentes e desligados em

algumas unidades da Federação em 1966; as relativas ao censo dos servidores da União e atividades de extensão rural em todo o território brasileiro.

Encontram-se ainda outras informações além das habituais apresentadas nos 27 volumes que precederam o atual, como as estatísticas atualizadas sobre construção civil nas capitais dos Estados, e os resultados dos inquéritos econômicos realizados em 1966 sobre a indústria de transformação

Não vem ao caso analisar aqui se os progressos efetuados se devem à transformação da entidade em fundação, ou a uma administração mais dinâmica. O que importa ressaltar é o esforço de atualização e aperfeiçoamento, que é indiscutível

(Publicado na *Fôlha de São Paulo*, Capital, edição de 8-12-67.)

BALANÇO DEMOGRÁFICO DA FRANÇA PARA 1967

A 1º de janeiro de 1968, a população total da França elevava-se a 50 662 000 habitantes, seja um acréscimo de 432 000 (pouco menos de um por cento) em relação a 1º de janeiro de 1967, indica o balanço demográfico provisório de 1967, publicado no boletim mensal de estatística de janeiro do I.N.S.E.E.

Esse balanço foi estabelecido, baseado nas estatísticas do movimento natural da população, relativas aos três primeiros trimestres, no saldo migratório dos Argerianos, e, finalmente, nas entradas de outros estrangeiros em França durante os onze primeiros meses do ano. Esse será corroborado pelo recenseamento geral que começará a primeiro de março próximo.

Os dois terços do aumento da população para 1967 provêm do excedente dos nascimentos sobre os falecimentos. As baixas da natalidade e da nupcialidade registradas em 1966, acentuaram-se em 1967, a despeito de que inúmeras gerações, nascidas após a última guerra, atingiram a idade do matrimônio Assim sendo, o número de casamentos elevou-se em 1967 a 340 000, o que representa um índice de nup-

cialidade de 13,6 casamentos para 1 000 habitantes, seja 5% menos que para os anos de 1963 a 1965.

O número dos nascimentos registrados em 1967 (835 000) é nitidamente inferior ao dos anos precedentes (3% menos do que em 1966 e 4,5% menos que em 1964). O índice bruto de natalidade eleva-se a 16,8 para 1 000 habitantes, contra 17,4 para 1 000, em 1966, e 18,1 em 1964.

A mortalidade foi um pouco mais forte em 1967, em relação a 1966 538 000 falecimentos contra 525 500 no ano precedente O índice bruto da mortalidade eleva-se para 1967 a 10,8 para 1 000 contra 10,6 em 1966 Finalmente, o índice de crescimento natural (excedente dos nascimentos sobre os falecimentos) é apenas de 6 para 1 000 em 1967, contra 6,8 em 1966, e 7,4 em 1964

Por outro lado, as entradas de trabalhadores assalariados estrangeiros em França em 1967, estão igualmente em regressão de 17% em relação a 1965, no total, o excedente migratório é de 135 000 pessoas, seja 37,5% do aumento da população em França em 1967

LIVROS: IMPORTAÇÃO

Nos últimos dez anos, o Brasil importou cerca de 60 milhões de dólares de livros. As importações feitas em 1966, de 6,1 milhões de dólares, foram mais elevadas que as do ano anterior (5,7 milhões), mas ficaram aquém das de 1964 (6,3 milhões). Todavia, em nenhum ano do decênio 1957-66 foi alcançado o nível de 1956, quando importamos 7,3 milhões de dólares de livros Nesse decênio, as importações de livros feitas pelo Brasil se comportaram muito desigualmente: pouco mais de 6 milhões em 1957 e 1958, menos de 5 milhões em 1959, mais de 5 milhões nos dois anos seguintes, voltando a cair em 1962, desta vez para 4,6 milhões e elevando-se de novo em 1963: 5,9 milhões Nos primeiros oito meses de 1967, o Brasil

importou 5,6 milhões de dólares de livros, sendo de prever que o total deste ano volte a superar a casa dos 6 milhões de dólares. Mais de 50% do valor global das importações são de livros recebidos dos Estados Unidos: desde 1963 que o montante importado desse país se mantém à volta de 3 milhões de dólares anuais (chegou a 3,6 milhões em 1964). As importações de livros de Portugal caíram substancialmente no decênio em pauta, em 1957-60 foram em média de 1 milhão de dólares anuais, baixando para menos de 700 mil em 1961-62, 707 mil em 1963, e para menos de 500 mil em 1964 e 1965; reagiram um pouco em 1966, com 628 mil dólares.

As importações feitas da Espanha, que entre 1957 e 1962 se mantiveram,

em média, acima de 500 mil dólares, caíram nos três anos seguintes, voltando a crescer em 1966 (561 mil). Decréscimo extremamente acentuado se verificou nas importações de livros da França. Em 1956 ocupavam o segundo lugar na pauta, logo abaixo dos Estados Unidos, com 1,2 milhão de dólares; em 1957 ainda atingiram 930 mil dólares; daí por diante caíram quase ininterruptamente, situando-se abaixo de 500 mil dólares desde 1962; em 1966 somaram 407 mil dólares. As importações de livros da Grã-Bretanha apresentaram no decênio uma certa regularidade, oscilando entre 250 mil

e pouco mais de 300 mil dólares. Também relativamente regulares, embora com oscilações mais fortes, têm sido as compras de livros feitas ao Japão e ao México, ambos na faixa dos 150 mil dólares em 1966. Têm diminuído as importações de livros alemães (289 mil em 1966) e argentinos (255 mil em 1966), sendo de notar, porém, que no caso da Argentina o montante do ano passado foi o mais alto desde 1962. Além desses países, só a Itália nos tem fornecido nos últimos anos, em média, mais de 100 mil dólares anuais de livros.

Bibliografia

BIBLIOGRAFIA DE MOACIR MALHEIROS FERNANDES DA SILVA (1891-1967)

Bibliografia levantada por Nathalia Alves Ferreira Ramos e Maria Ivo Ferreira Santos, nas Bibliotecas Waldemar Lopes, do IBE, e na Biblioteca do IBG

CONVENÇÕES

Indicação bibliográfica — 3(3):626-35, jul/set 1941 — significa: volume 3 (fascículo ou número 3): páginas 626 a 635, data (mês e ano) do fascículo ou volume

OBRAS E FOLHETOS

- | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1925 | 1 | 1940 | 7 |
| <i>Hitérgrafos do Brasil (ensaio da meteorologia agrícola) Aplicação ao Brasil do Método Gráfico do cientista australiano Griffith Taylor</i> 1925. * | | <i>Diretrizes atuais na política de transportes — 1930-1940</i> Inseto em uma publicação do DIP. Rio de Janeiro, 1940 * | |
| 1927 | 2 | 1941 | 8 |
| <i>Penumbra</i> . Rio de Janeiro, 1927 [Sob o pseudônimo anagramático de <i>Carmino Vilas</i>] | | <i>Roda e asa</i> . Rio de Janeiro, Of. Gráficas "Alba", 1941. 208 p il | |
| 1929 | 3 | 1944 | 9 |
| <i>Pequena contribuição para o vocabulário pan-americano de estradas de rodagem</i> Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem, Comissão Executiva, 1929 * | | <i>Questão das terras da Ventania, no Estado do Paraná (laudo técnico)</i> Edição particular, 1944 * | |
| 1934 | 4 | | 10 |
| <i>Quilômetro zero (Caminhos antigos — Estradas modernas)</i> Rio de Janeiro, 1934 390 p il | | <i>Rodovia Getúlio Vargas</i> Rio de Janeiro [Departamento de Imprensa e Propaganda] 1944. 40 p il (Vultos, datas, realizações). | |
| 1937 | 5 | 1949 | 11 |
| <i>Pneu versus trilho</i> Rio de Janeiro [Departamento de Publicidade Técnica] 1937. 75 p il | | <i>Geografia dos transportes no Brasil</i> Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1949. 270 p il. (Biblioteca geográfica brasileira Série A: livros Publicação, 7). Publicado anteriormente, em 11 capítulos, na <i>Revista Brasileira de Geografia</i> , Rio de Janeiro, 1(2) 1939-3(4) 1941 | |
| 1938 | 6 | 1954 | 12 |
| <i>Pátria — Alocução proferida na solenidade oficial de 7 de setembro de 1938, na cidade de Porto Velho</i> Porto Velho, D.C.T., 1938. | | <i>Geografia das estradas de ferro brasileiras em seu primeiro centenário</i> Rio de Janeiro, CNG, 1954 | |

- 1956 13
Último adeus a Teixeira de Freitas
Oração em nome do IBGE, à hora da
saida do corpo do saudoso e eminen-
te estatístico para o cemitério de São
João Batista. Rio de Janeiro |Serviço
 Gráfico do IBGE| 1956 |3|p
- 1957 14
Geografia dos preços Rio de Janeiro
 |Serviço Gráfico do IBGE| 1957. 67 p
 il (Coleção Teixeira de Freitas, 4).
- 1958 15
Aspectos de geopolítica interna na
Constituição de 1946 Rio de Janeiro,
 1958 56 p
- ARTIGOS EM PERIÓDICOS
- 1921 16
 Indicador Meteorológico Brasileiro —
 localidades em que há, ou houve
 observações meteorológicas *Revista*
Brasileira de Meteorologia, Rio de
 Janeiro, 1921-1922. Publicado até a
 letra H *
- 1922 17
 Weather-Lore (provérbios, meteo-
 -agricolas). *Revista Brasileira de*
Meteorologia, 1922. *
- 1928 18
 Transportes de animais vivos e de leite
 nas EE.FF. As enfermidades das EE
 FF. *Técnica e Arte*, Rio de Janeiro,
 1928
- 1929 19
 Guanabara (descrição da) *O Cruzeiro*,
 Rio de Janeiro, 1929 il. Trabalho
 premiado. *
- 20
 A Mãe do ouro (meteoro ou bólido). *O*
Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1929. il *
- 21
 Matemática divina *Técnica e Arte*,
 Rio de Janeiro, 1929-1930. *
- 1931 22
 N S do Perpétuo Socorro — (relações
 matemáticas da maquete do tem-
 plo) *Forma*, Rio de Janeiro, 1931 *
- 23
 Viação férrea do Brasil e mudança da
 capital para o planalto central
Anuário dos Diários Associados,
 1931. *
- 1933 24
 Densidade rodoviária. In: *Anais do 5º*
Congresso Nacional de Estradas de
Rodagem 1933. *
- 1936 25
 Uma existência fulgurante — Francis-
 co Pereira Passos *Jornal do Brasil*,
 Rio de Janeiro, 29 ago 1936.
- 1940 26
 Rodovias e segurança nacional. *Na-*
ção Armada, Rio de Janeiro, 1940 *
- 1941 27
 Fronteiras internacionais *Revista Bra-*
sileira de Geografia, Rio de Janeiro,
 3(3):626-35, jul / set, 1941, mapa,
 gráf
- Comentário ao livro de S Whittemore
 Boggs, editado em 1940, pela Colum-
 bia University Press NY, com pre-
 fácio de Isaiah Bowman
- 1942 28
 Alguns animais curiosos da Amazônia
Revista Brasileira de Geografia, Rio
 de Janeiro, 4(2):357-69, abr / jun
 1942, fot.
- 29
 Transportes na Amazônia *Revista*
Brasileira de Geografia, Rio de Ja-
 neiro, 4(3):345-572, jul / set. 1942, fot,
 mapa, tab |Resumo em francês, es-
 panhol, alemão e esperanto|
- 30
 Geografia das fronteiras do Brasil *Re-*
vista Brasileira de Geografia, Rio de
 Janeiro, 4(4):749-70, out / dez. 1942,
 fot mapa, tab |Resumo em francês,
 espanhol, italiano, inglês, alemão e
 esperanto|
- 1943 31
 Toponímia ferroviária *Boletim Geo-*
gráfico, Rio de Janeiro, CNG, 1(5):5-
 -6, ago. 1943 (Editorial do mês)
- 32
 Os Gentílicos dos novos Territórios.
 (Nótula à geografia lingüística bra-
 sileira). *Boletim Geográfico*, Rio de
 Janeiro, CNG, 1(6):46-9, set. 1943,
 mapa (Contribuição didática)
- 1944 33
 Os Territórios Federais (Nôvo capítu-
 lo da geografia das fronteiras no
 Brasil) *Boletim Geográfico*, Rio de
 Janeiro, CNG, 1(10):34-47, jan. 1944,
 mapa, tab (Contribuição ao ensino)

- 34 1948 43
 A Geografia no Plano Rodoviário Nacional *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 6(1):106-23, jan/mar 1944, mapa, tab
- 35
 A Geografia e a estética *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, CNG, 1(12):5-7, mar. 1944 (Comentário) 44
- 1945 36
 A Rodovia transbrasiliana. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, CNG, 2(24):1829-36, mar 1945, mapa (Comentário)
- 37
 Como se distribui a iluminação pública do Rio de Janeiro *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 7(4):547-72, out/dez, 1945, fot., mapa, tab, gráf [Resumo em francês, italiano, espanhol, inglês e esperanto] Republicado em separata em 1946
- 1946 38
 Tentativa de classificação das cidades brasileiras *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 8(3):283-316, jul/set 1946, mapa, tab. (Resumo em francês, espanhol, italiano, inglês, alemão e esperanto) Republicada em separata
- 1947 39
 A Geografia da circulação sobre os continentes. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 9(1):113-29, jan./mar 1947. il (Comentário)
- 40
 As Estatísticas dos transportes e comunicações no Brasil *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 8(30/31):339-52, abr/set 1947. Republicada em separata em 1948
- 41
 Expansão dos transportes interiores *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 9(3):367-412, jul./set 1947, mapa, tab Conferência realizada na sede do CNG em 10-7-46 (Resumo em francês, espanhol, italiano, inglês, alemão e esperanto) Republicada em separata
- 42
 Alguns informes estatísticos sobre serviços de iluminação e de gás na cidade do Rio de Janeiro no último penta-decênio (1930-1944). *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 8(32):765-806, out/dez. 1947, tab gráf Republicado em separata em 1948
- Uma Antiga determinação da altitude do "Pico de Itatiaia" pelo Eng^o Hermínio Silva — Outras determinações hipsométricas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 10(1):113-23, jan/mar 1948, fot., tab, gráf (Comentários)
- A Geografia na literatura de ficção *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, CNG, 6(66):557-70, set 1948, mapa (Comentário)
- 1949 45
 As duas grandes ligações terrestres entre Rio de Janeiro e Bahia *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, CNG, 7(80):869-72, nov. 1949 (Resenha e opiniões) Republicado em *Rodovia*, Rio de Janeiro, 12(121):38-9, mar. 1950
- 1950 46
 "Uma estrada de ferro do Nordeste" *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 12(1):97-121, jan/mar 1950, fot, mapa, tab, gráf (Comentários)
 Comenta o estudo do prof. Estêvão Pinto "História de uma estrada de ferro do Nordeste"
- A Propósito da palavra "sertão". *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, CNG, 8(90):637-44, set 1950 (Comentário)
- 1954 48
 Saudação aos municipalistas *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, 7(26):65-6, abr./jun 1954.
- Um guia ferroviário brasileiro do fim do século XIX. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 16(2):252-66, abr /jun. 1954, mapa
 Comentário ao "Indicador geral da viação do Brasil — linhas férreas, fluviais e marítimas", editado em 1898
- 1955 50
 La Route Rio-Bahia, chemin des migrations du nord vers le sud. Quelques considerations historiques sur les liaisons internes entre le nord et le sud, du Brésil. *Bulletin de L'Institut International de Statistique*, Rio de Janeiro, 35(4):271-84, 1957, tab mapa. 29 sessão do Instituto Internacional de Estatística, Petrópolis, 24

junho-2 julho, 1955. (D — La statistique économique et sociale). |Resumo em inglês|.

TRABALHOS TÉCNICOS
OFICIAIS INÉDITOS

| | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1957 | 51 | 83 |
| Transportes fluviais e lacustres (no Brasil) <i>Boletim Geográfico</i> , Rio de Janeiro, CNG, 15(138) 328-40, maio/jun. 1957, tab., 15(139):491-3, jul./ago. 1957 (Contribuição ao ensino) | | |
| | 52 | 54 |
| Introdução à geografia dos transportes aéreos <i>Boletim Geográfico</i> , Rio de Janeiro, CNG, 15(141):762-82, nov/dez 1957, tab., gráf (Contribuição ao ensino). | | |
| | | Relatórios de várias Comissões Técnicas no MVOP e fora dêste * |
| | | * Referências incompletas, não existentes na Biblioteca Waldemar Lopes, do IBGE, e na Biblioteca do IBG, mas constantes da "Notícia bio-bibliográfica sobre o Autor" p IX-X, da obra citada sob o número 11 |

BIBLIOGRAFIA DE ARTHUR HEHL NEIVA

Bibliografia levantada pelo próprio Professor Arthur Hehl Neiva e completada por sua viúva A editoração conforme as normas brasileiras de documentação deve-se a Nathalia Alves Ferreira Ramos e Maria Helena Gomes de Paiva, da Diretoria de Documentação e Divulgação

PRINCIPAIS CONVENÇÕES

7(81) 987-94, dez. 1949 — significa volume 7 (fascículo ou número 81): páginas 987 a 94, data do fascículo ou do volume

OBRAS

- 1 — *Las actividades del CIME en el campo de las migraciones internacionales* Rio de Janeiro, 1956, 5 p Mimeogr
- 2 — *Algunos ejemplos de actividades colonizadoras realizadas por empresas particulares en el Brasil* Montevideo, 1959 22 p Mimeogr
- 3 — *Apostila de introdução às Ciências Sociais* Rio de Janeiro, Departamento de Publicações da Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica, 1964 84 p il. Mimeogr
- 4 — *Apostilhas de demografia histórica e doutrinal* Rio de Janeiro, Centro Acadêmico Roquette Pinto, 1959. 287 p Mimeogr.
- 5 — *Apostilhas de introdução às Ciências Sociais* Rio de Janeiro, Centro Acadêmico Roquette Pinto, 1960 2 fasc, 86 p Mimeogr
- 6 — *Brasil humano* Rio de Janeiro, 1964. 2 v. il. (|Brasil| CNG. Divisão Cultural— Curso de férias para o aperfeiçoamento de professores de geografia do ensino secundário) Mimeogr Ver 21
- 7 — *The Central Brazil Foundation What it is, what it does, what it plans.* Rio de Janeiro, 1946. 8 p |Mapa, tab. em apêndice| Mimeogr
- 8 — *A contribuição da Itália ao mundo sócio-cultural. Conferência realizada no Instituto de Língua e Cultura Italiana da Universidade do Ceará, em 30 mar 1965* Fortaleza, Instituto de Língua e Cultura Italiana, 1965 22 p
- 9 — *Deslocados de guerra — A verdade sobre sua seleção.* Rio de Janeiro, Ed A Noite, 1949 301 p
- 10 — *Discurso oficial In Homenagem ao grande brasileiro Cap. Dr Filinto Müller, por ocasião da inauguração, pelo Circulo Operário de Joinville, do Pavilhão Cap Filinto Müller Joinville, 1940*
- 11 — *Estrutura e dinâmica da população brasileira.* Rio de Janeiro, 1960. 19 p. Mimeogr.

- 12 — *Uma família teuto-brasileira* Porto Alegre, 1963. 46 p il Mimeogr
- 13 — *Fundos de investimentos nos Estados Unidos e no Japão* Rio de Janeiro, 1964 (Caderno Halles, 2) |Título da capa: Os investimentos nos E U A e no Japão|
- 14 — *Getúlio Vargas e o problema de imigração e colonização. Conferência realizada sob os auspícios do Instituto Nacional de Ciência Política em 13 dez. 1941.* Rio de Janeiro, Gráfica Labor, 1942. 50 p (Instituto Nacional de Ciência Política — Separata, 5) (1)
- 15 — *International migration affecting Latin America* New York, Milbank Memorial Fund, 1965 13 p (Anniversary Conference, 60^a, New York 1965 Population Round, Paper 5)
- 16 — *A latin-american looks at Latin-America* Palestra na XI Conferência Internacional do Serviço Social Internacional Petrópolis, 1962, 9 p Mimeogr
- 17 — *Necessidade imperiosa de conjugar investimentos industriais com os agrícolas* Belo Horizonte, 1958, 6 p. Mimeogr
- 18 — *Panorama demográfico. Imigração e colonização* Rio de Janeiro, 1963 22 p il. |Conferência na Escola Superior de Guerra| Mimeogr
- 19 — *Problemas de imigração e colonização* Rio de Janeiro, 1962. 35 p, il., tab. |Conferência na Escola Superior de Guerra| Mimeogr.
- 20 — *Settlement possibilities in the State of Paraná — General introduction.* Rio de Janeiro, 1949, 40 p. |Trabalho para o Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro|.
- PARTES DE OBRAS
- 21 — *Brasil humano* In |BRASIL| CNG Divisão Cultural — *Curso de férias para o aperfeiçoamento de professores de geografia do ensino médio, jan /fev 1964* Rio de Janeiro, 1965, p. 39-70, il. v 6
- 22 — *The cultural assimilation of immigrants in Brazil.* Colab com Manuel Diegues Junior In BORRIE, W D ed — *Cultural Integration of Immigrants.* Paris, UNESCO, 1959 p. 181-233
- 23 — *Ligeiras notas a respeito do quadro da imigração no Brasil a partir de 1819.* In: CARNEIRO, J. Fernando — *Imigração e Colonização no Brasil* Rio de Janeiro, 1950 (Universidade do Brasil. Faculdade Nacional de Filosofia Cadeira de Geografia do Brasil Publicação avulsa, 2) Apêndice p. 61-5
- COLABORAÇÃO EM OBRAS COLETIVAS
- 24 — *Aculturação* In: *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro — São Paulo, Enciclopédia Britânica Editora Ltda, 1964. 13 v, v 1, p 70-1
- 25 — Afonso de Albuquerque. In: *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro — São Paulo, Enciclopédia Britânica Editora Ltda, 1964 13 v., v 1, p. 203
- 26 — África: pré e proto-história In: *Enciclopédia Barsa.* Rio de Janeiro — São Paulo, Enciclopédia Britânica Editora Ltda., 1964. 13 v, v. 1, p. 113-5
- 27 — Albuquerque Em colab com Francisco de Assis Barbosa In: *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro — São Paulo, Enciclopédia Britânica Editora Ltda, 1964 13 v, v 1, p 203-4
- 28 — Alfred Bernhard Nobel. In: *Enciclopédia Barsa.* Rio de Janeiro — São Paulo, Enciclopédia Britânica Editora Ltda, 1964. 13 v, v 10, p 32-3
- 29 — América pré e proto-história. In: *Enciclopédia Barsa.* Rio de Janeiro — São Paulo, Enciclopédia Britânica Editora Ltda., 1964 13 v., v. 1, p 319-20
- 30 — Antônio José de Almeida. In *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro — São Paulo, Enciclopédia Britânica Editora Ltda, 1964 13 v, v 1, p. 278.
- 31 — Antropologia In *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro — São Paulo, Enciclopédia Britânica Editora Ltda, 1964 13 v., v 2, p. 1-11, il
- 32 — Ariano In *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro — São Paulo, Enciclopédia Britânica Editora Ltda, 1964. 13 v, v 2, p 137
- 33 — Arqueologia In *Enciclopédia Barsa.* Rio de Janeiro — São Paulo, Enciclopédia Britânica Editora Ltda, 1964 13 v., v. 2, p 154-61, il.

- 34 — Ásia: história In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro — São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964. 13 v., v. 2, p. 253-66, il.
- 35 — Ásia: pré e proto-história. In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro — São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda., 1964 13 v., v. 2, p. 252-3
- 36 — Atlântida In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro — São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964 13 v., v. 2, p. 298-9.
- 37 — Casa de Aviz. In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964 13 v., v. 2, p. 391.
- 38 — Celtas. In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964 13 v., v. 4, p. 181-2
- 39 — Censo In *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964 13 v., v. 4, p. 188-90
- 40 — Cifra e chave (Criptografia). In: *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964 13 v., v. 4, p. 274-5
- 41 — Conde de Arganil. In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda., 1964 13 v., v. 2, p. 117
- 42 — Crescente fértil In: *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda., 1964 13 v., v. 5, p. 9
- 43 — Crime. In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964. 13 v., v. 5, p. 10-1
- 44 — Dom Afonso VI. In: *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964 13 v., v. 1, p. 95
- 45 — Dom Antônio, Prior do Crato. In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda., 1964 13 v., v. 1, p. 443.
- 46 — Dom Francisco de Almeida In *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964 13 v., v. 1, p. 278-9.
- 47 — Etruscos. In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda., 1964 13 v., v. 6, p. 57-9, il
- 48 — Europa: pré e proto-história. In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964. 13 v., v. 6, p. 74-6.
- 49 — Evolução: atualidade e evolucionismo socio-cultural e filosófico In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda., 1964. 13 v., v. 6, p. 88-91.
- 50 — Genserico In *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964. 13 v., v. 6, p. 446.
- 51 — Godos. In. *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda., 1964 13 v., v. 7, p. 63-4.
- 52 — Habitação e povoado. Em colab. com Nícia Lecoq Müller. In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda., 1964. 13 v., v. 7, p. 226-33, il
- 53 — Heinrich Schliemann. In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda., 1964 13 v., v. 12, p. 379-80
- 54 — Homem In *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda., 1964. 13 v., v. 7, p. 364-6, il.
- 55 — Indus: civilização. In: *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda., 1964. 13 v., v. 7, p. 479-80.
- 56 — José Inácio de Abreu e Lima. Em colab com Guy de Hollanda. In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964. 13 v., v. 1, p. 20.
- 57 — Manuel de Arruda Câmara In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda., 1964. 13 v., v. 2, p. 195.
- 58 — Marquês de Abrantes. Em colab. com Guy de Hollanda In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda., 1964. 13 v., v. 1, p. 18
- 59 — Migrações: migrações e antropologia. In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda., 1964. 13 v., v. 9, p. 221-4.

- 60 — Migrações pré e proto-históricas. In: *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964 13 v, v. 9, p 224-6
- 61 — Numismática. In *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964. 13 v, v 10, p 69-70
- 62 — Oceania: pré e proto-história In: *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964 13 v, v 10, p 80-2, il
- 63 — População In *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964 13 v, v 11, p 134-9, il
- 64 — Povoamento do Brasil no século XVIII In *Proceedings of the International Colloquium on Luso-Brazilian Studies* (Atas do Colóquio Internacional de Estudos Brasileiros) Nashville, The Vanderbilt University Press, 1953 p 281-6
- 65 — Pré-História, Antiguidade, Idade Média. In *Pequena História da Civilização* Rio de Janeiro, Tipografia Baptista de Souza, 1939 (Coleção portuguesa dirigida pelo Prof R J Botkin, 21) v 1, 126 p
- 66 — Pré-História In: *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964 13 v, v 11, p 203-14, il
- 67 — Prêmio Nobel In: *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964 13 v, v 11, p 214-18
- 68 — Primatas fósseis In *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964 13 v, v 11, p. 229-33, il
- 69 — Proto-História In: *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda., 1964 13 v, v 11, p 261-73, il
- 70 — Proveniência das primeiras levas de escravos africanos In *Anais do IV Congresso de História Nacional* Rio de Janeiro, 1950. v 4, p. 487-523
- 71 — Relatório Geral da 7ª Comissão "Imigração e Colonização". In: *IV Congresso Nacional de Municípios* Rio de Janeiro, 1957 8 p.
- 72 — Rio de Janeiro, terra fluminense In: *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964. 13 v, v 12, p. 92-8, il
- 73 — Sir Arthur John Evans In *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964 13 v, v. 6, p 84-5.
- 74 — Sir Austen Henry Layard. In *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964 13 v, v. 8, p 265
- 75 — Sir Henry Creswicke Rawlinson In *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964 13 v, v. 11, p 385
- 76 — Sociocultural In *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda, 1964 13 v, v 13, p 3
- 77 — Tróia In *Enciclopédia Barsa* Rio de Janeiro-São Paulo, Enciclopédia Britânica Editôra Ltda., 1964. 13 v, v 13, p 344-5, il

COLABORAÇÃO EM PERIÓDICOS

- 78 — Análise sumária do moderno conceito de Geografia *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 5 out. 1949 Discurso de posse na Sociedade Brasileira de Geografia
- 79 — ——— *Formação*, Rio de Janeiro, 138 34-42, jan. 1950.
- 80 — ——— *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 7(81):987-94, dez 1949 [Acrescido de notas complementares]
- 81 — Apreciação crítica de *Selected Studies of Migration Since World War II*, do Milbank Memorial Fund *Síntese política, Econômica, Social*, Rio de Janeiro, 4(14):116-8, abr / jun 1962
- 82 — Apreciação crítica do Congresso Internacional da População, Viena, 1959 *Síntese Política, Econômica, Social*, Rio de Janeiro, 2(7).66-75, jul/set. 1960

- 83 — Apreciação crítica do livro *Géographie de la Population*, de Jacqueline Beaulieu-Garnier. *Síntese Política, Econômica, Social*, Rio de Janeiro, 1(3):84-7, jul/set. 1959
- 84 — Apreciação crítica do livro *Landerschliessung und Kolonisation in Latein Amerika*, de Johannes Schauff. *Síntese Política, Econômica, Social*, Rio de Janeiro, 2(6), 101-3, abr/jun. 1960
- 85 — Apreciação crítica do livro *População e Propriedade da Terra no Brasil*, de Manuel Diegues Junior. *Síntese Política, Econômica, Social*, Rio de Janeiro, 2(6):99-101, abr/jun. 1960.
- 86 — Apreciação crítica do livro *Techniques of Population Analyses*, de George W Barclay. *Síntese Política, Econômica, Social*, Rio de Janeiro, 2(7):66-75, jul/set 1960.
- 87 — Apreciação crítica dos livros *An Introduction to Anthropology*, de Ralph L Beals e Harry Hoijer, *Cultural Anthropology*, de Felix M Keesing e *The World of Man*, de John J Honigmann. *Síntese Política, Econômica, Social*, Rio de Janeiro, 2(5):83-8, jan/mar 1960
- 88 — Artigo sério. *Rio*, Rio de Janeiro, 64:92-3 e 113-4, out 1944, il
- 89 — Aspectos geográficos de imigração e colonização do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 9(2):249-70, abr/jun 1947. |Republicada em separata da mesma Revista|
- 90 — Braços! braços! O grito de nossa terra. *Correio da Noite*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1945
- 91 — O Brasil precisa de imigrantes. Em colab com Raphael Xavier, Edgard Teixeira Leite, Josué de Castro, Martins de Almeida e outros. *Revista do Comércio*, Rio de Janeiro, 2(8):5-26, jul. 1946
- 92 — Colonização nipônica e germânica no sul do Brasil — Relatório de uma viagem realizada em janeiro de 1940, à Fazenda Bastos, núcleo de colonização nipônica e ao vale do Itajaí, zona de colonização germânica. Em colab com Aristóteles de Lima Câmara. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, 2(1):39-121, jan. 1941.
- 93 — ——. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, 2(2/3):892-903, abr./jul 1941 |Com retificações|
- 94 — |Comments on Mr Arthur A Campbells's discussion of Carmen A. Mirós and Ferdinand Rath's paper *Preliminary findings of comparative fertility surveys in three Latin America Cities*| *Milbank Memorial Fund Quarterly*, New York, 43(4) 68, Oct 1965. |Editado também em espanhol|
- 95 — |Comments on Mr Donald J Bogue's discussion of Gino Germani's paper on *Needed research on internal migration in Latin America*| *Milbank Memorial Fund Quarterly*, New York, 43(4, part 2):335-6, Oct. 1965 |Editado também em espanhol|
- 96 — |Comments on Mr Jorge Aria's discussion of Louis J Ducaff's paper on the *Role of migration in the demographic development of Latin America*| *Milbank Memorial Fund Quarterly*, New York, 43(4, part 2):213-4, Oct 1965 |Editado também em espanhol|
- 97 — |Comments on Mr Tulo H Montenegro's discussion of A. N. Neiva's paper on *International Migrations Affection Latin America*| *Milbank Memorial Fund Quarterly*, New York, 43(4, part 2):141-3, Oct. 1965 |Editado também em espanhol|
- 98 — Comment on Raoul Naroll's *On ethnic unit classification Current Anthropology*, Chicago, 5(4):302-3, Oct. 1964
- 99 — Condicionamentos demográficos da realidade brasileira. *Síntese Política, Econômica, Social*, Rio de Janeiro, 4(14):33-43, abr./jun 1962 |Traduzido para o inglês em *Migration News*, Genebra, 13(1):1-5, jan/fev, 1964|
- 100 — Da Conveniência do ensino de noções de economia e finanças a determinadas categorias de servidores do Estado. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, 3(1):102-6,

- jul. 1942. [Conferência pronunciada na 5.^a reunião mensal da Divisão de Aperfeiçoamento do DASP, 27 maio 1942]
- 101 — Defende-se o ex-chefe da Comissão de Seleção na Europa. *A Noite*, Rio de Janeiro, 11 nov. 1947.
- 102 — Desbravando os invios sertões do Oeste Brasileiro. *A Noite*, Rio de Janeiro, 14 nov 1944
- 103 — Em mangas de camisa *Rio Social*, Rio de Janeiro, 58:48-9, abr. 1944; 59:79, maio de 1944; 60:75, jun. 1944; 61:86, jul. 1944; 62:94, agô. 1944, 63:94, set 1944; 64:100, out 1944.
- 104 — Em prol da economia dirigida [Sob pseudônimo de Olaf Petersen] *O Radical*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1935
- 105 — Entrada de estrangeiros no Brasil Justificação de motivos aos Decretos 24 215 e 24258, de 9 e 16 de maio de 1934, elaborada pela Comissão Conjunta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e Polícias do Distrito Federal e São Paulo. Em colab com F. V. de Oliveira Vianna, A Pirajá de Oliveira, O. Coelho de Souza e A. Paglinchi *Arquivos da Polícia Civil*, Rio de Janeiro, 2(6):16-49, jun / dez 1934.
- 106 — O Estado atual da televisão na Alemanha. *Boletim do Circulo de Técnicos Militares*, Rio de Janeiro, 1(3):86-119, out 1939, fot
- 107 — Estados Unidos *Rio*, Rio de Janeiro, 62:56-7, agô 1944, il.
- 108 — Estudos sôbre a imigração semita no Brasil *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, 5(2):215-422, jun. 1944.
- 109 — ———, Rio de Janeiro, 1946 210 p [Separata com introdução]
- 110 — Evolução da política imigratória no Brasil *Cultura Política*, Rio de Janeiro, 1(1):42-50, mar 1941; 1(2):126-42, abr. 1941; 1(3):125-40, maio 1941; 1(4):131-47, jun. 1941; 1(5):104-19, jul. 1941; 1(6):136-50, agô. 1941; 1(7):96-110, set 1941; 1(8):68-84, out 1941; 1(9):135-51, nov. 1941; 1(10):83-103, dez. 1941; 2(11):81-98, jan. 1942; 2(12):71-80, fev. 1942; 2(14):61-77, abr. 1942, 2(15):80-96; 2(16):78-96, jun. 1942; 2(17):81-98, jul. 1942; 2(18):70-89, agô. 1942, il.
- 111 — A Expedição Roncador-Xingu. *O Observador Econômico e Financeiro* Rio de Janeiro, 10(109):152-7, fev. 1945, il.
- 112 — Fracasso no Plano de Imigração do Governo. *Fôlha Carioca*, Rio de Janeiro, 11 nov. 1947.
- 113 — Fundação Brasil Central — seus objetivos, suas realizações. *Boletim Shell*, Rio de Janeiro, 3(26):10-4, jan/fev. 1945, il.
- 114 — Getúlio Vargas e o problema da imigração e colonização *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, 3(1):24-70, abr. 1942. (1)
- 115 — Greetings to all Fulbrighters — Saudações a todos os nossos Fulbrighters. *Fulbright Courier*, Rio de Janeiro, 4(2):2, abr/jun. 1963.
- 116 — A Imigração de deslocados *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1947.
- 117 — A Imigração e a colonização no governo Vargas. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, 2(21):217-4, nov 1942. [Transcrito com ligeiras correções na *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, 3(1):24-70, abr. 1942]. (1)
- 118 — A Imigração na política brasileira de povoamento *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, 2(6):220-44, abr 1944
- 119 — A Importância da pesquisa no campo da ciência pura. *Digesto Econômico*, São Paulo, 6(71):109-15, out. 1950
- 120 — La Importancia de la imigración en el desarrollo del Brasil. *Migración*, Genebra, 1(1) jan/mar. 1961
- 121 — Importante movimento de penetração no oeste. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 16 nov 1944
- 122 — International migrations affecting Latin America *Milbank Memorial Fund Quarterly*, New York, 43(4, part 2):119-35, Oct 1965. [Editado também em espanhol]
- 123 — Involução econômica. *Justitia*, Rio de Janeiro, 2(16/17):174-7, agô/set. 1935.

- 124 — John F. Kennedy. *Fulbright Courier*, Rio de Janeiro, 5(4): 1, out./dez. 1963, il
- 125 — Meio século de imigração. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 jun 1951.
- 126 — Mentem no Conselho de Imigração. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, 11 nov 1947
- 127 — Mesa-redonda sôbre imigração Em colab. com Raphael Xavier, Edgard Teixeira Leite, Josué de Castro, Castro Barreto, Martins de Almeida e outros. *Revista Brasileira de Medicina Pública*, Rio de Janeiro, 2(7):59-111, maio/jun. 1946.
- 128 — Morilândia *Boletim da Sociedade Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 1(1):11-4, jul/ago. 1950
- 129 — Mudam os tempos *Crônica da Holanda*, Rio de Janeiro, 6(31) 24-5, out 1961. [Ed. especial comemorativa dos 50 anos de emigração holandesa para o Brasil]
- 130 — Município e planejamento: um golpe de vista *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, 3(2):633-6, jul/set. 1950.
- 131 — Novos rumos — a) Políticos, b) Econômicos *Diário de Notícias*, Salvador, 13 mar., 5 e 13 abr.; 4, 11 e 14 jun. 1935
- 132 — Observações e comentários *Revista do Club de Engenharia*, Rio de Janeiro, 1(7)342-4, abr. 1935, 1(8):372-3, maio 1935; 1(9):402-3 e 418, jun 1935.
- 133 — Onde haverá casa e terra para todos. *Fôlha Carioca*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1944.
- 134 — Perdemos uma oportunidade. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1947
- 135 — A política imigratória do Brasil no século XVI, XVIII — A contribuição africana; estudo sôbre alguns reinos da Guiné Superior, *Cultura Política*, 2(19):128-41, set. 1942, il
- 136 — Povoamento Costa dos Escravos no século XVI, estudo dessa região e das adjacentes na Guiné Superior como subsídio à sua influência sôbre a corrente imigratória negra para o Brasil nessa época. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, 2(22):54-70, dez 1942, il
- 137 — Povoamento do Brasil no século XVIII *Revista de História*, São Paulo, 4(10):379-86, abr./jul. 1952, il, mapa.
- 138 — Prefácio In: MARTINELLI, Ociola — *O Serviço de Registro de Estrangeiros do Distrito Federal* (Relatório dos trabalhos realizados em 1939). *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, 1(3): 475-6, jul 1940.
- 139 — O Problema da imigração e colonização *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, Rio de Janeiro, 9(107): 263-309, jul. 1943 [Transcrição de *Cultura Política*, Rio de Janeiro, 2(21): 217-24, nov. 1942] (1)
- 140 — O Problema do caryão nacional [Sob pseudônimo de Antônio Lopes Pessoa] *O Radical*, Rio de Janeiro, 2 jul 1932.
- 141 — O Problema imigratório brasileiro. Tese apresentada ao 1.º Congresso Brasileiro de Economia, 1943. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, 5(3):468-591, set 1945.
- 142 — ——. Separata, 1945, 132 p
- 143 — ——. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, Rio de Janeiro, 130:273-87; 131:302-27; 132:214-20; 133 183-97; 134:234-50; 135: -230-4; 136:200-24, jun./dez. 1945.
- 144 — Recordações de uma viagem à África do Sul. *Fôlha do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 e 25 jul, 1, 8, 15, 22 e 29 ago, 5, 12, 19 e 26 set., 17 e 31 out, 7 nov 1937.
- 145 — Relíquias africanas *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 ago, 13 e 27 set, 2 e 20 dez. 1936
- 146 — Responsável o Conselho de Imigração *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 nov 1947.
- 147 — O Serviço de registro de estrangeiros. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, 1(1):48-57, jan 1940. [Resumo em francês].
- 148 — Técnica de administração — Princípios gerais. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, 1(2):24-7, jan. 1938.
- 149 — Wells, um homem empolgante. *Diário de Notícias*, Salvador, 25, 28 e 30 jan, 1 e 4 fev 1935

(1) Trabalho publicado como conferência em 1942. Republicado com vários títulos e ligeiras modificações em diversos periódicos

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1967

O Instituto Brasileiro de Estatística, órgão da Fundação IBGE, vem de lançar o vigésimo oitavo volume do "Anuário Estatístico do Brasil", referente ao ano de 1967. A edição desse periódico na primeira quinzena de novembro constitui um esforço da Fundação IBGE no sentido de antecipar a divulgação de valiosos dados estatísticos que abrangem aspectos físicos, demográficos, econômicos, sociais, culturais e administrativos.

Na presente publicação, que contém 776 páginas de tabelas e 74 gráficos, o Instituto Brasileiro de Estatística contou com o esforço das entidades oficiais e do setor privado, que integram o Sistema Estatístico Brasileiro, para melhorar o grau de atualização dos dados ora divulgados.

Além da matéria habitualmente apresentada, constam do Anuário Estatístico de 1967 dados sobre assuntos que são ali focalizados pela primeira vez, tais como flutuação do emprego na indústria, em 1965, empregados existentes e desligados em algumas Unidades da Federação, em 1966; Censo dos Servidores Cíveis da União e atividades de Extensão Rural no território nacional. Foram ainda incluídas estatísticas atualizadas sobre a construção civil em todas as Capitais estaduais, bem como os resultados dos Inquéritos Econômicos realizados em 1966 na indústria de transformação, abrangendo o pessoal ocupado, salários, valor da produção e das vendas.

PUBLICAÇÕES EDITADAS PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA EM 1967

354 075 82:31(81)

LEGISLAÇÃO Resoluções da Junta Executiva Central: 871 a 904, 1966 Resoluções da Comissão Censitária Nacional: 72, 1965 a 80, 1966 Rio de Janeiro |Serv. Gráf. da Fundação IBGE| 1967 56 p

389.6

NORMAS DE APRESENTAÇÃO TABULAR |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE| 1967. 20 p

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

OBRAS E FOLHETOS

31(81)

BRAZIL a statistical glimpse |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 1 f. desd. il.

BRÉZIL: un aperçu statistique |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 1 f. desd. il.

BRASIL un bosquejo estadístico |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 1 f. desd. il.

BRAZIL TODAY Rio de Janeiro |Serv. Gráf. da Fundação IBGE| 1967 167 p il.

354 075 82 317+91(81)

O IBGE em 1966 |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 40 p fot.

SÉRIES

911 6(811 32 BOR)

BORBA, Amazonas Texto de Aldalita Medeiros e desenho de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 1 f. desd. il. (Coleção de Monografias Série B, 98)

911 6(811 52 CAC ARA)

CACHOEIRA DO ARARI, Pará Texto de Paul Schnetzer e desenho de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. da Fundação IBGE| 1 f. desd. il. (Coleção de Monografias Série B, 122)

911 6(811 52 CAS)

CASTANHAL, Pará. Texto de Paul Schnetzer e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. da Fundação IBGE, 1967| 1 f. desd. il. (Coleção de Monografias Série B, 120)

911 6(811 52 IGA)

IGARAPÉ-MIRI, Pará Texto de Guilherme Camarinha Martins e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos

- [Rio de Janeiro, Serv Gráf. da Fundação IBGE, 1967] 1 f. desd il (Coleção de Monografias Série B, 131)
- 911 6(811 62 AMA)
- AMAPÁ, Território do Amapá Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos [Rio de Janeiro, Serv. Gráf da Fundação IBGE, 1967] 1 f desd. il. (Coleção de Monografias Série B, 130)
- 911 6(811 62 MAZ)
- MAZAGÃO, Território do Amapá. Texto de Aldalita Medeiros e desenho de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar [Rio de Janeiro, Serv. Gráf. da Fundação IBGE, 1967] 1 f desd il (Coleção de Monografias Série B, 126)
- 911 6(812 12 ALC)
- ALCANTARA, Maranhão [Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella Desenhos do Púlpito do Carmo e da Igreja do Rosário, de Milton Luz Rio de Janeiro, Serv Gráf. do IBGE, 1967] 14 p il. (Coleção de Monografias, 375)
- 911 6(812 22 AMA)
- AMARANTE, Piauí Texto de Rilza Ferreira Saldanha e desenho de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar [Rio de Janeiro, Serv. Gráf da Fundação IBGE, 1967] 1 f desd. il (Coleção de Monografias Série B, 127)
- 911 6(812 22 BAR)
- BARRAS, Piauí Texto de Aldalita Medeiros e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos [Rio de Janeiro, Serv Gráf do IBGE, 1967] 1 f desd il (Coleção de Monografias. Série B, 100)
- 911 6(812 22 GUA)
- GUADALUPE, Piauí Texto de Pedro Baltazar de Almeida e desenho de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar [Rio de Janeiro, Serv Gráf. da Fundação IBGE, 1967] 1 f desd. il (Coleção de Monografias Série B, 123)
- 911 6(812 22 PIR)
- PIRACURUCA, Piauí Texto de Paul Schnetzer e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos [Rio de Janeiro, Serv Gráf. do IBGE, 1967] 1 f. desd il. (Coleção de Monografias Série B, 108)
- 911 6(813 12 IGU)
- IGUATU, Ceará Texto de Aldalita Medeiros e desenho de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar [Rio de Janeiro, Serv Gráf da Fundação IBGE, 1967] 1 f. desd. il (Coleção de Monografias Série B, 113)
- 911 6(813 12 LAV MAN)
- LAVRAS DA MANGABEIRA, Ceará [Texto de Aldalita Medeiros e desenho da capa de Jorge Coelho Alves de Mattos Rio de Janeiro Serv Gráf. do IBGE, 1967] 14 p il (Coleção de Monografias, 363)
- 911 6(813 22 FLO)
- FLORÂNIA, Rio Grande do Norte. Texto de Paul Schnetzer e desenho de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar [Rio de Janeiro Serv Gráf. do IBGE, 1967] 1 f desd il. (Coleção de Monografias Série B, 104)
- 911 6(813 22 GOI)
- GOIANINHA, Rio Grande do Norte Texto de Lucia Maria Loureiro Werneck e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos [Rio de Janeiro, Serv Gráf da Fundação IBGE, 1967] 1 f desd il (Coleção de Monografias Série B, 114)
- 911 6(813 32 GUA)
- GUARABIRA, Paraíba [Texto de Paul Schnetzer e desenho da capa de Jorge Coelho Alves de Mattos Rio de Janeiro, Serv Gráf do IBGE, 1967] 14 p il (Coleção de Monografias, 371)
- 911 6(813 22 PEN)
- PENDÊNCIAS, Rio Grande do Norte. Texto de Aldalita Medeiros e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos [Rio de Janeiro, Serv Gráf. do IBGE, 1967] 1 f. desd. il (Coleção de Monografias Série B, 110)
- 911 6(813 32 SAN RIT)
- SANTA RITA, Paraíba Texto de Paul Schnetzer e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos [Rio de Janeiro, Serv. Gráf do IBGE, 1967] 1 f. desd il. (Coleção de Monografias Série B, 105)
- 911 6(813 32 SOU)
- SOUSA, Paraíba [Texto de Rubens Gouvêa e desenho da capa de Jorge Coelho Alves de Mattos Rio de Janeiro, Serv Gráf. do IBGE, 1967] 14 p il (Coleção de Monografias, 357) Edição comemorativa do 2.º centenário de criação do Município
- 911 6(813 42 TAM)
- TAMBÉ, Pernambuco Texto de Aldalita de Lima Medeiros e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos [Rio de Janeiro, Serv Gráf da Fundação IBGE, 1967] 14 p il. (Coleção de Monografias, 385) Edição comemorativa do 1º Centenário do Município

911 6(813 52 DEL GOU)

DELMIRO GOUVEIA, Alagoas |Texto de Aldalita Medeiros e desenho de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. da Fundação IBGE, 1967| 1 f desd il. (Coleção de Monografias. Série B, 124)

911 6(813 52 IGR NOV)

IGREJA NOVA, Alagoas |Texto de Lúcia Maria Loureiro Werneck e desenho da capa de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 10 p. il (Coleção de Monografias, 355)

911 6(813 52 MAR DEO)

MARECHAL DEODORO, Alagoas. Texto de Aldalita Medeiros e desenhos de Jorge Coelho Alves de Mattos |Rio de Janeiro, Serv Gráf da Fundação IBGE, 1967| 1 f desd. il (Coleção de Monografias Série B, 129)

911 6(814 12 CAP)

CAPELA, Sergipe. Texto de Aldalita Medeiros e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos |Rio de Janeiro, Serv Gráf da Fundação IBGE, 1967| 1 f desd. il (Coleção de Monografias Série B, 116)

911 6(814 12 ITA)

ITABAIANINHA, Sergipe |Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella e desenho da capa de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar Rio de Janeiro, Serv Gráf. do IBGE, 1967| 10 p il. (Coleção de Monografias, 365)

911 6(814 12 MAR)

MARUIM, Sergipe. Texto de Paul Schnetzer e desenho de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar |Rio de Janeiro, Serv. Gráf do IBGE, 1967| 1 f desd. il (Coleção de Monografias, Série B, 101)

911 6(814.12 NEO)

NEÓPOLIS, Sergipe. Texto de Aldalita Medeiros e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos |Rio de Janeiro, Serv. Gráf da Fundação IBGE, 1967| 1 f desd. il (Coleção de Monografias Série B, 115)

911 6(814 12 RIA)

RIACHUELO, Sergipe Texto de Paul Schnetzer e desenho de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 1 f. desd il (Coleção de Monografias. Série B, 99)

911 6(814 22 AUR LEA)

AURELINO LEAL, Bahia |Texto de Lúcia Maria Loureiro Werneck e desenho da capa de Jorge Coelho Alves de Mattos Rio de Janeiro. Serv. Gráf da Fundação IBGE, 1967| 11 p il (Coleção de Monografias, 386)

911 6(814 22 CAN)

CANDEIAS, Bahia Texto de Guilherme Camarinha Martins e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos |Rio de Janeiro, Serv Gráf. da Fundação IBGE, 1967| 1 f desd il. (Coleção de Monografias Série B, 119)

911 6(814 22 CRU ALM)

CRUZ DAS ALMAS, Bahia Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella e desenho de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar |Rio de Janeiro, Serv Gráf do IBGE, 1967| 1 f. desd. il. (Coleção de Monografias Série B, 102)

911 6(814 22 PAU AFO)

PAULO AFONSO, Bahia |Texto de Aldalita Medeiros, desenho da capa de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar Rio de Janeiro, Serv. Gráf do IBGE, 1967| 14 p il (Coleção de Monografias, 362)

911 6(815 12 AIM)

AIMORÉS, Minas Gerais |Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella e desenho da capa de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar Rio de Janeiro, Serv Gráf do IBGE, 1967| 14 p il (Coleção de Monografias, 351) Edição Comemorativa do cinquentenário de criação do Município

911 6(815 12 CAM BEL)

* CAMPO BELO, Minas Gerais |Texto de Lúcia Maria Loureiro Werneck e desenho da capa de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar Rio de Janeiro, Serv Gráf do IBGE, 1966| 14 p il (Coleção de Monografias, 347)

911 6(815 12 CON LAF)

CONSELHEIRO LAFAIETE, Minas Gerais |Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella e desenho da capa de Jorge Coelho Alves de Mattos. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 15 p il (Coleção de Monografias, 376)

911 6(815 12 CON)

CONTAGEM, Minas Gerais |Texto de Rubens Gouvêa e desenho da capa de Jorge de Mattos Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 16 p. il (Coleção de Monografias, 356)

911 6(815 12 ITA)

ITAMONTE, Minas Gerais. Texto de Rilza Ferreira Saldanha e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos. |Rio de Janeiro, Serv Gráf. da Fundação IBGE, 1967| 1 f. desd. il. (Coleção de Monografias Série B, 133)

911 6(815 12 NOV LIM)

NOVA LIMA, Minas Gerais Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella e desenho de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar |Rio de Janeiro, Serv Gráf. da Fundação IBGE, 1967| 1 f desd il (Coleção de Monografias Série B, 118)

911 6(815 12 POÇ CAL)

POÇOS DE CALDAS, Minas Gerais |Texto de Rubens Gouvêa. Diagramação de Valdemar Cavalcanti. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. da Fundação IBGE, 1967| 23 p il (Coleção de Monografias, 390)

911 6(815 12 PON NOV)

PONTE NOVA, Minas Gerais. 2 ed |Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella e desenho da capa de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 16 p il (Coleção de Monografias, 354) Comemorativa do 1º centenário da Cidade

911 6(815 12 SAN DUM)

SANTOS DUMONT, Minas Gerais. Texto de Célio Côrtes de Figueiredo Murta, desenho da capa de Jorge Coelho Alves de Mattos e retrato de Santos Dumont de J M. Machado |Rio de Janeiro, Serv Gráf. da Fundação IBGE, 1967| 14 p il. (Coleção de Monografias, 384)

911 6(815 12 TEO OTO)

TEÓFILO OTONI, Minas Gerais. Texto de Rubens Gouvêa e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 1 f desd il. (Coleção de Monografias. Série B, 112)

911 6(815 12 TRE PON)

TRÊS PONTAS, Minas Gerais. 2 ed |Texto de Paul Schnetzer e desenho da capa de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar Rio de Janeiro, Serv Gráf. do IBGE, 1967| 13 p il (Coleção de Monografias, 368)

911 6(815 22 CAR)

CARIACICA, Espírito Santo Texto de Rubens Gouvêa e desenho de Q Campofiorito |Rio de Janeiro, Serv Gráf do IBGE, 1967| 1 f. desd. il (Coleção de Monografias Série B, 111)

911 6(815 22 CON BAR)

CONCEIÇÃO DA BARRA, Espírito Santo. Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos |Rio de Janeiro, Serv Gráf. da Fundação IBGE, 1967| 1 f desd il (Coleção de Monografias Série B, 136)

911 6(815 22 DOM MAR)

DOMINGOS MARTINS, Espírito Santo. Texto de Aldalita Medeiros e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos |Rio de Janeiro, Serv Gráf. da Fundação IBGE, 1967| 1 f desd il. (Coleção de Monografias Série B, 134)

911 6(815 22 LIN)

LINHARES, Espírito Santo Texto de Aldalita Medeiros e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos |Rio de Janeiro, Serv. Gráf do IBGE, 1967| 1 f desd. il (Coleção de Monografias, Série B, 109)

911 6(815 22 MIM SUL)

MIMOSO DO SUL, Espírito Santo Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella e desenho de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar |Rio de Janeiro, Serv Gráf. da Fundação IBGE, 1967| 1 f desd il (Coleção de Monografias Série B, 121)

911 6(815 32 MAC)

MACAÉ, Rio de Janeiro 2 ed |Texto de Guilherme Camarinha Martins e desenho da capa de Jorge Coelho Alves de Mattos Rio de Janeiro Serv Gráf do IBGE, 1967| 18 p il (Coleção de Monografias, 372)

911 6(815 32 MAG)

MAGÉ, Rio de Janeiro 2. ed. |Texto de Rubens Gouvêa e desenho da capa de Francisco Xavier da Costa Rio de Janeiro, Serv Gráf do IBGE, 1967| 18 p. il (Coleção de Monografias, 350)

911.6(815 32 MIG PER)

* MIGUEL PEREIRA, Rio de Janeiro |Texto de Natalicio Fragozo de Alencar e desenho da capa de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar. Rio de Janeiro, Serv Gráf do IBGE, 1966| 17 p il (Coleção de Monografias, 348)

911 6(815 32 PAR)

PARATI, Rio de Janeiro |Texto de Aldalita Medeiros Desenho da capa da matriz N Sª dos Remédios de Robert Delachaume Rio de Janeiro, Serv. Gráf do IBGE, 1967| 24 p il (Coleção de Monografias, 374) Edição comemorativa do tricentenário de criação do Município

911 6(815 4)

GUANABARA |Texto de Fernando Pereira Cardim e desenho da capa — Outeiro da Glória — de José Maria Fernandes Machado, Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 54 p il (Coleção de Monografias, 373)

911 6(816 12 ARA)

ARARAS, São Paulo. 2. ed. |Texto de Guilherme Camarinha Martins e desenho do Brasão de Jorge Coelho Alves de Mattos Diagramação de Valdemar Cavalcanti Rio de Janeiro, Serv. Gráf. da Fundação IBGE, 1967| 14 p. il. (Coleção de Monografias, 389)

911 6(816 12 ARE)

AREIAS, São Paulo |Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella e desenho da capa de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 11 p il (Coleção de Monografias, 366) Edição comemorativa do 150.º aniversário de criação do Município

911 6(816 12 CON)

CONCHAS, São Paulo |Texto de Aldalita Medeiros e desenho da capa de Jorge Coelho Alves de Mattos Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 11 p. il. (Coleção de Monografias, 383) Edição comemorativa do cinquentenário de criação do Município

911 6(816 12 JAC)

JACUPIRANGA, São Paulo Texto de Aldalita Medeiros e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. da Fundação IBGE, 1967| 1 f. desd. il. (Coleção de Monografias. Série B, 117)

911.6(816 12 NOV HOR)

NÓVO HORIZONTE, São Paulo |Texto de Guilherme Camarinha Martins e desenho da capa de Jorge Coelho Alves de Mattos. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 14 p il. (Coleção de Monografias, 382) Edição comemorativa do cinquentenário de criação do Município

911 6(816 12 PIR)

PIRACICABA, São Paulo 2 ed |Texto de Aldalita de Lima Medeiros e desenho de capa de Jorge Coelho Alves de Mattos. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 33 p. il. (Coleção de Monografias, 377)

911 6(816 12 PRE PRU)

PRESIDENTE PRUDENTE, São Paulo. |Texto de Aldalita de Lima Medeiros e desenho de Carlos Cesar Fernan-

des de Aguiar. Diagramação de Valdemar Cavalcanti. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. da Fundação IBGE, 1967| 17 p. il. (Coleção de Monografias, 388)

911 6(816.12 RIO CLA)

RIO CLARO, São Paulo 2 ed. |Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella Desenho da capa de Q Campo-fiorito. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 19 p il. (Coleção de Monografias, 352)

911.6(816 12 SAN ADE)

SANTA ADÉLIA, São Paulo |Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella e desenho da capa de José Maria Fernandes Machado Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 13 p il. (Coleção de Monografias, 367)

911 6(816 12 SÃO JOS)

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, São Paulo |Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella e desenho de capa de Jorge Coelho Alves de Mattos. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 19 p il (Coleção de Monografias, 378)

911 6(816 12 VIR)

VIRADOURO, São Paulo |Texto de Pedro Baltazar de Almeida e desenho da capa de Jorge Coelho Alves de Mattos Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 11 p. il (Coleção de Monografias, 380) Edição comemorativa do cinquentenário de criação do Município

911 6(816 22 FOZ IGU)

FOZ DO IGUAÇU, Paraná |Texto de Rubens Gouvêa, desenho da capa de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar e desenho de bico de pena de José Maria Fernandes Machado. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 14 p. il. (Coleção de Monografias, 353)

911 6(816 22 MAR)

MARINGÁ, Paraná |Texto de Rubens Gouvêa e desenho da capa de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 16 p. il (Coleção de Monografias, 360)

911 6(816 22 PAT BRA)

PATO BRANCO, Paraná. Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 1 f. desd. il. (Coleção de Monografias Série B, 106)

911 6(816 42 CHA)

CHAPECÓ, Santa Catarina 2 ed |Texto de Guilherme Camarinha Martins e desenho da capa de Jorge Coelho Alves de Mattos Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 15 p. il. (Coleção de Monografias, 379) Comemorativa do cinquentenário de criação do Município

911 6(816.42 CON)

CONCÓRDIA, Santa Catarina |Texto de Paul Schnetzer e desenho da capa de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 15 p il. (Coleção de Monografias, 361)

911 6(816 42 JOA)

JOAÇABA, Santa Catarina |Texto de Rilza Ferreira Saldanha e desenho da capa de Jorge Coelho Alves de Mattos Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE| 15 p. il. (Coleção de Monografias, 381) Edição comemorativa do cinquentenário de criação do Município

911 6(816 42 RIO SUL)

RIO DO SUL, Santa Catarina Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. da Fundação IBGE, 1967| 1 f. desd. il. (Coleção de Monografias Série B, 132)

911 6(816 42 TUB)

TUBARÃO, Santa Catarina |Texto de Aldalita Medeiros e desenho da capa de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 14 p il. (Coleção de Monografias, 364)

911 6(816 42 XAN)

XANXERÊ, Santa Catarina Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 1 f. desd. il. (Coleção de Monografias. Série B, 107)

911 6(816 52 BEN GON)

BENTO GONÇALVES, Rio Grande do Sul. 3. ed |Texto de Guilherme Camarinha Martins e desenho da capa de Jorge Coelho Alves de Mattos Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 15 p. il (Coleção de Monografias, 370)

911 6(816 52 BOM JES)

BOM JESUS, Rio Grande do Sul. Texto de Daisy Costa Lima e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos.

|Rio de Janeiro, Serv. Gráf. da Fundação IBGE, 1967| 1 f. desd. il. (Coleção de Monografias. Série B, 135)

911 6(817.22 COR)

CORUMBÁ, Mato Grosso. 2. ed. |Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella e desenho da capa de Jorge Coelho Alves de Mattos. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 19 p. il (Coleção de Monografias, 369)

911 6(817 32 JAT)

JATAÍ, Goiás. Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella e desenho de Jorge Coelho Alves de Mattos |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 1 f. desd. il (Coleção de Monografias. Série B, 104)

911 6(817 32 LUZ)

LUZIÂNIA, Goiás |Têxto de Maria de Lourdes Freitas Cianella e desenho da capa de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 13 p. il. (Coleção de Monografias, 359)

911 6(817 32 MOR)

MORRINHOS, Goiás |Texto de Paul Schnetzer e desenho da capa de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 13 p il (Coleção de Monografias, 358)

911 6(817 32 NIQ)

NIQUELÂNDIA, Goiás. Texto de Guilherme Camarinha Martins e desenho de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. da Fundação IBGE, 1967| 1 f. desd. il. (Coleção de Monografias. Série B, 128)

911 6(817.4)

BRASÍLIA. 3. ed |Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella Reprodução do brasão na capa de Jorge Coelho Alves de Mattos, desenho da última página, de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar Diagramação de Valdemar Cavalcanti. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. da Fundação IBGE, 1967| 38 p il (Coleção de Monografias, 387)

911 6(817 4)

BRASÍLIA. 4. ed. |Texto de Maria de Lourdes Freitas Cianella. Reprodução do brasão, na capa, de Jorge Coelho Alves de Mattos, desenho da última página, de Carlos Cesar Fernandes de Aguiar. Diagramação de Valdemar Cavalcanti. Rio de Janeiro, Serv. Gráf. da Fundação IBGE, 1967| 38 p il (Coleção de Monografias, 391)

PERIÓDICOS

31(81) (05)

BOLETIM ESTATÍSTICO, ano 1, n. 1, jan/jun. 1943- Rio de Janeiro, ano 25, n. 97-99, jan./mar. — jul/ /set. 1967. Trimestral.

31(81) (05)

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1967, ano 1, 1908-1912- Rio de Janeiro, ano 28, 1967.

311(81) (05)

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, ano 1, n. 1, jan/mar 1940- Rio de Janeiro, ano 27, n. 106, abr/jun 1966 — ano 28, n. 110, abr/ /jun 1967 Trimestral.

352(81) (05)

REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS, ano 1, n. 1, jan/jun. 1948- Rio de Janeiro, ano 19, n. 75/ /76, jul/dez 1966 — ano 20, n. 77/78, jan/jun 1967 Trimestral.

911 6(81) (05)

FLAGRANTES BRASILEIROS 1, 1955- Rio de Janeiro, n. 34, 1967. 56 p. Irregular

DIRETORIA DE LEVANTAMENTOS ESTATÍSTICOS

SÉRIES

31:338 5(81)

INQUÉRITO nacional de preços, jan 1967 — |Rio de Janeiro| jan/out 1967, 1967. Mensal

Preços médios dos artigos de alimentação e vestuário relativos à 1ª quinzena do mês de referência, em 26 capitais e municípios selecionados do interior

INQUÉRITO nacional de preços, nov. 1966 — |Rio de Janeiro| nov/out 1967, 1967. Quinzenal.

Preços médios de artigos de alimentação relativos à 1ª quinzena do mês de referência em 26 capitais, a partir de agô 1967, incluídos os artigos de vestuário

INQUÉRITO nacional de preços; série 1, números absolutos, jan/ab. 1961 — |Rio de Janeiro| out/dez. 1966, 1967. Mensal.

Preços médios de artigos de alimentação e vestuário relativos à 1ª quinzena do mês de referência em 26 capitais e municípios selecionados do interior

INQUÉRITO nacional de preços, números relativos, fev 1961 — |Rio de Janeiro| out/dez. 1966, 1967. Mensal.

Números índices dos preços médios de artigos de alimentação e vestuário relativos à 1ª quinzena no mês de referência em 26 capitais e municípios selecionados do interior.

31:69(81)

INDÚSTRIA da construção; inquérito mensal sôbre edificações abr. a dez. 1965 |Rio de Janeiro, 1967| tab.

— 1965 |Rio de Janeiro, 1967| 58 f tab
— jul. a dez. 1966 |Rio de Janeiro, 1967| tab.

— 1966 |Rio de Janeiro, 1967| 73 f. tab

— jan/jul 1967 |Rio de Janeiro, 1967| tab

381(81-3)

COMÉRCIO interestadual por vias internas; exportação de Rondônia 1966 |Rio de Janeiro, 1967| 16 f tab.

— do Acre 1966 |Rio de Janeiro, 1967| 4 f. tab.

— do Amazonas 1966 |Rio de Janeiro, 1967| 16 f tab.

— do Pará 1965-1966 |Rio de Janeiro, 1967| tab.

— do Amapá 1966 |Rio de Janeiro, 1967| 4 f tab

— do Piauí 1965 |Rio de Janeiro, 1967| 22 f. tab.

— do Ceará 1963 |Rio de Janeiro, 1967| 42 f tab

— do Rio Grande do Norte 1965 |Rio de Janeiro, 1967| 22 f tab.

— de Pernambuco 1965 |Rio de Janeiro, 1967| 56 f tab

— de Alagoas 1965-1966 |Rio de Janeiro, 1967| tab.

— do Espírito Santo 1965-1966 |Rio de Janeiro, 1967| tab

— do Rio de Janeiro 1965 |Rio de Janeiro, 1967| 32 f tab

— da Guanabara 1966-primeiro semestre 1967 |Rio de Janeiro, 1967| tab

— do Paraná 1964 |Rio de Janeiro, 1967| 46 f. tab

— do Rio Grande do Sul 1963-1964 |Rio de Janeiro, 1967| tab

— de Mato Grosso 1961-1962-1964-1965-1966 |Rio de Janeiro, 1967| tab

— de Goiás 1964-1965 |Rio de Janeiro, 1967| tab

**GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO
PARA ESTATÍSTICAS
INDUSTRIAIS¹**

31:66/68(81)

INDÚSTRIAS de transformação; dados gerais; Brasil — 1964/65 |Rio de Janeiro| 1967. 137 f. tab. Mimeografado.

Pertence à série “Inquéritos Econômicos”.

INQUÉRITOS econômicos — 1966; indústrias de transformação |Rio de Janeiro| 1967. 92 f. tab. Mimeografado.

INQUÉRITOS econômicos — 1966; indústrias de transformação (produção física) |Rio de Janeiro| 1967. 74 f. tab. Mimeografado

INQUÉRITOS econômicos — 1967; indústrias de transformação; primeiro e segundo trimestres |Rio de Janeiro| 1967. 13 f. tab. Mimeografado

¹ (Criado na DLE com representantes do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Ministério da Indústria e Comércio, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Fundação Getúlio Vargas e Conselho Nacional de Estatística Com a criação da Fundação IBGE, constituído em Departamento de Estatísticas Industriais Comerciais e de Serviços — DEICOM, órgão do Instituto Brasileiro de Estatística, de conformidade com a Resolução COD/25/68, de 7 de fevereiro de 1968)

LABORATÓRIO DE ESTATÍSTICA

OBRAS E FOLHETOS

014 3:31(81)

PUBLICAÇÕES do Laboratório de Estatística (Estudos e Análises) Rio de Janeiro, 1967 25 p. Mimeografado

312(81)

AS ESTIMATIVAS municipais de população por Ernani Thimóteo de Barros |Rio de Janeiro, 1967| 14 f. tab. (Pesquisas demográficas, 19) Mimeografado.

312(81-3-2)

ESTIMATIVAS de população, para os municípios brasileiros, em 1.º de julho de 1967 |Rio de Janeiro| 1967 Pag. irreg. tab. Mimeografado [Coletânea]

312(81-3-2)

ESTIMATIVAS de população, para os municípios brasileiros, em 1.º de julho de 1965. Território de Rondônia |Rio de Janeiro, 1967| 8 f. tab. Mimeografado.

— Estado do Acre |Rio de Janeiro, 1967| 8 f. tab. Mimeografado.

— Estado do Amazonas |Rio de Janeiro, 1967| 8 f. tab. Mimeografado.

— Território de Roraima |Rio de Janeiro, 1967| 8 f. tab. Mimeografado

— Estado do Pará |Rio de Janeiro, 1967| 10 f. tab. Mimeografado

— Território do Amapá |Rio de Janeiro, 1967| 8 f. tab. Mimeografado.

— Estado do Maranhão |Rio de Janeiro, 1967| 11 f. tab. Mimeografado

— Estado do Piauí |Rio de Janeiro, 1967| 10 f. tab. Mimeografado

— Estado do Ceará |Rio de Janeiro, 1967| 10 f. tab. Mimeografado

— Estado do Rio Grande do Norte |Rio de Janeiro, 1967| 11 f. tab. Mimeografado

— Estado da Paraíba |Rio de Janeiro, 1967| 11 f. tab. Mimeografado.

— Estado de Pernambuco |Rio de Janeiro, 1967| 11 f. tab. Mimeografado.

— Estado de Alagoas |Rio de Janeiro, 1967| 10 f. tab. Mimeografado.

— Estado de Sergipe |Rio de Janeiro, 1967| 10 f. tab. Mimeografado.

— Estado da Bahia |Rio de Janeiro, 1967| 14 f. tab. Mimeografado

— Estado de Minas Gerais |Rio de Janeiro, 1967| 19 f. tab. Mimeografado.

— Estado do Espírito Santo |Rio de Janeiro, 1967| 8 f. tab. Mimeografado.

— Estado do Rio de Janeiro |Rio de Janeiro, 1967| 9 f. tab. Mimeografado.

— Estado de São Paulo |Rio de Janeiro, 1967| 17 f. tab. Mimeografado.

— Estado do Paraná |Rio de Janeiro, 1967| 13 f. tab. Mimeografado

— Estado de Santa Catarina |Rio de Janeiro, 1967| 12 f. tab. Mimeografado

— Estado do Rio Grande do Sul |Rio de Janeiro, 1967| 12 f. tab. Mimeografado

— Estado de Mato Grosso |Rio de Janeiro, 1967| 10 f. tab. Mimeografado

— Estado de Goiás |Rio de Janeiro, 1967| 12 f. tab. Mimeografado.

SÉRIES

312 993.7(81)

* A ALFABETIZAÇÃO no Brasil, segundo o censo de 1960 por Eduardo de Castro Rebelo Schlaepfer [Rio de Janeiro, 1966] 5 f. (Pesquisas demográficas, 17) Mimeografado.

338 63(81) "1952/65"

A PRODUÇÃO agrícola brasileira nos anos de 1952 a 1965, sua variação no tempo e distribuição regional por Maria Conceição Lomba Lima [Rio de Janeiro, 1967] 25 f. tab (Pesquisas de estatísticas econômicas, 6) Mimeografado

338 921:62/69(813 3)

ALGUMAS características da atividade industrial do Estado da Paraíba, segundo o Censo de 1960 | por Adolfo Rodrigues de Almeida | Rio de Janeiro | 1967 | 32 f. tab. (Estudos de estatística teórica e aplicada Estatística industrial, 12) Mimeografado

338.921:62/69(814.2)

* ALGUMAS características da atividade industrial do Estado da Bahia, segundo o censo de 1960 | por Josepha Silva Ramos Marcello | Rio de Janeiro | 1966 | 29 f. tab (Estudos de estatística teórica e aplicada. Estatística industrial, 10) Mimeografado

338 921:62/69(816 2)

* ALGUMAS características da atividade industrial do Estado do Paraná, segundo o Censo de 1960 | por Maria Cascaes | Rio de Janeiro | 1966 | 32 f. (Estudos de estatística teórica e aplicada. Estatística industrial, 11) Mimeografado

338 921:63(813 1)

ALGUNS aspectos da estrutura da economia agropecuária do Estado do Ceará, segundo o Censo Agrícola de 1960 | por Elaine Biar de Ornelas. Rio de Janeiro | 1967. 32 f. tab (Estudos de estatística teórica e aplicada. Estatística agrícola, 5) Mimeografado

338 921:63(813 2)

ALGUNS aspectos da estrutura da economia agropecuária do Estado do Rio Grande do Norte, segundo o Censo Agrícola de 1960 | por Elaine Biar de Ornelas. Rio de Janeiro | 1967. 34 p. tab. (Estudos de estatística teórica e aplicada. Estatística agrícola, 4) Mimeografado

371 373(816 5)

* ASPECTOS do ensino primário comum no Estado do Rio Grande do

Sul, nos anos de 1940 a 1963 por Ziléa Orichio Zeraik [Rio de Janeiro, 1966] 28 f. (Pesquisas demográficas 18) Mimeografado.

SERVIÇO NACIONAL
DE RECENSEAMENTO

31:312(811 1+811 4+811.6)

CENSO demográfico de 1960. Rondônia-Roraima-Amapá [Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967] 227 p. tab (VII Recenseamento Geral do Brasil. Série regional, 1, 1, 1)

31:312(811 2/ 3+811 5)

— Acre-Amazonas-Pará [Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967] 291 p. tab (VII Recenseamento Geral do Brasil Série regional, 1, 2, 1)

31:312(815 2)

— Espírito Santo [Rio de Janeiro, Serv Gráf do IBGE, 1967] 103 p. tab (VII Recenseamento Geral do Brasil Série regional, 1, 10, 1)

31:38+64 02(81)

CENSOS comercial e dos serviços de 1960 Brasil [Rio de Janeiro, Serv Gráf. do IBGE, 1967] 234 p. tab. (VII Recenseamento Geral do Brasil. Série nacional, 4)

31 38+64 02(814 1/ 2)

— Sergipe-Bahia [Rio de Janeiro, Serv Gráf. do IBGE, 1967] 98 p. tab. (VII Recenseamento Geral do Brasil Série regional, 4, 5).

31:38+64.02(815 1)

— Minas Gerais [Rio de Janeiro, Serv Gráf do IBGE, 1967] 78 p. tab. (VII Recenseamento Geral do Brasil. Série regional, 4, 6)

31 38+64 02(815 2/ 4)

— Espírito Santo-Rio de Janeiro-Guanabara [Rio de Janeiro, Serv Gráf. do IBGE, 1967] 117 p. tab (VII Recenseamento Geral do Brasil Série regional, 4, 7)

31:38+64 02(816 1)

— São Paulo [Rio de Janeiro, Serv Gráf do IBGE, 1967] 89 p. tab (VII Recenseamento Geral do Brasil. Série regional, 4, 8)

31:38+64 02(816 2/ 5)

— Paraná-Santa Catarina-Rio Grande do Sul [Rio de Janeiro, Serv Gráf do IBGE, 1967] 145 p. tab (VII Recenseamento Geral do Brasil. Série regional, 4, 9)

31:62/69(81)

CENSO industrial de 1960. Brasil |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 127 p. tab. (VII Recenseamento Geral do Brasil. Série nacional, 3)

31:63(81)

CENSO agrícola de 1960. Brasil |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 37 p. tab. (VII Recenseamento Geral do Brasil. Série nacional, 2, 1)

31:63(811 2/ 3+811 5)

— Acre-Amazonas-Pará |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 105 p. tab. (VII Recenseamento Geral do Brasil. Série regional, 2, 2, 1)

31:63(814 2)

— Bahia |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 105 p. tab. (VII Recenseamento Geral do Brasil Série regional, 2, 8, 1)

31:63(815 1)

— Minas Gerais |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 181 p. tab. (VII

Recenseamento Geral do Brasil. Série regional, 2, 9, 1)

31:63(816.1)

— São Paulo |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 211 p. tab. (VII Recenseamento Geral do Brasil. Série regional, 2, 11, 1)

31:63(816 2+816 4)

— Paraná-Santa Catarina |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 155 p. tab. (VII Recenseamento Geral do Brasil Série regional, 2, 12, 1)

31:63(816 5)

— Rio Grande do Sul |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE| 75 p. tab. (VII Recenseamento Geral do Brasil. Série regional, 2, 12, 1)

31:63(817 2/ 4)

— Mato Grosso-Goiás-Distrito Federal |Rio de Janeiro, Serv. Gráf. do IBGE, 1967| 154 p. tab. (VII Recenseamento Geral do Brasil Série regional, 2, 14)

* Publicações editadas em 1966 mas divulgadas em 1967

RESOLUÇÕES DO CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO COD — 1, DE 25 DE OUTUBRO DE 1967

Altera o orçamento analítico do Instituto Brasileiro de Estatística, do exercício de 1967, aprovado pela Resolução JEC/904, de 21-12-1966

A JUNTA DIRETORA DA FUNDAÇÃO IBGE, no uso das atribuições para o qual lhe confere o artigo 16, alínea "b", do Estatuto,

considerando que o prosseguimento normal dos trabalhos programados para o corrente exercício, a cargo do Instituto Brasileiro de Estatística, impõe reforço das dotações de verbas integrantes da tabela explicativa do orçamento a que se refere a Resolução JEC-904, de 21 de dezembro de 1966, considerando que esse reforço poderá ser efetivado mediante destaques de recursos existentes em outras verbas,

considerando o preceituado no artigo 9º da Lei de Meios de nº 5.189, de 8-12-1966 e no artigo 6º do Decreto nº 59 880, de 27-12-66, no sentido de que, quando necessário e até 31 de outubro, podem ser alterados os orçamentos analíticos da despesa, e

considerando, finalmente, as providências encarecidas pelo Serviço Econômico e Financeiro do Instituto Brasileiro de Estatística, através da proposição constante do processo nº 1.585/67-F,

RESOLVE

Artigo único — Ficam autorizadas as alterações das verbas constantes da tabela anexa, no orçamento analítico de 1967, aprovado pela Resolução JEC-904, de 21-12-1966 (BS-756, de 30-12-66), para o Instituto Brasileiro de Estatística, antigo Conselho Nacional de Estatística

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA

Orçamento analítico de 1967

Tabela Anexa à Resolução COD/1/67

(continua)

| CATEGORIA ECONÔMICA | ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA | DOTAÇÃO (NCr\$) | |
|---------------------|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------|---------------|
| | | Situação atual | Situação nova |
| 3 0 0 0 | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3 1 0 0 | DESPESAS DE CUSTEIO | | |
| 3 1 1 0 | PESSOAL | | |
| 3 1 1 1 | PESSOAL CIVIL | | |
| 01 00 | Vencimentos e vantagens fixas: | | |
| 01 | Vencimentos | 12 072 600 | 12 072 600 |
| 04 | Auxílio para diferença de Caixa | 31 430 | 31 430 |
| 05 | Gratificação de função | 1 852 980 | 1 852 980 |
| 06 | Gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais | 1 500 | 1 500 |
| 08 | Gratificação adicional por tempo de serviço | 1 950 000 | 1 950 000 |
| 09 | Gratificação pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva | 5 663 047 | 5 663 047 |
| 10 | Gratificação de Raios X | 5 800 | 5 800 |
| 12 | Gratificação especial para complementação de salário-mínimo | 28 490 | 28 490 |
| 13 | Gratificação de representação (Decreto-Lei nº 24 609/34) | 600 | 600 |
| 02 00 | Despesas variáveis com pessoal civil: | | |
| 01 | Ajuda de custo | 30 000 | 30 000 |
| 02 | Diárias | 628 000 | 628 000 |
| 03 | Substituições | 66 000 | 66 000 |
| 04 | Gratificação pela prestação de serviço extraordinário | 500 000 | 500 000 |
| 05 | Gratificação de representação de gabinete | 88 000 | 88 000 |

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA

Orçamento analítico de 1967
Tabela Anexa à Resolução COD/1/67

(continua)

| CATEGORIA ECONÔMICA | ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA | DOTAÇÃO EM NC:§ | |
|------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|---------------|
| | | Situação atual | Situação nova |
| | 08 Gratificação pelos encargos de seleção e aperfeiçoamento de pessoal (Art 145, item X, da Lei n° 1 711/52) | 10 000 | 10 000 |
| | 11 Salário do pessoal temporário (itens I e II do Art 2° do Decreto n° 50 314, de 4/3/61) | 20 000 | 20 000 |
| | 12 Diversos: | | |
| | 01 — Gratificação pela execução de trabalho técnico ou científico | 5 000 | 5 000 |
| | TOTAL DO ELEMENTO 3 1 1 0 | 22 953 447 | 22 953 447 |
| 3 1 2 0 | MATERIAL DE CONSUMO | | |
| | 02 00 Impressos, artigos de expediente, desenho, cartografia, geodésia, topografia e ensino | 420 000 | 420 000 |
| | 03 00 Artigos de higiene, conservação, acondicionamento e embalagem | 96 000 | 96 000 |
| | 04 00 Combustíveis e lubrificantes | 160 000 | 162 000 |
| | 05 00 Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas, de aparelhos, de instrumentos e de móveis | 84 000 | 91 900 |
| | 10 00 Matérias-primas e produtos manufaturados ou semimanufaturados destinados à transformação; material para conservação de bens imóveis | 180 000 | 171 570 |
| | 11 00 Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; vidrarias, artigos cirúrgicos e outros de laboratório, enfermaria, gabinetes técnicos e científicos | 12 000 | 15 000 |
| | 13 00 Vestuários, uniformes, artigos para esportes, jogos e divertimentos infantis, seus equipamentos e respectivos acessórios; calçados, roupa de cama, mesa, copa, cozinha e banho | 72 000 | 69 600 |
| | 14 00 Material para fotografia, filmagem, radiografia, gravação, radiofonia e telecomunicações | 30 000 | 23 930 |
| | 15 00 Lâmpadas incandescentes e fluorescentes; acessórios para instalações elétricas | 60 000 | 63 400 |
| | 17 00 Outros materiais de consumo: | | |
| | 02 — Instrumentos de coleta e material de registro, controle e apuração estatística | 70 000 | 70 000 |
| | 04 — Diversos | 23 000 | 23 600 |
| | TOTAL DO ELEMENTO 3 1 2 0 | 1 207 000 | 1 207 000 |
| 3 1 3 0 | SERVIÇOS DE TERCEIROS | | |
| | 01 00 Acondicionamento e transporte de encomendas, cargas e animais | 103 000 | 114 750 |
| | 02 00 Passagens, transportes de pessoas e de suas bagagens; pedágios | 250 000 | 256 000 |
| | 03 00 Assinaturas de jornais e de recortes de publicações periódicas | 9 000 | 10 200 |
| | 04 00 Iluminação, força motriz e gás | 60 000 | 62 600 |
| | 05 00 Serviços de asseio e higiene; taxas de água, esgoto, lixo e outras correlatas | 84 000 | 113 400 |
| | 06 00 Reparos, adaptações e conservação de bens móveis e imóveis | 150 000 | 201 700 |
| | 07 00 Serviços de divulgação, de impressão e de encadernação | 450 000 | 451 000 |
| | 08 00 Serviços médicos, hospitalares, funerários e judiciários | 40 000 | 44 600 |
| | 09 00 Serviços de comunicação em geral | 96 000 | 99 950 |
| | 10 00 Locação de bens móveis e imóveis; tributos e despesas de condomínio | 280 000 | 296 900 |
| | 11 00 Seguros em geral | 16 000 | 36 300 |
| | 16 00 Outros serviços de terceiros: | | |
| | 02 — Serviços bancários | 60 000 | 62 100 |
| | 06 — Publicações de editais e avisos | 3 000 | 3 070 |
| | 07 — Estagiários da ENCE (Resolução AG-833/66) | 36 000 | 36 000 |
| | 08 — Serviços e tarefas de caráter temporário, esporádicos e de urgência | 234 000 | 82 450 |
| | TOTAL DO ELEMENTO 3 1 3 0 | 1 871 000 | 1 871 000 |
| 3 1 4 0 | ENCARGOS DIVERSOS | | |
| | 01 00 Despesas miúdas de pronto pagamento | 3 000 | 3 400 |
| | 04 00 Festividades, recepções, hospedagens e homenagens | 26 000 | 26 000 |
| | 08 00 Exposições, congressos e conferências | 22 000 | 27 000 |
| | 10 00 Assistência social | 30 000 | 49 000 |
| | 13 00 Outros encargos: | | |
| | 01 — Serviços educativos e culturais | 400 | 400 |
| | 02 — Assembléia-Geral do CNE | 35 000 | 21 130 |
| | 03 — Administração Geral do IBGE | 12 000 | 12 000 |
| | 04 — Quotas de presença em reuniões | 71 000 | 71 300 |
| | 06 — Comissões e indenizações de despesas pela arrecadação da "cota de estatística" e coleta de dados estatísticos | 20 000 | 36 880 |

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA
Orçamento analítico de 1967
Tabela Anexa à Resolução COD/1/67

(continua)

| CATEGORIA ECONÔMICA | ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA | DOTAÇÃO EM NCr\$ | |
|------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|------------------|---------------|
| | | Situação atual | Situação nova |
| | 07 — Impressão do "sêlo de estatística" e do livro de "registro do sêlo de estatística" | 13 000 | — |
| | 08 — Devolução da "cota de estatística" | 3 000 | 7 910 |
| | 09 — Aluguel de equipamento mecânico | 180 000 | 180 000 |
| | 10 — Bolsas-de-estudo | 20 000 | 20 000 |
| | 11 — Seleção, aperfeiçoamento e especialização de pessoal (Resolução AG-830/66) | 51 600 | 21 600 |
| | 12 — Diversos | 7 000 | 17 320 |
| | TOTAL DO ELEMENTO 3 1 4 0 | 494 000 | 494 000 |
| | TOTAL DAS DESPESAS DE CUSTEIO | 26 525 447 | 26 525 447 |
| 3 2 0 0 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | |
| 3 2 3 0 | INATIVOS | | |
| 3 2 3 1 | PESSOAL CIVIL | | |
| 1 01 | Proventos | 499 787 | 499 787 |
| 1 02 | Vantagens incorporadas | 93 098 | 93 098 |
| 1 03 | Abono provisório e novas aposentadorias | 16 100 | 16 100 |
| | TOTAL DO ELEMENTO 3 2 3 0 | 608 985 | 608 985 |
| 3 2 4 0 | PENSIONISTAS | | |
| 1 00 | Pensões vitalícias | 9 622 | 9 622 |
| 2 00 | Abono provisório e novas pensões | 11 800 | 11 800 |
| | TOTAL DO ELEMENTO 3 2 4 0 | 21 422 | 21 422 |
| 3 2 5 0 | SALÁRIO-FAMÍLIA | | |
| 1 00 | Pessoal civil | 1 630 283 | 1 630 283 |
| 3 00 | Inativos civis | 85 780 | 85 780 |
| 5 00 | Pensionistas | 79 860 | 79 860 |
| | TOTAL DO ELEMENTO 3 2 5 0 | 1 795 923 | 1 795 923 |
| 3 2 9 0 | DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | |
| 2 | Entidades Federais — Assistência aos Órgãos Centrais Federais do Sistema Estatístico | 135 000 | 135 000 |
| 3 | Entidades Estaduais — Assistência aos Órgãos Centrais Regionais do CNE | 660 000 | 660 000 |
| 5 | Pessoal — 1) Auxílio doença e 2) Auxílio funeral | 30 840 | 30 840 |
| 6 | Diversos — 1) Auxílio à Sociedade Brasileira de Estatística | 1 000 | 1 000 |
| | TOTAL DO ELEMENTO 3 2 9 0 | 826 840 | 826 810 |
| | TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 3 253 170 | 3 253 170 |
| | TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES | 29 778 617 | 29 778 617 |
| 4 0 0 0 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4 1 0 0 | INVESTIMENTOS | | |
| 4 1 1 0 | OBRAS PÚBLICAS | | |
| 1 1 1 3 | Prosseguimento e conclusão de obras | 50 000 | 50 000 |
| | TOTAL DO ELEMENTO 4 1 1 0 | 50 000 | 50 000 |

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA

Orçamento analítico de 1967

Tabela Anexa à Resolução COD/1/67

(conclusão)

| CATEGORIA ECONÔMICA | ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA | DOTAÇÃO EM NCr\$ | |
|------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|---------------|
| | | Situação atual | Situação nova |
| 4 1 3 0 | EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES | | |
| 4 1 3 1 | Máquinas, motores e aparelhos | 150 000 | 150 000 |
| 4 1 3 4 | Automóveis, autocaminhões e outros veículos de tração mecânica | 60 000 | 60 000 |
| 4 1 3 7 | Diversos equipamentos e instalações | 18 000 | 18 000 |
| 4 1 3 8 | Equipamentos das II RRE, e AA MME | 330 000 | 330 000 |
| 4 1 3 9 | Instalações das AA.MME a serem criadas nos novos municípios | 18 000 | 18 000 |
| | TOTAL DO ELEMENTO 4 1 3 0 | 576 000 | 576 000 |
| 4 1 4 0 | MATERIAL PERMANENTE | | |
| 02 00 | Material bibliográfico, discotecas e filmotecas; objetos históricos, obras de arte e peças para museus | 12 000 | 12 680 |
| 03 00 | Ferramentas e utensílios de oficinas. | 3 600 | 3 825 |
| 04 00 | Material artístico e instrumento de música; insígnias, flâmulas e bandeiras; artigos para esportes e para jogos e divertimentos infantis | 3 000 | 3 000 |
| 05 00 | Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria | 5 400 | 6 000 |
| 06 00 | Veículos de tração pessoal e animal | 3 000 | 3 000 |
| 07 00 | Modelos e utensílios de escritório, biblioteca, ensino, laboratório e gabinete técnico ou científico | 20 000 | 22 330 |
| 08 00 | Mobiliário em geral | 90 000 | 84 015 |
| 11 00 | Outros materiais de consumo | 10 000 | 12 150 |
| | TOTAL DO ELEMENTO 4 1 4 0 | 147 000 | 147 000 |
| | TOTAL DOS INVESTIMENTOS | 773 000 | 773 000 |
| | TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL | 773 000 | 773 000 |
| | TOTAL GERAL | 30 551 617 | 30 551 617 |

**RESOLUÇÃO COD — 2, DE 27 DE
OUTUBRO DE 1967**

Altera o orçamento analítico em vigor do Instituto Brasileiro de Geografia, aprovado pela Resolução n.º 698, de 27-12-66, do Diretório Central.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO IBGE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 16, alínea "b" do Estatuto,

considerando que o prosseguimento normal dos trabalhos, programados para o corrente exercício, a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia, impõe reforço das dotações de verbas integrantes da tabela explicativa do orçamento a que se refere a Resolução n.º 698, de 27 de dezembro de 1966, do Diretório Central;

considerando que êsse reforço poderá ser efetivado mediante destaque de recursos existentes em outras verbas;

considerando o preceituado no artigo 9.º da Lei de Meios n.º 5.189, de 8-12-1966, e no artigo 6.º do Decreto n.º 59 880, de 27-12-1966, no sentido de que, quando necessário e até 31 de outubro, podem ser alterados os orçamentos analíticos da despesa, e

considerando, finalmente, as providências encarecidas pela Seção de Contabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia, através da proposição constante do processo n.º 801/67-F,

RESOLVE:

Artigo único — Ficam autorizadas as alterações das verbas, constantes da tabela anexa, no orçamento analítico de 1967, aprovado pela Resolução n.º 698, de 27-12-66, do Diretório Central (BS-760, de 27-1-67), para o Instituto Brasileiro de Geografia, antigo Conselho Nacional de Geografia.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA
Orçamento analítico de 1967
Tabela Anexa à Resolução COD/2/67

(continua)

| CATEGORIA ECONÔMICA | ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA | DOTAÇÃO (NCr\$) | |
|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|---------------|
| | | Situação atual | Situação nova |
| 3 0 0 0 | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3 1 0 0 | DESPESAS DE CUSTEIO | | |
| 3 1 1 0 | PESSOAL | | |
| 3 1 1 1 | PESSOAL CIVIL | | |
| 01 00 | Vencimentos e Vantagens Fixas: | | |
| 01 | Vencimentos | 3 268 574 | 3 243 574 |
| 04 | Auxílio para diferença de Caixa | 25 000 | 5 000 |
| 05 | Gratificação de Função | 176 808 | 206 808 |
| 08 | Gratificação por quinquênios | 300 000 | 380 000 |
| 09 | Gratificação de tempo integral | 1 100 000 | 1 055 000 |
| 02 00 | Despesas Variáveis com Pessoal: | | |
| 01 | Ajuda de custo | 36 000 | 36 000 |
| 02 | Diárias | 300 000 | 650 000 |
| 03 | Substituições | 25 000 | 50 000 |
| 04 | Gratificação pela Prestação de Serviços Extraordinários | 30 000 | 25 000 |
| 05 | Gratificação pela Representação de Gabinete | 20 000 | 20 000 |
| 06 | Gratificação pelos Encargos de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal (Art 145, item 10 — Lei 1 711/52) | 3 000 | 3 000 |
| 09 | Gratificação de representação | 240 | 240 |
| 12 | Salário do Pessoal Temporário (itens 1º e 2º do Art 3º do Decreto nº 50 314, de 4/3/61) | 507 180 | 117 180 |
| 13 | Diversos | 5 000 | 5 000 |
| | TOTAL DO ELEMENTO 3 1 1 0 | 5 796 802 | 5 796 802 |
| 3 1 2 0 | MATERIAL DE CONSUMO | | |
| 02 00 | Impressos, artigos de expediente, desenho e cartografia | 45 000 | 73 000 |
| 03 00 | Artigos de higiene, conservação, acondicionamento e embalagem | 10 000 | 16 000 |
| 04 00 | Combustíveis e lubrificantes | 160 000 | 175 000 |
| 05 00 | Materiais e acessórios de máquinas e viaturas, de aparelhos e de móveis | 120 000 | 135 000 |
| 09 00 | Munições e materiais para acampamento e campanha | 3 000 | 4 500 |
| 10 00 | Matérias-primas e produtos manufaturados ou semimanufaturados destinados à transformação. | 10 000 | 15 000 |
| 11 00 | Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; artigos cirúrgicos e de laboratórios | 7 000 | 7 000 |
| 13 00 | Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios; roupa de cama, mesa e banho. | 11 000 | 21 000 |
| 14 00 | Material para fotografia, filmagem, radiografia, gravação, radiofonia e telecomunicação | 116 000 | 35 500 |
| 15 00 | Materiais para conservação de bens imóveis | 19 000 | 19 000 |
| 17 00 | Outros Materiais de Consumo: | | |
| 01 | 01 — Materiais para construção de marcos | 6 000 | 6 000 |
| | TOTAL DO ELEMENTO 3 1 2 0 | 507 000 | 507 000 |
| 3 1 3 0 | SERVIÇOS DE TERCEIROS | | |
| 01 00 | Acondicionamento e transporte de encomendas, cargas e animais | 5 500 | 30 500 |
| 02 00 | Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens, pedágios | 150 000 | 55 000 |
| 03 00 | Assinaturas de jornais e de recortes de publicações periódicas | 2 000 | 2 000 |
| 04 00 | Iluminação, força motriz e gás | 30 000 | 30 000 |
| 05 00 | Serviços de asseio e higiene, taxas de água e esgoto, lixo e outras correlatas | 50 000 | 132 000 |
| 06 00 | Reparos, adaptação e conservação de bens móveis e imóveis | 60 000 | 260 000 |
| 07 00 | Serviços de divulgação, de impressão e de encadernação | 926 500 | 568 500 |
| 08 00 | Serviços médicos, hospitalares, funerários e judiciários | 1 000 | 1 000 |
| 09 00 | Serviços de comunicação em geral | 4 000 | 22 000 |
| 10 00 | Locação de bens móveis e imóveis; tributos e despesas de condomínio | 70 000 | 54 000 |
| 11 00 | Seguros em geral | 10 000 | 10 000 |
| 15 00 | Outros Serviços de Terceiros: | | |
| 01 | 01 — Serviços de seleção e aperfeiçoamento de pessoal | 25 000 | 7 000 |
| 02 | 02 — Serviços bancários | 6 500 | 6 500 |
| 03 | 03 — Despesas extraordinárias com trabalhos geodésicos, em campanha | 10 000 | 10 000 |
| 07 | 07 — Serviços e tarefas de caráter temporário, esporádico e de urgência | | 112 000 |
| | TOTAL DO ELEMENTO 3 1 3 0 | 1 350 500 | 1 300 500 |

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

Orçamento analítico de 1967

Tabela Anexa à Resolução COD/2/67

(continua)

| CATEGORIA ECONÔMICA | ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA | DOTAÇÃO (NCr\$) | |
|------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|
| | | Situação atual | Situação nova |
| 3 1 4 0 | ENCARGOS DIVERSOS | | |
| 01 00 | Despesas miúdas de pronto pagamento. | 1 000 | 8 000 |
| 04 00 | Festividades, recepções, hospedagens e homenagens | 6 500 | 6 500 |
| 05 00 | Sentenças judiciais. | 1 200 | 1 200 |
| 06 00 | Reposições, restituições e indenizações | 2 000 | 2 000 |
| 07 00 | Levantamentos especiais em cooperação com entidades nacionais e estrangeiras | 127 448 | 117 448 |
| 08 00 | Exposições, congressos e conferências | 50 000 | 50 000 |
| 10 00 | Assistência social | 6 500 | 6 500 |
| 13 00 | Outros Encargos: | | |
| 01 | — Serviços educativos e culturais | 12 000 | 62 000 |
| 02 | — Despesas com a convocação, instalação e funcionamento da Assembléia-Geral do CNG | 500 | 500 |
| 03 | — Administração geral do IBGE | 3 000 | 3 000 |
| 04 | — Quota de presença em reuniões | 6 000 | 9 000 |
| | TOTAL DO ELEMENTO 3 1 4 0 | 216 148 | 266 148 |
| | TOTAL DAS DESPESAS DE CUSTEIO | 7 870 450 | 7 870 450 |
| 3 2 0 0 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | |
| 3 2 1 0 | SUBVENÇÕES SOCIAIS | | |
| 01 | Clube dos Ibegeanos | 750 | 750 |
| 02 | Associação dos Servidores do CNG | 2 250 | 2 250 |
| 03 | Campanha Ibegeana contra a Tuberculose | 10 000 | 10 000 |
| 3 2 3 0 | INATIVOS | | |
| 01 01 | Proventos | 120 000 | 132 000 |
| 01 02 | Vantagens incorporadas | 19 000 | 29 000 |
| 3 2 4 0 | PENSIONISTAS | | |
| 02 00 | Pensões Vitalícias | 5 000 | 6 000 |
| 3 2 5 0 | SALÁRIO-FAMÍLIA | | |
| 01 00 | Ativos | 185 000 | 229 000 |
| 02 00 | Inativos | 8 000 | 1 100 |
| 03 00 | Pensionistas | 4 000 | 6 000 |
| 3 2 6 0 | CONTRIBUIÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL | | |
| 01 00 | IAPI | 45 000 | 30 000 |
| 3 2 7 0 | DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | |
| 3 2 7 1 | Entidades Internacionais: | 10 000 | 10 000 |
| 01 | Comissão de Geografia do IPGH | 1 500 | 1 500 |
| 3 2 7 2 | Entidades Nacionais: | | |
| 01 | Associação dos Geógrafos Brasileiros | 3 000 | 3 000 |
| 02 | Sociedade Brasileira de Geografia | 1 000 | 1 000 |
| 03 | Seção Brasileira do IPGH | 2 000 | 2 000 |
| 04 | Sociedade Brasileira de Cartografia | 3 000 | 3 000 |
| 05 | Outras Entidades Federais | 13 500 | 1 500 |
| 3 2 7 3 | Entidades Estaduais: | | |
| 01 | Assistência aos órgãos regionais do CNG | 36 000 | 6 000 |
| 02 | Outras Entidades Estaduais | 17 000 | 1 000 |
| 3 2 7 4 | Pessoas: | | |
| | Auxílio-doença | 2 000 | 3 000 |
| | Auxílio-funeral | 1 500 | 1 500 |
| | TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 489 500 | 489 500 |
| | TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES | 8 359 950 | 8 359 950 |

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

Orçamento analítico de 1967

Tabela Anexa à Resolução COD/2/67

(conclusão)

| CATEGORIA ECONÔMICA | ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA | DOTAÇÃO EM NCr\$ | |
|------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|---------------|
| | | Situação atual | Situação nova |
| 4 0 0 0 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4 1 0 0 | INVESTIMENTOS | | |
| 4 1 1 0 | OBRAS | | |
| 4 1 1 1 | Estudos e projetos | 5 000 | 5 000 |
| 4 1 1 2 | Prosseguimento e conclusão de obras | 685 000 | 685 000 |
| | TOTAL DO ELEMENTO 4 1 1 0 | 690 000 | 690 000 |
| 4 1 3 0 | Equipamentos e Instalações: | | |
| 4 1 3 1 | Máquinas, motores e aparelhos | 45 000 | 95 000 |
| 4 1 3 4 | Automóveis, autocaminhões e outros veículos de tração mecânica | 200 000 | 200 000 |
| 4 1 3 7 | Diversos equipamentos e instalações | 135 000 | 85 000 |
| | TOTAL DO ELEMENTO 4 1 3 0 | 380 000 | 380 000 |
| 4 1 4 0 | MATERIAL PERMANENTE | | |
| 02 00 | Material bibliográfico, discotecas e filмотecas; objetos históricos, obras de arte e peças de museu | 18 000 | 18 000 |
| 03 00 | Ferramentas e utensílios de oficinas | 6 000 | 21 000 |
| 04 00 | Material artístico e instrumentos de música; insígnias, flâmulas e bandeiras | 3 000 | 3 000 |
| 05 00 | Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria | 10 000 | 12 000 |
| 07 00 | Modelos e utensílios de escritório, biblioteca, ensino, laboratório técnico ou científico | 30 000 | 40 000 |
| 08 00 | Mobiliário em geral | 22 700 | 61 700 |
| 10 00 | Outros Materiais de Uso Duradouro: | | |
| | 01 — Material para cartografia de gabinete | 135 000 | 47 000 |
| | 02 — Material técnico para trabalho de campo | 120 000 | 142 000 |
| | 03 — Material de acampamento e campanha | 10 000 | 10 000 |
| | TOTAL DO ELEMENTO 4 1 4 0 | 354 700 | 354 700 |
| | TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL | 1 424 700 | 1 424 700 |
| | TOTAL GERAL | 9 784 650 | 9 784 650 |

NOTA: No sub-elemento 3 1 4 0 — 07 00 houve um corte de NCr\$ 892 652,00 para constituição do Fundo de Reserva objeto do Art 22 do Decreto Lei n° 81, de 21/12/66

**RESOLUÇÃO COD — 3, DE 1 DE
NOVEMBRO DE 1967**

Abre Crédito Especial de NCr\$ 2 898,92, no Instituto Brasileiro de Estatística, para atender a pagamento de despesas de exercícios anteriores

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO IBGE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 16, alínea "b" do Estatuto,

considerando a necessidade de atender a despesas de exercícios anteriores, com o pagamento ao pessoal dos quadros em extinção do Instituto Brasileiro de Estatística, relativas a diferença de vencimentos e gratificação adicional por tempo de serviço (quinquênios), alusivas aos exercícios de 1962 a 1966, no total de NCr\$ 2 898,92 (dois mil oitocentos e noventa e oito cruzeiros novos e noventa e dois centavos), conforme consta do Processo

n° F-1 316/67, no qual se acham relacionados os Processos números 1 659/60, 11 454/61, 069/66, 7.213/66, 13.434/66, 476/67, 5.894/67, 6 341/67, 6 497/67, 8 051/67, 8 305/67, 8 513/67, 8.617/67, 8 779/67 e 9 205/67, e

considerando que as referidas despesas por aludirem a exercícios anteriores, somente poderão correr à conta de Crédito Especial,

RESOLVE:

Artigo único — Fica aberto, no Instituto Brasileiro de Estatística, mediante destaque dos recursos existentes na conta "Convênios Nacionais de Estatística Municipal", o Crédito Especial de NCr\$ 2 898,92 (dois mil oitocentos e noventa e oito cruzeiros novos e noventa e dois centavos), destinado a atender a despesas de exercícios anteriores, na conformidade do Processo n° F-1 316/67.

RESOLUÇÃO COD — 4, DE 1.º DE
NOVEMBRO DE 1967

Dispõe sobre a constituição da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas (CONPLANE) do Instituto Brasileiro de Estatística.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO IBGE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 28, alíneas b e e, do Estatuto, e

considerando a necessidade de organizar no Instituto Brasileiro de Estatística a Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas (CONPLANE) prevista no art. 28 do Estatuto,

considerando que, na composição da CONPLANE, cabe ao Conselho Diretor designar a representação dos órgãos de mais alta hierarquia do IBE, bem como fixar número de representantes das entidades usuárias de estatística, nas esferas pública e privada, nacional e regional, e designar a metade desses representantes,

RESOLVE.

Art 1.º — Os órgãos de mais alta hierarquia do Instituto Brasileiro de Estatística (IBE), cuja representação na CONPLANE cabe ao Conselho Diretor indicar, são os constantes do Art. 3.º alínea b, desta Resolução

Art 2.º — É fixado em oito o número de Representantes, na CONPLANE, das entidades usuárias de estatística, nas esferas pública e privada, nacional e regional, durante o triênio cujo início será contado a partir desta data.

Parágrafo único — A metade dos representantes de que trata este artigo, em número de quatro, cuja designação é da competência do Conselho Diretor, será constituída como indicado no art. 3.º, alínea e, desta Resolução.

Art. 3.º — A Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas (CONPLANE) fica assim constituída:

a) Diretor-Superintendente do IBE que coordenará os trabalhos da Comissão (Estatuto, art. 28, alínea a);

b) titulares dos seguintes órgãos de maior hierarquia do IBE (Estatuto, art. 28, alínea b): Laboratório de Estatística (LE), Diretoria de Levantamentos Estatísticos (DLE), Diretoria de Documentação e Divulgação (DDD), Inspetoria Técnica (IT), Grupo Executivo de Pesquisas Domiciliares (GEPD), Serviço Nacional de Recenseamento (SNR);

c) representantes do Instituto Brasileiro de Geografia (IBG) e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

(ENCE) designados pelos Diretores-Superintendentes respectivos (Estatuto, art. 28, alínea c);

d) representantes do Estado-Maior do Exército, do Estado-Maior da Armada e do Estado-Maior da Aeronáutica, designados pelos respectivos Ministros de Estado (Estatuto, art. 28, alínea d);

e) representantes do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas; do Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA), do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral; do Serviço Técnico de Análise e Planejamento, da Secretaria Adjunta para o Planejamento Político do Ministério das Relações Exteriores; e da Divisão de Estatística e Documentação, da Superintendência Nacional do Abastecimento.

Art. 4.º — Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

RESOLUÇÃO COD — 5, DE 16 DE
NOVEMBRO DE 1967

Cria a Assessoria de Pessoal (ASPES) da Fundação.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO IBGE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 16, alínea e, do Estatuto, e

considerando a conveniência da imediata criação de órgãos de assessoramento e execução para institucionalizar a administração de pessoal da Fundação,

considerando a necessidade da urgente elaboração de normas, métodos e rotinas de trabalho referentes ao Pessoal, para uso da Administração Central e dos Órgãos Autônomos da Fundação;

considerando os aspectos que envolvem a integração no Quadro de Pessoal da Fundação do pessoal dos Quadros em extinção do IBGE;

considerando o interesse de dotar a Fundação dos meios indispensáveis à estruturação, em breve prazo, do sistema de administração do seu pessoal,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica criada, em caráter provisório e diretamente subordinada ao Secretário-Geral da Fundação, a Assessoria de Pessoal (ASPES), dirigida por um Assessor-Chefe e integrada de um Núcleo Central de Pessoal.

Art. 2.º — Compete à ASPES o estudo, o planejamento, a coordenação, o controle e a execução das providências de interesse da Fundação relacionadas ao seu quadro de pessoal, inclusive quanto às questões relativas à aplicação da legislação trabalhista.

Art 3º — Ao Assessor-Chefe competirá a coordenação, a orientação e a supervisão dos trabalhos do órgão, com a colaboração direta de um corpo de Assessores

Art. 4º — Compete ao Núcleo Central de Pessoal, como órgão executivo da ASPES:

- a) preparar os contratos de trabalho;
- b) proceder à admissão de empregados,
- c) manter atualizados os registros de pessoal e o cumprimento das obrigações trabalhistas;
- d) apurar a frequência do pessoal e preparar os respectivos recibos e folhas de pagamento,
- e) executar todo e qualquer encargo que, em assuntos de pessoal, lhe fôr determinado pela Assessoria de Pessoal

Art 5º — O núcleo Central de Pessoal será dirigido por um Chefe, ao qual incumbirá executar e/ou coordenar a execução das tarefas mencionadas no artigo 4º e outras que lhe sejam cometidas pelo Assessor-Chefe.

Art 6º — Até que sejam baixadas normas específicas, os órgãos de pessoal existentes no Instituto Brasileiro de Estatística, inclusive do Serviço Nacional de Recenseamento, no Instituto Brasileiro de Geografia, na Escola Nacional de Ciências Estatísticas e no Serviço Gráfico, continuarão a executar, em relação ao pessoal dos Quadros em extinção do IBGE, tôdas as tarefas e rotinas vigentes

Art. 7º — O Assessor-Chefe proporá a lotação do pessoal da ASPES, a ser submetida à aprovação do Presidente da Fundação

Art 8º — Enquanto não fôr designado o Secretário-Geral, a ASPES ficará diretamente subordinada ao Presidente da Fundação.

Art 9º — A ASPES organizará e manterá atualizado o Manual de Pessoal da Fundação

Art 10 — Esta Resolução entra em vigor a partir desta data

RESOLUÇÃO COD — 6, DE 16 DE
NOVEMBRO DE 1967

Cria, no Instituto Brasileiro de Estatística, o Grupo Executivo de Pesquisas Domiciliares (GEPD), e dá outras providências

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO IBGE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 16, alínea e do Estatuto, e

considerando a necessidade de introduzir novas técnicas nos levantamentos estatísticos contínuos, visando não só ao aperfeiçoamento das esta-

tísticas existentes, mas também à ampliação do seu campo de aplicação a setores ainda não investigados, ou que o são de maneira insuficiente;

considerando que, relativamente às estatísticas básicas, aquelas referentes a certos aspectos da população vêm sendo obtidas principalmente através os Censos Decenais, complementados em alguns setores por levantamentos anuais, cujo grau de cobertura é difícil determinar;

considerando que, por fatores diversos, tais como a grande extensão territorial do País e a diversificação de situações físicas e sócio-econômicas das várias regiões, os levantamentos estatísticos completos se tornam demorados e dispendiosos, justificando-se por isso mesmo a utilização cada vez mais freqüente das técnicas de amostragem, que possibilitam a produção de estatísticas a curto prazo, a baixo custo e com grau de precisão determinável,

considerando que o Governo Federal, pelo Decreto nº 61 053, de 24 de julho de 1967, já estabeleceu as diretrizes gerais para organização e desenvolvimento das atividades de pesquisa estatística domiciliar,

considerando, finalmente, que se impõe dotar o Instituto Brasileiro de Estatística de órgão específico que se incumba, sob características especiais de trabalho, do planejamento, implantação, execução e coordenação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

RESOLVE

Art 1º — Ficam criados, no Instituto Brasileiro de Estatística, diretamente subordinados ao Diretor-Superintendente, o Grupo Executivo de Pesquisas Domiciliares (GEPD) e a respectiva Comissão de Coordenação

Art 2º — A Comissão de Coordenação, sob a presidência do Diretor-Superintendente do IBE, tem como atribuição formular e coordenar o plano de trabalho do GEPD, dela fazendo parte o Diretor e os Chefes dos Serviços de Planejamento e de Operações do GEPD, Representante da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Representante do Instituto Brasileiro de Geografia; Representante do Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA) do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Parágrafo único — O Chefe do Setor de Normas e Treinamento será o Secretário da Comissão de Coordenação

Art. 3.º — O GEPD terá a seguinte organização geral:

I — DIREÇÃO

- a) Assessoria Técnica
- b) Setor Administrativo

II — SERVIÇO DE PLANEJAMENTO

- a) Setor de Normas e Treinamento.
- b) Setor de Estimativas e Controle de Qualidade.
- c) Setor de Documentação Territorial.

III — SERVIÇO DE OPERAÇÕES

- a) Setor de Coordenação e Controle de Coleta.
- b) Setor de Crítica e Codificação

Art. 4.º — Ao GEPD caberá, sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Estatística, o planejamento e a execução de todas as tarefas relacionadas com as pesquisas domiciliares de natureza contínua, realizadas com a utilização da técnica de amostragem.

Art. 5.º — A direção das atividades técnicas e administrativas do GEPD será exercida por um Diretor, designado pelo Presidente da Fundação dentre servidores do sistema estatístico nacional.

§ 1.º — As Inspetorias Regionais de Estatística Municipal executarão, na área de suas jurisdições, as tarefas que lhe forem cometidas pelo GEPD

§ 2.º — Para coordenar os trabalhos a serem realizados pela rede de coleta, será designado pelo Diretor-Superintendente do IBE, em cada Inspetoria Regional, um Supervisor, escolhido entre servidores do sistema estatístico nacional

Art. 6.º — Obedecidas as normas da Fundação, o GEPD poderá utilizar para os trabalhos de campo pesquisadores eventuais, remunerados à base de tarefa.

Art. 7.º — Os órgãos técnicos e administrativos do Instituto Brasileiro de Estatística assegurarão ao GEPD toda a colaboração em serviços, material e pessoal, que seja necessária e indispensável ao cumprimento das suas atribuições.

Art. 8.º — Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

RESOLUÇÃO COD — 7, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1967

Cria, no Instituto Brasileiro de Estatística, o Centro Brasileiro de Estudos Demográficos.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO IBGE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 16, alínea e, do Estatuto, e

considerando a necessidade de serem coordenados os estudos e as pesquisas científicas no campo da demografia teórica e aplicada, para maior rendimento e melhor avaliação dos trabalhos técnicos que se realizam nesse importante setor;

considerando que os estudos de população, no campo internacional, se projetam com proeminência, por constituírem elemento fundamental em todos os estudos sócio-econômicos, motivo por que várias entidades internacionais se estruturaram para exame permanente da matéria,

considerando que a aglutinação de esforços, recursos e técnicos em geral, nesse campo, resultaria profícua na valorização crescente da contribuição do Brasil para realização desses estudos;

considerando que para a consecução desses objetivos se impõe dotar a Fundação de um órgão técnico de estruturação especial, que disponha da flexibilidade indispensável à elaboração de planos e execução, a curto prazo, de programas segundo normas próprias,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica criado, no Instituto Brasileiro de Estatística, diretamente subordinado ao Diretor-Superintendente, o Centro Brasileiro de Estudos Demográficos, destinado à realização de estudos e pesquisas científicas de população, que gozará de autonomia compatível com as normas gerais de trabalho da Fundação.

Art. 2.º — No cumprimento de suas atribuições, ao Centro Brasileiro de Estudos Demográficos incumbirá:

a) realizar estudos, pesquisas e trabalhos científicos sobre aspectos qualitativos e quantitativos de população;

b) colaborar na organização de cursos de Demografia, bem como promover a realização de simpósios, seminários ou conferências sobre a matéria;

c) elaborar trabalhos e executar pesquisas que contribuam para o diagnóstico da situação demográfica brasileira, tanto global como regional, quanto a seus aspectos estruturais, dinâmicos e especiais, colaborando, dessa forma, no encaminhamento de soluções para os problemas nacionais;

d) estimular e realizar estudos científicos em setores relacionados com a população;

e) colaborar tecnicamente com as autoridades competentes, especialmente com os demais órgãos técnicos da Fundação, no aprimoramento das estatísticas de população e na elaboração e realização de trabalhos e estu-

dos a serem apresentados em congressos, conferências e simpósios, no país e no exterior, dos quais poderá participar.

Art 3º — O Centro Brasileiro de Estudos Demográficos terá uma Direção e um Conselho Técnico.

Art. 4º — A direção do Centro caberá a um Diretor nomeado pelo Presidente da Fundação dentre técnicos brasileiros de notável saber no campo da demografia.

§ 1º — A coordenação das atividades técnicas do Centro e da Secretaria do Conselho Técnico será exercida por um Coordenador-Técnico, sob a supervisão do Diretor do Centro.

§ 2º — O Diretor terá a colaboração de um Assistente, para assisti-lo nas atividades administrativas.

Art 5º — Para o planejamento e efetivação dos estudos de competência do Centro, poderão ser organizados Núcleos especializados, que se incumbirão, basicamente: da realização de análises e pesquisas; de estudos teóricos da programação de ensino e de treinamento de pessoal, da coordenação do intercâmbio e dos programas de assistência técnica; dos trabalhos de divulgação e documentação.

Parágrafo único — As atividades de cada Núcleo serão coordenadas por um Orientador.

Art 6º — O Conselho Técnico do Centro será constituído pelos seguintes membros: Diretor do Centro, que o presidirá, Coordenador Técnico, Representante do Instituto Brasileiro de Estatística, Representante da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Representante do Instituto Brasileiro de Geografia e dois técnicos em assuntos de população designados pelo Presidente da Fundação.

Art 7.º — Ao Conselho Técnico competirá, em consonância com as normas gerais aprovadas pela direção da Fundação, orientar a programação dos trabalhos do Centro, bem como aprovar o plano de divulgação dos trabalhos técnicos

Art 8º — Além das verbas próprias que lhe sejam destinadas pelo orçamento geral da Fundação, o Centro poderá contar com recursos resultantes da prestação de serviços ou de convênios firmados, de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Diretor da entidade.

Art. 9º — Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

RESOLUÇÃO COD — 8, DE 22 DE
NOVEMBRO DE 1967

Estabelece os Princípios Gerais de Administração Econômico-Financeira da Fundação IBGE e dá outras providências.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO IBGE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 16, alínea e do Estatuto,

considerando que, sendo a natureza jurídica da Fundação IBGE diferente da natureza jurídica da autarquia IBGE, faz-se mister a adoção de diretrizes e normas que garantam a continuidade das atividades econômico-financeiras da entidade;

considerando que o órgão central normativo que vier a ser instituído, nesse campo, bem como os demais já existentes, devem dispor de orientação segura e uniforme, que lhes permita atuação eficiente,

RESOLVE:

Aprovar os seguintes Princípios Gerais de Administração Econômico-Financeira:

I — DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. As atividades econômico-financeiras da Fundação, agrupando os sistemas orçamentários, contábil-financeiro e patrimonial, serão desenvolvidos de forma integrada, orientando-se segundo os Princípios Gerais estabelecidos nesta Resolução.

2. O Órgão Central econômico-financeiro terá atuação normativa, de coordenação e controle, bem como de execução daquelas tarefas que não sejam atribuídas aos órgãos setoriais ou regionais.

3. As tarefas executivas, descentralizadas, continuarão sob a responsabilidade dos órgãos setoriais e regionais de orçamento, contabilidade e material, que manterão estreito entrosamento com o Órgão Central

4. Serão introduzidos, no mais breve prazo possível, métodos de auditoria interna, com o objetivo, inclusive, de garantir a uniformidade dos processos de trabalho, de acordo com as normas e diretrizes aprovadas pelo Conselho Diretor.

II — DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

5. O orçamento da Fundação, elaborado para um período de 12 (doze) meses, coincidente com o ano civil (artigo 44, do Estatuto), corresponderá à tradução monetária do plano de trabalho, segundo os programas a executar e as respectivas funções de apoio.

6. O orçamento demonstrará não só a estimativa de custo de cada programa, como, também, a das várias Unidades integrantes dos diversos Órgãos Autônomos. Nos casos em que os programas tenham execução pre-

vista para mais de um exercício, as despesas poderão ser autorizadas globalmente, considerando-se nos orçamentos os custos anuais (§ 2.º do artigo 46, do Estatuto).

7. Durante o exercício, poderá o Conselho Diretor autorizar a abertura de créditos, indicada a fonte dos recursos em que terão lastro e o respectivo prazo de aplicação. No segundo semestre, poderá, também, autorizar alterações orçamentárias, mediante o destaque de saldos prováveis de dotações para a suplementação de outras cuja execução indique insuficiência.

8. A discriminação orçamentária da despesa incluirá, sempre que possível, dotações destinadas à constituição de fundo de reserva para atender os aumentos de custo dos respectivos programas de trabalho.

III — DO SISTEMA CONTÁBIL-FINANCEIRO

9. A sistemática contábil terá em mira possibilitar ao Órgão Central, a qualquer tempo, o levantamento da situação patrimonial, econômica e financeira da Fundação, a apuração de seus custos funcionais, e levará em consideração a necessidade de apropriar em títulos especiais os recursos aplicados no pagamento de pessoal dos quadros em extinção (Art 63, do Estatuto).

10. Os serviços de tesouraria serão centralizados, e os Órgãos Autônomos, bem como as unidades setoriais e regionais disporão de Pagadorias

11. A todo pagamento ou recebimento corresponderá documento hábil que comprove e identifique a operação.

12. Os pagamentos, como norma geral, serão efetuados através de cheques nominativos. O Conselho Diretor regulará os casos em que possam ser feitos em espécie

IV — DO SISTEMA PATRIMONIAL

13. As aquisições de material e a contratação de obras e serviços, obedecidas as normas pertinentes e o critério de ampla licitação, serão processadas segundo programação prévia e racionalmente estabelecida.

14. Todos os bens móveis e imóveis da Fundação serão registrados e tombados, de forma que sejam adequadamente individualizados e identificados.

15. As aquisições de material para atendimento das necessidades comuns dos Órgãos Autônomos da Fundação serão efetuadas, preferentemente, pelo Órgão Central.

16. Será adotado controle sistemático para as operações de entrada e saída de material, de modo a asse-

gurar a indispensável harmonia entre o estoque e os respectivos registros contábeis.

17. Os dirigentes das unidades de trabalho e o pessoal nelas integrado serão responsáveis pela guarda e boa utilização dos materiais distribuídos a cada uma.

18. Será mantido controle adequado do equipamento existente, de forma a facilitar o exame das solicitações que impliquem em novas aquisições.

V — DISPOSIÇÕES FINAIS

19. No corrente exercício, os Órgãos Autônomos cumprirão sua programação operacional, com os recursos consignados nos seus respectivos orçamentos, cuja execução não sofrerá solução de continuidade (art. 58, do Estatuto), admitidas as alterações aprovadas pelo Conselho Diretor.

20. Enquanto não forem baixadas pelo Conselho normas disciplinando as atividades focalizadas nesta Resolução, continuarão em vigor as rotinas vigentes.

21. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

RESOLUÇÃO COD — 9, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1967

Cria a Assessoria Econômico-Financeira (ASFIN) da Fundação IBGE.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO IBGE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 16, alínea e, do Estatuto,

considerando que se torna conveniente a criação de um órgão de assessoramento, que garanta continuidade à administração econômico-financeira da instituição, no período de reformulação de sua estrutura administrativa;

considerando que a instalação da Fundação exige a reformulação de normas, métodos e rotinas de trabalho, inclusive a adaptação do sistema contábil-orçamentário à sua nova condição jurídica,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica criada, em caráter provisório e diretamente subordinada ao Secretário-Geral da Fundação, a Assessoria Econômico-Financeira (ASFIN), dirigida por um Assessor-Chefe e integrada por um Corpo de Assessores, um Núcleo Central de Orçamento e Contabilidade e uma Tesouraria Central.

Art. 2.º — Compete à ASFIN o estudo, o planejamento, a coordenação

e o controle da execução das atividades econômico-financeiras da Fundação, compreendendo:

- a) elaboração e execução orçamentárias;
- b) registros, levantamentos e análises contábeis;
- c) administração do patrimônio e contratação de obras e serviços;
- d) aquisição, movimentação e manutenção de material;
- e) movimentação financeira e serviços de tesouraria.

Parágrafo único — No que couber, competirá igualmente à ASFIN a execução das atividades econômico-financeiras da Administração Central da Fundação.

Art. 3.º — Ao Assessor-Chefe competirá a coordenação, a orientação e a supervisão dos trabalhos do órgão, com a colaboração direta do Corpo de Assessores.

Art. 4.º — Incumbir-se-á a ASFIN, precipuamente, das seguintes tarefas:

- a) estudo de normas sobre a elaboração e execução orçamentárias, a serem observadas pelos Órgãos Autônomos e outras unidades de trabalho, depois de aprovadas pelo COD;
- b) exame e discussão, com os órgãos interessados, dos termos das respectivas propostas e acompanhamento da execução do correspondente orçamento;
- c) encaminhamento das providências relacionadas com a liberação de recursos destinados à Fundação;
- d) elaboração da proposta orçamentária da Administração Central da Fundação e controle de sua execução;
- e) realização de inspeções, levantamentos ou verificações contábeis, em quaisquer dos órgãos da Fundação, com vistas a assegurar a observância das normas vigentes.

Art. 5.º — Ao Núcleo Central de Orçamento e Contabilidade caberão tarefas específicas de consolidação dos trabalhos orçamentários e contábeis elaborados pelos Órgãos Autônomos da Fundação. Caberão, igualmente, ao referido Núcleo, todas as demais tarefas de apoio às atividades da ASFIN, inclusive:

- a) controle da execução financeira de convênios e acordos de que resulte o recebimento de recursos por parte da Fundação;
- b) registros contábeis analíticos relacionados com as atividades da Administração Central da Fundação;

c) registros contábeis sintéticos em correspondência aos que serão feitos, analiticamente, em cada Órgão Autônomo, de forma a permitir o levantamento do Balanço Geral da Fundação;

d) processamento da despesa realizada pela Administração Central da Fundação;

e) controle geral do registro dos bens imóveis da Fundação;

f) medidas relacionadas com a aquisição de material e a contratação de serviços ou obras que devam ser feitas pela Administração Central.

Art. 6.º — A Tesouraria Central terá a seu cargo:

a) promover, junto aos órgãos competentes, a liberação de recursos destinados à Fundação,

b) efetuar todos os recebimentos de numerário consignados à Fundação, ainda que especificamente destinados a seus Órgãos Autônomos, ou resultante de serviços prestados por esses órgãos,

c) suprir de recursos as Pagadorias dos Órgãos Autônomos, preparando a movimentação das correspondentes contas bancárias;

d) efetuar o pagamento de despesas próprias da Administração Central da Fundação

Parágrafo único — Os encargos previstos nas alíneas b e d poderão ser atribuídos, pelo Presidente da Fundação, à Pagadoria de qualquer dos Órgãos Autônomos.

Art. 7.º — Aos dirigentes do Núcleo Central e da Tesouraria Central incumbirá a coordenação e/ou execução das tarefas atribuídas a cada uma dessas unidades, bem como outras que lhes sejam cometidas pelo Assessor-Chefe.

Art. 8.º — Até que sejam baixadas normas específicas, os órgãos financeiro-contábeis e de material existente no IBE, inclusive no SNR, no IBG, na ENCE e no Serviço Gráfico, continuarão a executar, em relação aos referidos órgãos, todas as tarefas de rotina que lhes eram atribuídas.

Art. 9.º — O Assessor-Chefe proporá a lotação do pessoal da ASFIN, a ser submetida à aprovação do Presidente da Fundação.

Art. 10 — Enquanto não for designado o Secretário-Geral da Fundação, a ASFIN ficará diretamente subordinada ao Presidente.

Art. 11 — Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

RESOLUÇÃO COD-10, DE 29 DE
NOVEMBRO DE 1967

*Estima a Receita e fixa a Despesa da
Fundação IBGE para o exercício
financeiro de 1968.*

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO IBGE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 16, alínea "a", do Estatuto,

RESOLVE:

Art. 1º — O Orçamento-Programa da Fundação IBGE para o exercício financeiro de 1968, discriminado pelos anexos integrantes desta Resolução e

elaborado em observância ao disposto no Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no artigo 46 do Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 61 126, de 2 de agosto de 1967, estima a Receita em NCr\$ 57.296.403 (cinquenta e sete milhões, duzentos e noventa e seis mil, quatrocentos e três cruzeiros novos) e fixa a Despesa em igual importância.

Art 2º — A Receita será realizada mediante a contribuição da União e a arrecadação de outras Receitas Correntes e de Capital, na forma das especificações dos quadros anexos, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA DA FUNDAÇÃO IBGE

1.1 — RECEITAS CORRENTES

| | NCr\$ | NCr\$ |
|---------------------------|------------|------------|
| Receita Patrimonial . . . | 2.178 383 | |
| Transferências Correntes: | | |
| Contribuição da União .. | 52.018 814 | |
| Receitas Diversas | 721.000 | 54.918 197 |
| | <hr/> | |

1 2 — RECEITAS DE CAPITAL

| | | |
|------------------------------------|-----------|-------------------|
| Alienação de Bens Móveis e Imóveis | 10.174 | |
| Transferência de Capital: | | |
| Auxílio da União ... | 1.519.000 | |
| Outras Receitas de Capital | 849.032 | 2.378.206 |
| | <hr/> | |
| TOTAL GERAL | | <u>57.296 403</u> |

Art 3º — A Despesa será realizada segundo a discriminação constante dos quadros anexos, que apresentam a programação setorial da Fundação

IBGE, e detalham sua composição pelas Unidades Orçamentárias da Entidade, consoante a distribuição seguinte:

2 DESPESA DA FUNDAÇÃO

2 1 — POR PROGRAMA

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Coleta de Dados Estatísticos .. . | 25 496.184 |
| Planejamento e Processamento de Levantamentos Estatísticos e Censitários .. | 6 574 385 |
| Planejamento e Trabalhos Preparatórios do Censo de 1970 | 1 361 050 |
| Análise e Divulgação de Levantamentos Estatísticos e Censitários . . | 2 530 818 |
| Levantamentos Geodésicos e Cartográficos | 4 875 576 |
| Levantamentos Geográficos | 1 673 799 |
| Estudos e Divulgação de Levantamentos Cartográficos e Geográficos | 1 830 428 |
| Educação | 609 356 |
| Administração Geral | 12 344 807 |
| | <hr/> |
| TOTAL | <u>57 296 403</u> |

2 2 — POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

| | NCr\$ |
|------------------------------------------|-------------------|
| Administração Central | 652.974 |
| Instituto Brasileiro de Estatística | 44 855 027 |
| Instituto Brasileiro de Geografia | 11.154 230 |
| Escola Nacional de Ciências Estatísticas | 634 172 |
| TOTAL GERAL | 57.296 403 |

Art 4º — A aplicação dos recursos discriminados no artigo anterior far-se-á de acôrdo com os programas estabelecidos para as Unidades Orçamentárias da Fundação IBGE, para as quais serão aprovadas, pelo Conselho Diretor, tabelas explicativas da despesa.

Parágrafo único — Na conformidade do artigo 48, do Estatuto da Fun-

dação, e até 31 de outubro de 1968, as Unidades Orçamentárias poderão submeter, ao Conselho Diretor, se necessário, alterações das tabelas explicativas, respeitados os limites máximos de cada elemento da despesa

Art. 5.º — Esta Resolução entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1968, nos termos do art 44 do Estatuto da Fundação IBGE

ANEXO I — Quadro 1

Orçamento para o exercício de 1968

ORÇAMENTO GLOBAL

Demonstração da Receita Orçamentária

| | NCr\$ | NCr\$ | NCr\$ |
|------------------------------------------------------|------------|-------------------|-------------------|
| TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | | | 57 296 403 |
| RECEITAS CORRENTES | | 54 918 197 | |
| RECEITA PATRIMONIAL | | 2 178 383 | |
| Receita de Valores Mobiliários: | | | |
| Juros de Títulos de Renda | 1 | | |
| Outras Receitas Patrimoniais: | | | |
| Juros Bancários | 19 999 | | |
| Outras Operações de Receitas | 100 001 | | |
| SalDOS de Exercícios Anteriores | 2 058 382 | | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | 52 018 814 | |
| Contribuições da União | 52 018 814 | | |
| RECEITAS DIVERSAS | | 721 000 | |
| Cobrança da Dívida Ativa | 1 000 | | |
| Outras Receitas Diversas: | | | |
| Arrecadação por Venda de Obras Impressas | 695 000 | | |
| Venda de Materiais e Papéis Usados ou Imprestáveis . | 9 000 | | |
| Eventuais | 16 000 | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | | 2 378 206 | |
| Alienação de Bens Móveis e Imóveis | 10 174 | | |
| Transferências de Capital: | | | |
| Auxílio da União . | 1 519.000 | | |
| Outras Receitas de Capital: | | | |
| SalDOS de Exercícios Anteriores | 849 032 | | |

ANEXO I — Quadro 2

Orçamento para o exercício de 1968

ORÇAMENTO GLOBAL

Demonstração da despesa por unidades orçamentárias e programas

| UNIDADES | PROGRAMA DE TRABALHO | | | | | | | | | |
|------------------------------------------|------------------------------|------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|----------------------|------------------------------------------|---------------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| | Atividades Técnicas | | | | | | Educação | Administração Geral | TOTAL GERAL | |
| | Coleta de dados estatísticos | Planejamento e processamento de levantamentos estatísticos | Planejamento e trabalhos preparatórios do Censo de 1970 | Análise e Divulgação | Levantamentos Geodésicos e Cartográficos | Levantamentos Geográficos | | | | TOTAL |
| Administração Central da Fundação | — | — | — | — | — | — | — | 652 974 | 652 974 | |
| Instituto Brasileiro de Estatística | 25 496 184 | 6 574 385 | 1 361 050 | 2 530 818 | — | — | 35 982 437 | 108 000 | 8 784 590 | 44 855 027 |
| Instituto Brasileiro de Geografia | — | — | — | 1 830 428 | 4 875 576 | 1 673 799 | 8 379 803 | — | 2 774 427 | 11 154 230 |
| Escola Nacional de Ciências Estatísticas | — | — | — | — | — | — | — | 501 356 | 132 816 | 634 172 |
| TOTAL | 25 496 184 | 6 574 385 | 1 361 050 | 4 361 246 | 4 875 576 | 1 673 799 | 44 342 240 | 609 356 | 12 344 807 | 57 296 403 |

ANEXO I — Quadro 3

Orçamento para o exercício de 1968

ORÇAMENTO GLOBAL

Demonstração da despesa por unidades orçamentárias e categorias econômicas

| UNIDADES | DESPESAS CORRENTES | | | | | | TOTAL |
|------------------------------------------|--------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|-----------------------|------------------|-------------------|
| | Custeio | | | Transferências Correntes | | | |
| | Pessoal | Outros Custeios | TOTAL | Pessoal | Outras Transferências | TOTAL | |
| Administração Central da Fundação | 324 461 | 313 213 | 637 674 | — | — | — | 637 674 |
| Instituto Brasileiro de Estatística | 28 241 812 | 10 369 182 | 38 610 994 | 3 624 127 | 1 199 000 | 4 823 127 | 43 434 121 |
| Instituto Brasileiro de Geografia | 6 173 298 | 3 262 059 | 9 435 357 | 469 000 | 126 500 | 595 500 | 10 020 857 |
| Escola Nacional de Ciências Estatísticas | 268 420 | 76 616 | 345 036 | 11 636 | 5 500 | 17 136 | 362 172 |
| TOTAL | 35 007 991 | 14 021 070 | 49 029 061 | 4 094 763 | 1 331 000 | 5 425 763 | 54 454 824 |

| UNIDADES | DESPESAS DE CAPITAL | | | | |
|------------------------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------------|------------------|-------------------|
| | Investimentos | Inversões Financeiras | Transferências de Capital | TOTAL | TOTAL GERAL |
| Administração Central da Fundação | 15 300 | — | — | 15 300 | 652 974 |
| Instituto Brasileiro de Estatística | 1 420 906 | — | — | 1 420 906 | 44 855 027 |
| Instituto Brasileiro de Geografia | 1 133 373 | — | — | 1 133 373 | 11 154 230 |
| Escola Nacional de Ciências Estatísticas | 272 000 | — | — | 272 000 | 634 172 |
| TOTAL | 2 841 579 | — | — | 2 841 579 | 57 296 403 |

ANEXO I — Quadro 4
Orçamento para o exercício de 1968
 ORÇAMENTO GLOBAL
 Programa de Trabalho

| | Projeto ou Atividade | | TOTAL |
|-----------------------------------------------------------------------|----------------------------|------------|-------------------|
| | NCr\$ | NCr\$ | NCr\$ |
| ATIVIDADES TÉCNICAS | | | 44 342 240 |
| Coleta de dados estatísticos | | 25 496 184 | |
| Planejamento e Processamento de Le- vantamentos Estatísticos | 2 791 928 | | |
| Planejamento e Processamento de Le- vantamentos Censitários | 3 782 457 | 6 574 385 | |
| Análise e Divulgação de Levantamentos Estatísticos | 1 830 818 | | |
| Análise e Divulgação de Levantamentos Censitários | 700 000 | | |
| Análise e Divulgação de Levantamentos Geográficos e Cartográficos | 1 830 428 | 4 361 246 | |
| Levantamentos Geodésicos e Cartográfi- cos | | 4 875 576 | |
| Levantamentos Geográficos | | 1 673 799 | |
| Planejamento e Trabalhos Preparatórios do Censo de 1970 | | 1 361 050 | |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | 12 344 807 |
| EDUCAÇÃO | | | 609.356 |
| Formação de Técnicos pela ENCE | 229 356 | | |
| Conclusão da construção da sede própria e equipamentos da ENCE | 272 000 | 501 356 | |
| Bolsas-de-estudo e estágios para aperfei- çoamento de estatísticos | | 108 000 | |
| TOTAL | | | 57 296 403 |

ANEXO I — Quadro 5
Orçamento para o exercício de 1968
 ORÇAMENTO GLOBAL
 Natureza das Despesas

| | Elementos de Despesa | | Categoria Econômica |
|--------------------------------|----------------------------|------------|------------------------|
| | NCr\$ | NCr\$ | NCr\$ |
| DESPESAS CORRENTES | | | 54 454 824 |
| DESPESA DE CUSTEIO | | | 49 029 061 |
| Pessoal Civil | | 35 007 991 | |
| Vencimentos e Vantagens Fixas | 31 653 004 | | |
| Despesas Variáveis com Pessoal | 3 354.987 | | |
| Material de Consumo | | 3 249 200 | |
| Serviços de Terceiros | | 8.179 550 | |
| Encargos Diversos | | 2 592 320 | |

| | NCr\$ | NCr\$ | NCr\$ |
|---------------------------------------------|-----------|-----------|------------|
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | 5.425.763 | |
| Inativos e Pensionistas | 1.332.433 | | |
| Salário-Família | 2.567.830 | | |
| Contribuições de Previdência | 580.000 | | |
| Diversas Transferências Correntes | 945.500 | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | 2.841.579 |
| INVESTIMENTOS | | 2.841.579 | |
| Obras Públicas | 827.500 | | |
| Equipamentos e Instalações | 1.457.837 | | |
| Material Permanente | 556.242 | | |
| TOTAL | | | 57.296.403 |

ANEXO II — Quadro 1

Orçamento para o exercício de 1968

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA FUNDAÇÃO

Demonstração da Receita Orçamentária

| | | |
|---------------------------------------------------------------|---------|---------|
| TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | | 652.974 |
| RECEITAS CORRENTES | 637.674 | |
| Transferências Correntes: Contribuições da União | 637.674 | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 15.300 | |
| Transferências de Capital: Auxílio da União | 15.300 | |

ANEXO II — Quadro 2

Orçamento para o exercício de 1968

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA FUNDAÇÃO

Demonstração da despesa por unidades orçamentárias e programas

| UNIDADES | PROGRAMA DE TRABALHO | | | | | | | | TOTAL GERAL |
|------------------------------------------------------------------|--------------------------|------------------------------------|----------------------------|--------------------|--------------------|---|---------|---------------------|-------------|
| | Atividades Técnicas | | | | | | TOTAL | Administração Geral | |
| | Administração de Pessoal | Administração Econômico-Financeira | Organização e Planejamento | Assistência Social | Assessoria Técnica | | | | |
| Gabinete da Presidência | — | — | — | — | 60 000 | — | 60 000 | — | 152 627 |
| Procuradoria-Geral | — | — | — | — | — | — | — | — | 7 800 |
| Secretaria-Geral | 52 000 | 51 000 | 49 774 | — | — | — | 152 774 | — | 398 147 |
| Serviços de Assistência Médica (SAMOS) | — | — | — | 51 800 | — | — | 51 800 | — | 51 800 |
| Serviços Gerais, inclusive Transporte, Garage e Oficina Mecânica | — | — | — | — | — | — | — | — | 42 600 |
| TOTAL | 52 000 | 51 000 | 49 774 | 51 800 | 60 000 | — | 261 574 | — | 652 974 |

ANEXO II — Quadro 3

Orçamento para o exercício de 1968

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA FUNDAÇÃO

Demonstração da despesa por unidades orçamentárias e categorias econômicas

| UNIDADES | DESPESAS CORRENTES | | | | | | TOTAL |
|------------------------------------------------------------------|--------------------|-----------------|----------------|--------------------------|-----------------------|----------|----------------|
| | Custeio | | | Transferências correntes | | | |
| | Pessoal | Outros Custeios | TOTAL | Pessoal | Outras Transferências | TOTAL | |
| Gabinete da Presidência | 113 127 | 39 500 | 152 627 | — | — | — | 152 627 |
| Procuradoria-Geral | — | 7 400 | 7 400 | — | — | — | 7 400 |
| Secretaria-Geral | 211 334 | 172 513 | 383 847 | — | — | — | 383 847 |
| Serviços de Assistência Médica (SAMOS) | — | 51 800 | 51 800 | — | — | — | 51 800 |
| Serviços Gerais, inclusive Transporte, Garage e Oficina Mecânica | — | 42 000 | 42 000 | — | — | — | 42 000 |
| TOTAL | 324 461 | 313 213 | 637 674 | — | — | — | 637 674 |

| UNIDADES | DESPESAS DE CAPITAL | | | | TOTAL GERAL |
|------------------------------------------------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------------|---------------|----------------|
| | Investimentos | Inversões Financeiras | Transferências de Capital | TOTAL | |
| Gabinete da Presidência | — | — | — | — | 152 627 |
| Procuradoria-Geral | 400 | — | — | 400 | 7 800 |
| Secretaria-Geral | 14 300 | — | — | 14 300 | 398 147 |
| Serviços de Assistência Médica (SAMOS) | — | — | — | — | 51 800 |
| Serviços Gerais, inclusive Transporte, Garage e Oficina Mecânica | 600 | — | — | 600 | 42 000 |
| TOTAL | 15 300 | — | — | 15 300 | 652 974 |

ANEXO II — Quadro 4

Orçamento para o exercício de 1968

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA FUNDAÇÃO

Programa de Trabalho

| ESPECIFICAÇÃO | Projeto ou Atividade | TOTAL |
|------------------------------------|----------------------|----------------|
| | NCr\$ | NCr\$ |
| ATIVIDADES DIVERSAS | | 637 674 |
| Administração de Pessoal | 52 000 | |
| Administração Econômico-Financeira | 51.000 | |
| Organização e Planejamento | 49.774 | |
| Assessoria Técnica | 60.000 | |
| Assistência Social | 51.800 | |
| Administração Geral | 373.100 | |
| INVESTIMENTOS | | 15 300 |
| Equipamentos Diversos | 6 600 | |
| Material Permanente | 8.700 | |
| TOTAL | | 652.974 |

ANEXO II — Quadro 5

Orçamento para o exercício de 1968

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA FUNDAÇÃO

Natureza das Despesas

| | Elementos de Despesa | | Categoria Econômica |
|--------------------------------|----------------------------|---------|------------------------|
| | NCr\$ | NCr\$ | NCr\$ |
| DESPESAS CORRENTES | | | 637.674 |
| DESPESAS DE CUSTEIO | | 324 461 | |
| Pessoal Civil: | | | |
| Vencimentos e Vantagens Fixas | 202 800 | | |
| Despesas Variáveis com Pessoal | 121 661 | | |
| Material de Consumo | | 87 124 | |
| Serviços de Terceiros | | 96 800 | |
| Encargos Diversos | | 129 289 | |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | 15 300 |
| INVESTIMENTOS | | 15 300 | |
| Equipamentos e Instalações | 6 600 | | |
| Material Permanente | 8 700 | | |
| TOTAL | | | <u>652 974</u> |

ANEXO III — Quadro 1

Orçamento para o exercício de 1968

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA

Demonstração da Receita Orçamentária

| | | |
|----------------------------------|------------|-------------------|
| TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | | <u>38 523 109</u> |
| RECEITAS CORRENTES | 37 446 172 | |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 2 078 383 | |
| Receitas de Valores Mobiliários: | | |
| Juros de Títulos de Renda | 1 | |
| Outras Receitas Patrimoniais: | | |
| Juros Bancários | 19 999 | |
| Outras Operações de Receitas | 1 | |
| SalDOS de exercícios anteriores | 2 058 382 | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 35 246 789 | |
| Contribuições da União | 35.246.789 | |

| | | |
|--------------------------------------------------------------|---------|-----------|
| | NCr\$ | NCr\$ |
| RECEITAS DIVERSAS | | 121 000 |
| Cobrança da Dívida Ativa | 1 000 | |
| Outras Receitas Diversas: | | |
| Arrecadação por venda de obras impressas | 95.000 | |
| Venda de materiais e papéis usados ou imprestáveis | 9 000 | |
| Eventuais | 16.000 | |
| RECEITAS DE CAPITAL | | 1.076 937 |
| Alienação de bens móveis e imóveis | 10 174 | |
| Transferências de Capital: | | |
| Auxílio da União | 247.731 | |
| Outras Receitas de Capital: | | |
| SalDOS de exercícios anteriores | 819 032 | |

ANEXO III — Quadro 2

Orçamento para o exercício de 1968

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA

Demonstração da despesa por unidades orçamentárias e programas

| UNIDADES | PROGRAMA DE TRABALHO | | | | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------|------------------------------|------------------------------------------------------------|----------------------|---|---|---|------------|---------------------|-------------|------------|
| | Atividades Técnicas | | | | | | Educação | Administração Geral | TOTAL GERAL | |
| | Coleta de dados estatísticos | Planejamento e processamento de levantamentos estatísticos | Análise e Divulgação | — | — | — | | | | TOTAL |
| I — ADMINISTRAÇÃO GERAL: | | | | | | | | | | |
| Superintendência, Inspetoria Técnica e Diretoria de Administração | — | — | — | — | — | — | 108 000 | 8 296 179 | 8 404 179 | |
| II — LEVANTAMENTOS E PESQUISAS ESTATÍSTICAS: | | | | | | | | | | |
| Diretoria de Levantamentos Estatísticos | 857 000 | 1 187 579 | 85 500 | — | — | — | 2 130 079 | — | 2 130 079 | |
| Inspetorias Regionais e Agências Municipais de Estatística | 23 520 164 | — | — | — | — | — | 23 520 164 | — | 23 520 164 | |
| Grupo Executivo de Trabalho das Estatísticas Industriais (GETEI) | — | 677 307 | 39 680 | — | — | — | 716 987 | — | 716 987 | |
| Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) | 1 119 020 | 559 530 | — | — | — | — | 1 678 550 | — | 1 678 550 | |
| Serviço de Estatística para Fins Militares | — | 367 512 | — | — | — | — | 367 512 | — | 367 512 | |
| III — ESTUDOS E ANÁLISES: | | | | | | | | | | |
| Laboratório de Estatística | — | — | 366 324 | — | — | — | 366 324 | — | 366 324 | |
| Diretoria de Divulgação e Documentação | — | — | 1 339 314 | — | — | — | 1 339 314 | — | 1 339 314 | |
| TOTAL | 25 496 184 | 2 791 928 | 1 830 818 | — | — | — | 30 118 930 | 108 000 | 8 296 179 | 38 523 109 |

ANEXO III — Quadro 3

Orçamento para o exercício de 1968

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA

Demonstração da despesa por unidades orçamentárias e categorias econômicas

| UNIDADES | DESPESAS CORRENTES | | | | | | TOTAL |
|------------------------------------------------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------------|--------------------------|-----------------------|-------------------|-------------------|
| | Custeio | | | Transferências Correntes | | | |
| | Pessoal | Outros Custeios | TOTAL | Pessoal | Outras Transferências | TOTAL | |
| I — ADMINISTRAÇÃO GERAL: | | | | | | | |
| Superintendência | 92 632 | 881 393 | 974 025 | — | — | — | 974 025 |
| Inspetoria Técnica | 121 200 | 1 000 | 122 200 | — | — | — | 122 200 |
| Diretoria de Administração | 3 094 895 | 1 976 290 | 5 071 185 | 918 000 | 819 000 | 1 737 000 | 808 185 |
| II — LEVANTAMENTOS, PESQUISAS E ANÁLISES: | | | | | | | |
| Laboratório de Estatística | 286 800 | 73 524 | 360 324 | — | — | — | 360 324 |
| Serviço de Estatística para fins Militares | 360 000 | 7 512 | 367 512 | — | — | — | 367 512 |
| Diretoria de Documentação e Divulgação | 932 000 | 400 070 | 1 332 070 | — | — | — | 1 332 070 |
| Diretoria de Levantamentos Estatísticos | 1 522 000 | 387 364 | 1 909 364 | — | — | — | 1 909 364 |
| Grupo Executivo de Trabalho das Estatísticas Industriais (GETEI) | 268 000 | 371 602 | 639 602 | — | — | — | 639 602 |
| Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) | 938 000 | 617 550 | 1 555 550 | — | — | — | 1 555 550 |
| III — REDE DE COLETA: | | | | | | | |
| Inspetorias Regionais e Agências Municipais de Estatística | 18 513 997 | 2 178 216 | 20 692 213 | 2 685 127 | — | 2 685 127 | 23 377 340 |
| TOTAL | 26 129 524 | 6 894 521 | 33 024 045 | 3 603 127 | 819 000 | 4 422 127 | 37 446 172 |
| UNIDADES | DESPESAS DE CAPITAL | | | | | TOTAL GERAL | |
| | Investimentos | Inversões Financeiras | Transferências de Capital | TOTAL | | | |
| I — ADMINISTRAÇÃO GERAL: | | | | | | | |
| Superintendência | — | — | — | — | — | 974 025 | |
| Inspetoria Técnica | 2 500 | — | — | 2 500 | — | 124 700 | |
| Diretoria de Administração | 497 269 | — | — | 497 269 | — | 7 305 454 | |
| II — LEVANTAMENTOS, PESQUISAS E ANÁLISES: | | | | | | | |
| Laboratório de Estatística | 6 000 | — | — | 6 000 | — | 366 324 | |
| Serviço de Estatística para fins Militares | — | — | — | — | — | 367 512 | |
| Diretoria de Documentação e Divulgação | 7 244 | — | — | 7 244 | — | 1 339 314 | |
| Diretoria de Levantamentos Estatísticos | 220 715 | — | — | 220 715 | — | 2 130 079 | |
| Grupo Executivo de Trabalho das Estatísticas Industriais (GETEI) | 77 385 | — | — | 77 385 | — | 716 987 | |
| Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) | 123 000 | — | — | 123 000 | — | 1 678 550 | |
| III — REDE DE COLETA: | | | | | | | |
| Inspetorias Regionais e Agências Municipais de Estatística | 142 824 | — | — | 142 824 | — | 23 520 164 | |
| TOTAL | 1 076 937 | — | — | 1 076 937 | — | 38 523 109 | |

ANEXO III — Quadro 4
Orçamento para o exercício de 1968
 INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA
 Programa de Trabalho

| ESPECIFICAÇÃO | Projeto ou Atividade | TOTAL |
|-------------------------------------------------------------------------|----------------------------|-------------------|
| | NCr\$ | NCr\$ |
| ATIVIDADES ESTATÍSTICAS E ADMINISTRATIVAS . | | 37.446.172 |
| Coleta de dados estatísticos | 25 009 645 | |
| Planejamento e processamento de levantamentos estatísticos | 2.714 543 | |
| Análise e divulgação | 1.817.574 | |
| Administração geral | 7 796 410 | |
| Educação | 108 000 | |
| | <hr/> | |
| INVESTIMENTOS | | 1 076.937 |
| Estudos e projetos | 50 000 | |
| Início de obras | 150 000 | |
| Prosseguimento e conclusão de obras | 40 000 | |
| Equipamentos diversos | 571 500 | |
| Material permanente | 265 437 | |
| | <hr/> | |
| TOTAL | | <u>38 523 109</u> |

ANEXO III — Quadro 5
Orçamento para o exercício de 1968
 INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA
 Natureza das Despesas

| | Elementos de Despesa | | Categoria Econômica |
|---------------------------------------------|----------------------------|------------|------------------------|
| | NCr\$ | NCr\$ | NCr\$ |
| DESPEAS CORRENTES | | | 37 446 172 |
| DESPEAS DE CUSTEIO | | 33 024 045 | |
| Pessoal Civil | | 26.129 524 | |
| Vencimentos e Vantagens Fixas | 23 931 951 | | |
| Despesas Variáveis com Pessoal | 2 197 573 | | |
| | <hr/> | | |
| Material de Consumo | | 1 678 515 | |
| Serviços de Terceiros | | 3 224 275 | |
| Encargos Diversos | | 1.991.731 | |
| | | <hr/> | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | 4 422.127 | |
| Inativos | 1 134 797 | | |
| Salário-Família | 2 268 330 | | |
| Contribuições de Previdência | 200 000 | | |
| Diversas Transferências Correntes | 819 000 | | |
| | <hr/> | | |
| DESPEAS DE CAPITAL | | | 1 076 937 |
| INVESTIMENTOS | | 1 076.937 | |
| Obras Públicas | 160 500 | | |
| Equipamentos e Instalações | 651 000 | | |
| Material Permanente | 265 437 | | |
| | <hr/> | | |
| TOTAL | | | <u>38 523 109</u> |

ANEXO IV — Quadro 1

Orçamento para o exercício de 1968

IBE — SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

Demonstração da Receita Orçamentária

| | NCr\$ | NCr\$ | NC1\$ |
|-------------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA . | | | 6 331 918 |
| RECEITAS CORRENTES | | 5 987.949 | |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | | 100 | |
| Outras Receitas Patrimoniais: | | | |
| Receitas de Serviços de Apuração .. | 100 000 | | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES . . . | | 5 887 949 | |
| Contribuições da União | 5.887 949 | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | | 343.969 | |
| Transferências de Capital: | | | |
| Auxílio da União | 343 969 | | |

ANEXO IV — Quadro 2

Orçamento para o exercício de 1968

IBE — SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

Demonstração da despesa por unidades orçamentárias e programas

| UNIDADES | PROGRAMA DE TRABALHO | | | | | | TOTAL GERAL |
|--------------------------------------|-------------------------------------|------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------|-----------|---------------------------------------------------------|-------------|
| | Atividades | | | | | Projeto | |
| | Apuração dos resultados Censitários | Preparo dos resultados Censitários | Divulgação dos resultados Censitários | Direção e coordenação do SNR | TOTAL | Planejamento e trabalhos preparatórios do Censo de 1970 | |
| Divisão de Levantamentos Censitários | — | 889 488 | 700 000 | — | 1 589 488 | 1 361 050 | 2 950 538 |
| Divisão de Processamento de Dados | 2 892 969 | — | — | — | 2 892 969 | — | 2 892 969 |
| Divisão de Administração | — | — | — | 488 411 | 488 411 | — | 488 411 |
| TOTAL | 2 892 969 | 889 488 | 700 000 | 488 411 | 4 970 868 | 1 361 050 | 6 331 918 |

ANEXO IV — Quadro 3

Orçamento para o exercício de 1968

IBE — SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

Demonstração da despesa por unidades orçamentárias e categorias econômicas

| UNIDADES | DESPESAS CORRENTES | | | | | | TOTAL |
|--------------------------------------|--------------------|-----------------|-----------|--------------------------|-----------------------|---------|-----------|
| | Custeio | | | Transferências Correntes | | | |
| | Pessoal | Outros Custeios | TOTAL | Pessoal | Outras Transferências | TOTAL | |
| Divisão de Levantamentos Censitários | 952 288 | 1 783 250 | 2 735 538 | 12 000 | 148 000 | 160 000 | 2 895 538 |
| Divisão de Processamento de Dados | 813 000 | 1 615 000 | 2 428 000 | 7 000 | 150 000 | 157 000 | 2 585 000 |
| Divisão de Administração | 347 000 | 76 411 | 423 411 | 2 000 | 82 000 | 84 000 | 507 411 |
| TOTAL | 2 112 288 | 3 474 661 | 5 586 949 | 21 000 | 380 000 | 401 000 | 5 987 949 |

ANEXO IV — Quadro 3

Orçamento para o exercício de 1968

IBE — SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

Demonstração da despesa por unidades orçamentárias e categorias econômicas

| UNIDADES | DESPESAS DE CAPITAL | | | | TOTAL GERAL |
|-------------------------------------------|---------------------|--------------------------|-----------------------------------|----------------|------------------|
| | Investi- mentos | Inversões Financeiras | Transfe- rências de Capital | TOTAL | |
| Divisão de Levantamentos Censi- tários | 35 000 | — | — | 35 000 | 2 930 538 |
| Divisão de Processamento de Dados | 307 969 | — | — | 307 969 | 2 892 969 |
| Divisão de Administração | 1 000 | — | — | 1 000 | 508 411 |
| TOTAL | 343 969 | — | — | 343 969 | 6 331 918 |

ANEXO IV — Quadro 4

Orçamento para o exercício de 1968

IBE — SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

Programa de Trabalho

| ESPECIFICAÇÃO | Projeto ou Atividade | TOTAL |
|-----------------------------------------------------------------|----------------------------|------------------|
| ATIVIDADES | NCr\$ | NCr\$ |
| Apuração dos Resultados Censitários | 2 892 969 | |
| Preparo dos Resultados Censitários | 889 488 | |
| Divulgação dos Resultados Censitários | 700.000 | |
| Direção e Coordenação do Serviço Nacional de Re- censeamento | 488.411 | 4 970 868 |
| PROJETOS | | |
| Planejamento e Trabalhos Preparatórios para o Censo de 1970 | | 1 361.050 |
| TOTAL | | 6 331.918 |

ANEXO IV — Quadro 5

Orçamento para o exercício de 1968

IBE — SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

Natureza das Despesas

| | Elementos de Despesa | | | Categoria Econômica |
|-----------------------------------|----------------------------|-----------|-----------|------------------------|
| | NCr\$ | NCr\$ | NCr\$ | NCr\$ |
| DESPESAS CORRENTES | | | | 5 987 949 |
| DESPESAS DE CUSTEIO | | | 5 586 949 | |
| Pessoal Civil | | 2 112 288 | | |
| Vencimentos e Vantagens Fixas | 1 963 288 | | | |
| Despesas Variáveis com Pessoal | 149.000 | | | |
| Material de Consumo | | 884 411 | | |
| Serviços de Terceiros | | 2 536 250 | | |
| Encargos Diversos | | 54 000 | | |

| | NCr\$ | NCr\$ | NCr\$ |
|-------------------------------------|---------|---------|------------------|
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | 401.000 | |
| Pensionistas | 1 000 | | |
| Salário-Família | 20 000 | | |
| Contribuições de Previdência Social | 380.000 | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | 343 969 |
| INVESTIMENTOS | | 343 969 | |
| Equipamentos e Instalações | 321 969 | | |
| Material Permanente | 22 000 | | |
| TOTAL | | | <u>6 331 918</u> |

ANEXO V — Quadro 1

Orçamento para o exercício de 1968

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

Demonstração da Receita Orçamentária

| | | |
|-----------------------------------------------------|------------|------------|
| TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | | 11.154 230 |
| RECEITAS CORRENTES | 10 484 230 | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 9 884 230 | 9 884 230 |
| Contribuições da União | 9 884 230 | |
| RECEITAS DIVERSAS | 600 000 | 600 000 |
| Outras Receitas Diversas: | | |
| Arrecadação por vendas de obras impressas | 600.000 | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 670 000 | 670 000 |
| Transferências de Capital: | | |
| Auxílio da União | 670 000 | |

ANEXO V — Quadro 2

Orçamento para o exercício de 1968

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

Demonstração da despesa por unidades orçamentárias e programas

| UNIDADES | PROGRAMA DE TRABALHO | | | | | | | | | |
|----------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------------|---------------------------|---|---|---|-------------------------------------------------|---------------------|-------------|------------|
| | Atividades técnicas | | | | | | Divulgação e Aperfeiçoamento do Pessoal Técnico | Administração Geral | TOTAL GERAL | |
| | Levantamentos Cartográficos | Levantamentos Geodésicos e Topográficos | Levantamentos Geográficos | — | — | — | | | | TOTAL |
| Divisão de Administração | — | — | — | — | — | — | — | 2 774 427 | 2 774 427 | |
| Divisão Cultural | — | — | — | — | — | — | 1 830 428 | — | 1 830 428 | |
| Divisão de Cartografia | 2 149 330 | — | — | — | — | — | 2 149 330 | — | 2 149 330 | |
| Divisão de Geografia | — | — | 1 673 799 | — | — | — | 1 673 799 | — | 1 673 799 | |
| Divisão de Geodésia e Topografia | — | 2 726 246 | — | — | — | — | 2 726 246 | — | 2 726 246 | |
| TOTAL | 2 149 330 | 2 726 246 | 1 673 799 | — | — | — | 6 549 375 | 1 830 428 | 2 774 427 | 11 154 230 |

ANEXO V — Quadro 3

Orçamento para o exercício de 1968

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

Demonstração da despesa por unidades orçamentárias e categorias econômicas

| UNIDADES | DESPESAS CORRENTES | | | | | | TOTAL |
|---------------------------------------|--------------------|------------------|------------------|--------------------------|-----------------------|----------------|-------------------|
| | Custeio | | | Transferências correntes | | | |
| | Pessoal | Outros Custeios | TOTAL | Pessoal | Outras Transferências | TOTAL | |
| Administração | 1 620 118 | 523 789 | 2 143 907 | 459 000 | 126 500 | 585 500 | 2 729 407 |
| Trabalhos de Divulgação | 584 827 | 1 200 601 | 1 785 428 | — | — | — | 1 785 428 |
| Atividades Geodésicas e Cartográficas | 3 008 764 | 1 049 914 | 4 058 678 | — | — | — | 4 058 678 |
| Atividades Geográficas | 959 589 | 487 755 | 1 447 344 | — | — | — | 1 447 344 |
| TOTAL | 6 173 298 | 3 262 059 | 9 435 357 | 459 000 | 126 500 | 585 500 | 10 020 857 |

| UNIDADES | DESPESAS DE CAPITAL | | | | |
|---------------------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------------|------------------|-------------------|
| | Investimentos | Inversões Financeiras | Transferências de Capital | TOTAL | TOTAL GERAL |
| Administração | 45 020 | — | — | 45 020 | 2 774 427 |
| Trabalhos de Divulgação | 45 000 | — | — | 45 000 | 1 830 428 |
| Atividades Geodésicas e Cartográficas | 816 898 | — | — | 816 898 | 4 875 576 |
| Atividades Geográficas | 226 455 | — | — | 226 455 | 1 673 799 |
| TOTAL | 1 133 373 | — | — | 1 133 373 | 11 154 230 |

ANEXO V — Quadro 4

Orçamento para o exercício de 1968

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

Programa de Trabalho

| ESPECIFICAÇÃO | Projeto ou Atividade | TOTAL | |
|---------------------------------------|----------------------|-----------|-------------------|
| | | NCr\$ | NCr\$ |
| ATIVIDADES | | | 10 020 857 |
| Administração | | 2 729 407 | |
| Trabalhos de Divulgação | | 1 785 428 | |
| Atividades Geodésicas e Cartográficas | | 4 058 678 | |
| Atividades Geográficas | | 1 447 344 | |
| INVESTIMENTOS | | | 1 133 373 |
| Estudos e Projetos | | 5 000 | |
| Início de Obras | | 120 000 | |
| Prosseguimento e Conclusão de Obras | | 300 000 | |
| Equipamentos e Instalações | | 460 768 | |
| Material Permanente | | 247 605 | |
| TOTAL | | | 11 154 230 |

ANEXO V — Quadro 5

Orçamento para o exercício de 1968

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

Natureza das Despesas

| | Elementos de Despesa | | Categoria Econômica |
|--------------------------------------|----------------------------|-----------|------------------------|
| | NCr\$ | NCr\$ | NCr\$ |
| DESPEAS CORRENTES | | | 10 020 857 |
| DESPEAS DE CUSTEIO | | 9 435 357 | |
| Pessoal Civil | | 6 173 298 | |
| Vencimentos e Vantagens Fixas | 5 454 648 | | |
| Despesas Variáveis com Pessoal | 718 650 | | |
| Material de Consumo | | 573 534 | |
| Serviços de Terceiros | | 2 276 225 | |
| Encargos Diversos | | 412 300 | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | 585 500 | |
| Inativos | 185 000 | | |
| Salário-Família | 267 000 | | |
| Contribuições de Previdência Social | 50 000 | | |
| Diversas Transferências Correntes | 83 500 | | |
| DESPEAS DE CAPITAL | | | 1 133.373 |
| INVESTIMENTOS | | 1 133 373 | |
| Obras Públicas | 425 000 | | |
| Equipamentos e Instalações | 460 768 | | |
| Material Permanente | 247.605 | | |
| TOTAL | | | <u>11 154 230</u> |

ANEXO VI — Quadro 1

Orçamento para o exercício de 1968

ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS

Demonstração da Receita Orçamentária

| | NCr\$ | NCr\$ | NCr\$ |
|--------------------------------------|---------|---------|----------------|
| TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | | | <u>634.172</u> |
| RECEITAS CORRENTES | | 362 172 | |
| Transferências Correntes | | | |
| Contribuições da União | 362 172 | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | | 272 000 | |
| Transferências de Capital: | | | |
| Auxílio da União | 242.000 | | |
| Outras Receitas de Capital | 30 000 | | |

ANEXO VI — Quadro 2
Orçamento para o exercício de 1968
ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS
 Demonstração da despesa por unidades orçamentárias e programas

| UNIDADES | PROGRAMA DE TRABALHO | | | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------------|---|---|---|---|---|-------|----------|-----------------------------|----------------|
| | Atividades técnicas | | | | | | | Educação | Adminis- tração Geral | TOTAL GERAL |
| | — | — | — | — | — | — | TOTAL | | | |
| Ensino Superior e Médio | — | — | — | — | — | — | — | 229 356 | 132 816 | 362 172 |
| Construção da sede da Escola | — | — | — | — | — | — | — | 242 000 | — | 242 000 |
| Equipamentos e Instalações | — | — | — | — | — | — | — | 17 500 | — | 17 500 |
| Material Permanente | — | — | — | — | — | — | — | 12 500 | — | 12 500 |
| TOTAL | — | — | — | — | — | — | — | 501 356 | 132 816 | 634 172 |

ANEXO VI — Quadro 3
Orçamento para o exercício de 1968
ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS
 Demonstração da despesa por unidades orçamentárias e categorias econômicas

| UNIDADES | DESPESAS CORRENTES | | | | | | | TOTAL |
|---------------|--------------------|--------------------|---------|--------------------------|-------------------------------|--------|---------|-------|
| | Custeio | | | Transferências correntes | | | | |
| | Pessoal | Outros Custeios | TOTAL | Pessoal | Outras Transfe- rências | TOTAL | | |
| Administração | 68 300 | 63 816 | 132 116 | — | 700 | 700 | 132 816 | |
| Educação | 200 120 | 12 800 | 212 920 | 11 636 | 4 800 | 16 436 | 229 356 | |
| TOTAL | 268 420 | 76 616 | 345 036 | 11 636 | 5 500 | 17 136 | 362 172 | |

| UNIDADES | DESPESAS DE CAPITAL | | | | | TOTAL GERAL |
|---------------|---------------------|--------------------------|-----------------------------------|---------|---------|----------------|
| | Investi- mentos | Inversões Financeiras | Transfe- rências de Capital | TOTAL | | |
| Administração | — | — | — | — | 132 816 | |
| Educação | 272 000 | — | — | 272 000 | 501 356 | |
| TOTAL | 272 000 | — | — | 272 000 | 634 172 | |

ANEXO VI — Quadro 4
Orçamento para o exercício de 1968
ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS
 Programa de Trabalho

| ESPECIFICAÇÃO | Projeto ou Atividade | TOTAL |
|----------------------------------------------------------------|----------------------------|---------|
| | NCr\$ | NCr\$ |
| EDUCAÇÃO | | 362 172 |
| Formação de técnicos de níveis superior e médio em estatística | 362 172 | |

| | NCr\$ | NCr\$ |
|---------------------------------------------------------------------------|---------|----------------|
| INVESTIMENTOS | | 272 000 |
| # Construção do edifício-sede da Escola Nacional de Ciências Estatísticas | 242 000 | |
| Equipamentos e instalações | 17.500 | |
| Material Permanente | 12 500 | |
| TOTAL | | <u>634 172</u> |

ANEXO VI — Quadro 5

Orçamento para o exercício de 1968

ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS

Natureza das Despesas

| | Elementos de Despesa | | | Categoria Econômica |
|-------------------------------|----------------------|---------|---------|---------------------|
| | NCr\$ | NCr\$ | NCr\$ | NCr\$ |
| DESPESAS CORRENTES | | | | 362 172 |
| DESPESAS DE CUSTEIO | | | 345 036 | |
| Pessoal | | 268 420 | | |
| Vencimentos e vantagens fixas | 258 630 | | | |
| Despesas variáveis | 9.790 | | | |
| Material de Consumo | | 25.616 | | |
| Serviços de Terceiros | | 46 000 | | |
| Encargos Diversos | | 5 000 | | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | | 17 136 | |
| Inativos | | 11 636 | | |
| Salário-Família | | 5 500 | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | 272 000 |
| INVESTIMENTOS | | | 272 000 | |
| Obras Públicas | | 242 000 | | |
| Equipamentos e Instalações | | 17 500 | | |
| Material Permanente | | 12 500 | | |
| TOTAL | | | | <u>634 172</u> |

RESOLUÇÃO COD-11, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1967

Abre Crédito Especial de NCr\$ 243 957,79, no Serviço Nacional de Recenseamento do IBE, para atender às despesas com o pagamento do 13º salário — Lei 4 090/62

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO IBGE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 16, alínea b, do Estatuto,

considerando a necessidade de atender às despesas no montante de NCr\$ 243 957,79 (duzentos e quarenta e três mil e novecentos e cinquenta e sete cruzeiros novos e setenta e nove centavos), com o pagamento do 13º salário aos empregados do SNR, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, em face do Parecer nº 586-H, de 25-10-67, do Senhor Consultor-Geral da República;

considerando que as referidas despesas, relacionadas aos exercícios de

1965, 1966 e 1967, não foram previstas nos respectivos orçamentos e por isso somente poderão correr à conta de Crédito Especial;

considerando a existência de disponibilidade na conta "Responsabilidades por Encargos Realizáveis ou a Liquidar", como informado no Processo SNR-5 910/67,

RESOLVE:

Artigo único — Fica aberto, no Serviço Nacional de Recenseamento do Instituto Brasileiro de Estatística, mediante destaque dos recursos existentes na conta "Responsabilidades dos Encargos Realizáveis ou a Liquidar", o Crédito Especial de NCr\$ 243 957,79 (duzentos e quarenta e três mil e novecentos e cinquenta e sete cruzeiros novos e setenta e nove centavos) destinado a atender às despesas com o pagamento, aos empregados do Serviço Nacional de Recenseamento, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, do 13º salário, instituído pela Lei nº 4 090/62 e referente aos exercícios de 1965, 1966 e 1967, como consta do Processo SNR-5 910/67

1 RECEITA

| | |
|--------------------------------------|-----------|
| 1 1 — Receitas das Oficinas Gráficas | 5 320 000 |
| 1 2 — Receitas Patrimoniais | 30 000 |
| 1 3 — Receitas Diversas | 113 015 |
| | <hr/> |
| | 5 463 015 |

Art 3.º — A despesa será realizada segundo a discriminação constante do

RESOLUÇÃO COD-12, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1967

Estima a Receita e fixa a Despesa do Serviço Gráfico da Fundação IBGE para o exercício de 1968

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO IBGE, no uso das atribuições que lhe confere o art 16, alínea a, do Estatuto,

RESOLVE:

Art. 1.º — O Orçamento do Serviço Gráfico da Fundação IBGE para o exercício financeiro de 1968, discriminado pelos anexos integrantes desta Resolução e elaborado em observância ao disposto no artigo 46 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 61 126, de 2 de agosto de 1967, estima a Receita em NCr\$ 5 463 015 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e três mil e quinze cruzeiros novos) e fixa a Despesa em igual importância

Art 2.º — A Receita será realizada com os recursos provenientes da exploração industrial das oficinas gráficas e outras receitas especificadas no Anexo I, segundo o seguinte desdobramento:

2 DESPESA

| | |
|------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 2 1 — Despesas das Oficinas Gráficas | 3 164 094 |
| 2 2 — Despesas de Administração | 502 175 |
| 2 3 — Despesas de Assistência Social | 181 947 |
| 2 4 — Despesas Gerais | 121 117 |
| 2 5 — Provisão para atender a aumento de custo | 678 000 |
| 2 6 — Fundo de Amortização e Investimentos, ex-vi Resolução JEC/866/65 | 546 301 |
| 2 7 — Despesas de Capital | 269 381 |
| | <hr/> |
| | 5 463 015 |

Art 4.º — Na conformidade do artigo 48 do Estatuto da Fundação, e até 31 de outubro de 1968, poderão ser submetidas ao Conselho Diretor, se necessário, alterações orçamentárias.

Art. 5.º — A aplicação dos recursos discriminados no Anexo II far-se-á na

Anexo II, consoante a seguinte distribuição:

conformidade das tabelas explicativas aprovadas pelo Conselho Diretor

Art 6.º — Esta Resolução entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1968, nos termos do art. 44 do Estatuto.

ANEXO I

SERVIÇO GRÁFICO

Orçamento para o exercício de 1968

Receita Orçamentária

| RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS | | NCr\$ | NCr\$ | NCr\$ |
|------------------------|----------------------------------------------|--------|-----------|-----------|
| 1. | RECEITA | | | |
| 1 1 | RECEITAS DAS OFICINAS GRÁFICAS | | | |
| 1 1 1 | Obras do Instituto Brasileiro de Estatística | | 600 000 | |
| 1 1 2 | Obras do Instituto Brasileiro de Geografia | | 1 200 000 | |
| 1 1 3 | Obras do Serviço Nacional de Recenseamento | | 900 000 | |
| 1 1.4 | Obras de outras entidades públicas | | 2 300 000 | |
| 1.1 5 | Obras de empresas particulares | | 320 000 | 5 320 000 |
| 1.2 | RECEITAS PATRIMONIAIS | | | |
| 1 2 1 | Aluguéis do Conjunto Residencial | | | 30 000 |
| 1 3 | RECEITAS DIVERSAS | | | |
| 1 3.1 | Receitas de Expedição | | 20 000 | |
| 1 3 2 | Receitas de aparas e papéis usados | | 21 000 | |
| 1 3.3 | Receitas Eventuais | | | |
| 1.3 3 1 | Restaurante | 61 558 | | |
| 1 3 3 2 | Descontos e Bonificações | | 15 | |
| 1 3 3 3 | Outras receitas eventuais | 10 442 | 72 015 | 113.015 |
| | | | | 5 463.015 |

ANEXO II

SERVIÇO GRÁFICO

Orçamento para o exercício de 1968

Despesa Orçada

| RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS | | | | |
|------------------------|---------------------------------------|--|-----------|-----------|
| 2 | DESPESA | | | |
| 2 1 | DESPESAS DAS OFICINAS GRÁFICAS | | | |
| 2 1 1 | Pessoal | | 1 239 359 | |
| 2 1.2 | Material de Consumo | | 1 533 800 | |
| 2 1 3 | Serviços de Terceiros | | 76 415 | |
| 2 1 5 | Transferências Correntes | | 314.520 | 3 164 094 |
| 2 2 | DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO | | | |
| 2.2.1 | Pessoal | | 359 347 | |
| 2 2.2 | Material de Consumo | | 24.000 | |
| 2 2 3 | Serviços de Terceiros | | 31 378 | |
| 2 2 4 | Encargos Diversos | | 7 500 | |
| 2 2 5 | Transferências Correntes | | 79 950 | 502 175 |
| 2 3 | DESPESAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | |
| 2 3 1 | Pessoal | | 104 195 | |
| 2 3 2 | Material de Consumo | | 46 000 | |
| 2 3 3 | Serviços de Terceiros | | 1 059 | |
| 2 3 4 | Encargos Diversos | | 4 700 | |
| 2 3 5 | Transferências Correntes | | 25 993 | 181 947 |
| 2.4 | DESPESAS GERAIS | | | |
| 2 4 1 | Pessoal | | 74 649 | |
| 2 4 3 | Serviços de Terceiros | | 27 731 | |
| 2 4 5 | Transferências Correntes | | 18 737 | 121 117 |

| | NCr\$ | NCr\$ |
|---------------------------------------------------------------------|---------|-----------|
| 2 5 PROVISÃO PARA ATENDER A AUMENTO DE CUSTO | | 678 000 |
| 2 6 FUNDO DE AMORTIZAÇÃO E INVESTIMENTOS EX-VI RESOLUÇÃO JEC-866/65 | | 546 301 |
| 2 7 DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 2 7.1 Investimentos . . . | 200 000 | |
| 2 7.2 Equipamento e Instalações | 45 000 | |
| 2 7.3 Material Permanente | 24 381 | 269 381 |
| | | 5 463 015 |

RESOLUÇÃO COD-13, DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1967

Dispõe sobre a constituição da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico-Cartográficas (CONPLANGE) do Instituto Brasileiro de Geografia

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO IBGE, no uso das atribuições que lhe conferem as alíneas b e o do artigo 36, do Estatuto, e

considerando a necessidade de organizar, no Instituto Brasileiro de Geografia, a Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico-Cartográficas (CONPLANGE) prevista no artigo 35 do Estatuto;

considerando que, na composição da CONPLANGE, cabe ao Conselho Diretor designar a representação dos órgãos de mais alta hierarquia do IBG, bem como fixar o número de representantes de órgãos especializados em Geografia e Cartografia, na esfera pública ou privada, nacional ou regional, e designar a metade desses representantes,

RESOLVE:

Art. 1º — Os órgãos de mais alta hierarquia do Instituto Brasileiro de Geografia (IBG), cuja representação na CONPLANGE cabe ao Conselho Diretor indicar, são os constantes do artigo 3º, alínea b, desta Resolução

Art. 2º — É fixado em seis o número de representantes, na CONPLANGE, das entidades especializadas em Geografia e Cartografia, na esfera pública ou privada, nacional ou regional, durante o triênio cujo início será contado a partir desta data.

Parágrafo único — A metade dos representantes de que trata este artigo, em número de três, cuja designação é da competência do Conselho Diretor, será constituída como indicado no artigo 3º, alínea g, desta Resolução.

Art. 3º — A Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico-Cartográficas (CONPLANGE) fica assim constituída:

- a) Diretor-Superintendente do IBG, que coordenará os traba-

lhos da Comissão (Estatuto, art 36, alínea a);

- b) Titulares dos seguintes órgãos de maior hierarquia do IBG (Estatuto, art 36, alínea b):
Divisão de Cartografia, Divisão Cultural, Divisão de Geodésia e Topografia, e Divisão de Geografia;
- c) Representantes do Instituto Brasileiro de Estatística (IBE) e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) designados pelos Diretores-Superintendentes respectivos (Estatuto, art 36, alínea c),
- d) Diretor-Geral de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, ou seu representante (Estatuto, art 36, alínea d),
- e) Diretor do Serviço Geográfico do Exército, ou seu representante (Estatuto, artigo 36, alínea e),
- f) Subdiretor de Normas e Procedimento do Ministério da Aeronáutica, ou seu representante (Estatuto, art 36, alínea f);
- g) Representantes da Associação dos Geógrafos Brasileiros; do Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo; e da Divisão de Fronteiras, do Ministério das Relações Exteriores

Art. 4º — Esta Resolução entra em vigor a partir desta data

RESOLUÇÃO COD-14, DE 15 DE
DEZEMBRO DE 1967

Aprova a Tabela Explicativa do Orçamento da Despesa da Administração Central da Fundação, para o exercício financeiro de 1968

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO IBGE, no uso das atribuições que lhe confere o art 16, alínea a, do Estatuto, e com fundamento no art. 4º da Resolução COD/10/67, de 29-11-67,

RESOLVE.

Artigo único — A aplicação dos recursos previstos no Orçamento da Despesa da Administração Central,

para o exercício financeiro de 1968, será feita de acordo com a discriminação constante da Tabela Explicativa anexa

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1968

Administração Central

Tabela explicativa da Despesa

(continua)

| CATEGORIA ECONÔMICA — ELEMENTO — SUBELEMENTO | DOTAÇÃO (Ncr\$) |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| 3 0 0 0 — DESPESAS CORRENTES | |
| 3 1 0 0 — DESPESAS DE CUSTEIO | |
| 3 1 1 0 — PESSOAL | |
| 3 1 1 1 01 00 — VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS | |
| b) PESSOAL DOS QUADROS DA FUNDAÇÃO | |
| 13 — Salários | 81 000 |
| 15 — Gratificação por encargos de Chefia e Assessoramento | 76 800 |
| 18 — Gratificação por tempo de serviço | 18 000 |
| 19 — Gratificação pelo exercício em regime de dedicação exclusiva | 24 000 |
| SOMA | 202 800 |
| 3 1 1 1 02 00 — DESPESAS VARIÁVEIS COM PESSOAL | |
| 3 1 1 1 02 01 — Ajuda de custo | 3 000 |
| 02 — Diárias | 15 000 |
| 03 — Substituições | 1 600 |
| 04 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário | 4 800 |
| 05 — Gratificação pelo exercício em gabinete | 77 261 |
| 3 1 1 1 02 13 — Diversos: | |
| 01 — Gratificação pela execução de trabalho técnico ou científico | 20 000 |
| SOMA | 121 661 |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 1 0 | 324 461 |
| 3 1 2 0 — MATERIAL DE CONSUMO | |
| 3 1 2 02 00 — Impressos, artigos de expediente, desenho, cartografia, geodésia, topografia e ensino | 20 000 |
| 3 1 2 03 00 — Artigos de higiene, conservação, acondicionamento e embalagem | 3 600 |
| 3 1 2 04 00 — Combustíveis e lubrificantes | 10 000 |
| 3 1 2 05 00 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas, de aparelhos, de instrumentos e de móveis | 21 000 |
| 3 1 2 10 00 — Matérias-primas e produtos manufaturados ou semi-manufaturados destinados à transformação; material para conservação de bens imóveis | 6 000 |
| 3 1 2 11 00 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; vidraria, artigos cirúrgicos e outros de laboratório, enfermaria, gabinetes técnicos e científicos | 16 000 |
| 3 1 2 13 00 — Vestuários, uniformes, artigos para esportes, jogos e divertimentos infantis, seus equipamentos e respectivos acessórios; calçados, roupa de cama e mesa, copas, cozinha e banho | 9 000 |
| 3 1 2 14 00 — Material para fotografia, filmagem, radiografia, gravação, radiofonia e telecomunicações | 800 |
| 3 1 2 15 00 — Lâmpadas incandescentes e fluorescentes; acessórios para instalações elétricas | 600 |
| 3 1 2 17 00 — Outros materiais de consumo: | |
| 04 — Diversos | 124 |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 2 0 | 87 124 |
| 3 1 3 0 — SERVIÇOS DE TERCEIROS | |
| 3 1 3 02 00 — Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens; pedágios | 18 000 |
| 3 1 3 03 00 — Assinaturas e aquisição de jornais, revistas e recortes de publicações | 3 600 |
| 3 1 3 04 00 — Iluminação, força motriz e gás | 1 200 |
| 3 1 3 05 00 — Serviços de asseio e higiene; taxas de água, esgoto, lixo e outras correlatas | 1 500 |
| 3 1 3 06 00 — Reparos, adaptações e conservação de bens móveis e imóveis | 15 200 |
| 3 1 3 07 00 — Serviços de divulgação, de impressão e de encadernação | 520 |
| 3 1 3 08 00 — Serviços médicos, hospitalares, funerários e judiciários | 16 800 |
| 3 1 3 09 00 — Serviços de comunicação em geral | 680 |
| 3 1 3 11 00 — Seguros em geral | 1 000 |
| 3 1 3 16 00 — Outros serviços de terceiros: | |
| 1 — Serviços de seleção e aperfeiçoamento de pessoal | 12 000 |
| 2 — Serviços bancários | 500 |
| 4 — Publicação de editais e avisos | 1 300 |
| 7 — Serviços e tarefas de caráter temporário, esporádicos e de urgência | 24 500 |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 3 0 | 96 800 |

| CATEGORIA ECONÔMICA — ELEMENTO — SUBELEMENTO | DOTAÇÃO (Ncr\$) | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|---------|
| 3 1 4 0 — ENCARGOS DIVERSOS | | |
| 3 1 4 01 00 — Despesas mídas de pronto pagamento | 1 101 | |
| 3 1 4 04 00 — Festividades, recepções, hospedagens e homenagens | 17 500 | |
| 3 1 4 08 00 — Exposições, congressos e conferências | 50 000 | |
| 3 1 4 10 00 — Assistência social | 22 000 | |
| 3 1 4 13 00 — Outros encargos | | |
| 04 — Quotas de presença em reuniões de colegiados | 23 688 | |
| 06 — Diversos | 15 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 4 0 | | 129 289 |
| SOMA DA CATEGORIA 3 1 0 0 | | 637 674 |
| 4 0 0 0 — DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4 1 0 0 — INVESTIMENTOS | | |
| 4 1 3 0 — EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES | | |
| 4 1 3 1 — Máquinas, motores e aparelhos | 6 000 | |
| 4 1 3 7 — Diversos equipamentos e instalações | 600 | |
| SOMA DO ELEMENTO 4 1 3 0 | | 6 600 |
| 4 1 4 0 — MATERIAL PERMANENTE | | |
| 4 1 4 02 00 — Material bibliográfico, discotecas e filmotecas; objetos históricos, obras de arte e peças para museus | 400 | |
| 4 1 4 03 00 — Ferramentas e utensílios de oficinas | 500 | |
| 4 1 4 04 00 — Material artístico e instrumentos de música; insígnias, flâmulas e bandeiras; artigos para esportes e para jogos e divertimentos infantis | 500 | |
| 4 1 4 05 00 — Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria | 200 | |
| 4 1 4 08 00 — Mobiliário em geral | 6 000 | |
| 4 1 4 11 00 — Outros materiais de uso duradouro | 1 100 | |
| SOMA DO ELEMENTO 4 1 4 0 | | 8 700 |
| SOMA DA CATEGORIA 4 0 0 0 | | 15 300 |
| RESUMO | | |
| 3 0 0 0 — DESPESAS CORRENTES | | 637 674 |
| 3 1 0 0 — DESPESAS DE CUSTEIO | 637 674 | |
| 3 2 0 0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | 15 300 |
| 4 0 0 0 — DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4 1 0 0 — INVESTIMENTOS | 15 300 | |
| TOTAL GERAL | | 652 974 |

RESOLUÇÃO COD — 15, DE 15 DE
DEZEMBRO DE 1967

Aprova a Tabela Explicativa do Orçamento da Despesa do IBE, para o exercício financeiro de 1968

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO IBGE, no uso das atribuições que lhe confere o art 16, alínea a, do Estatuto, e com fundamento no art. 4º da Resolução COD-10, de 29-11-67,

RESOLVE

Art 1º — A aplicação dos recursos previstos no Orçamento da Despesa do Instituto Brasileiro de Estatística, para o exercício financeiro de 1968, será feita de acordo com a discriminação constante da Tabela Explicativa anexa.

Parágrafo único — A tabela explicativa do orçamento da despesa do Serviço Nacional de Recenseamento será objeto de Resolução especial.

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1968

Instituto Brasileiro de Estatística

Tabela Explicativa da Despesa

(continua)

| CATEGORIA ECONÔMICA — ELEMENTO — SUBELEMENTO | DOTAÇÃO (Ncr\$) | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------|
| 3 0 0 0 — DESPESAS CORRENTES | | |
| 3 1 0 0 — DESPESAS DE CUSTEIO | | |
| 3 1 1 0 — PESSOAL | | |
| 3 1 1 1 01 00 — VENCIMENTO E VANTAGENS FIXAS | | |
| a) PESSOAL DOS QUADROS EM EXTINÇÃO | | |
| 3 1 1 1 01 01 — Vencimentos | 12 007 397 | |
| 04 — Auxílio para diferença de "Caixa" | 32 007 | |
| 05 — Gratificação de função | 1 823 234 | |
| 08 — Gratificação adicional por tempo de serviço (quinqüênios) | 1 636 267 | |
| 09 — Gratificação pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva | 5 752 212 | |
| 10 — Gratificação de raios X | 5 000 | |
| SOMA | | 21 256 117 |
| b) PESSOAL DOS QUADROS DA FUNDAÇÃO | | |
| 13 — Salários | 1 183 800 | |
| 15 — Gratificação por encargos de Chefia e Assessoramento | 455 808 | |
| 18 — Gratificação por tempo de serviço | 545 422 | |
| 19 — Gratificação pelo exercício em regime de dedicação exclusiva | 400 804 | |
| SOMA | | 2 675 834 |
| 3 1 1 1 02 00 — DESPESAS VARIÁVEIS COM PESSOAL | | |
| 3 1 1 1 02 01 — Ajuda de custo | 46 105 | |
| 02 — Diárias | 1 284 328 | |
| 03 — Substituições | 80 460 | |
| 04 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário | 696 680 | |
| 05 — Gratificação pelo exercício em gabinete | 20 000 | |
| 3 1 1 1 02 13 — Diversos: | | |
| 01 — Gratificação pela execução de trabalho técnico ou científico | 70 000 | |
| SOMA | | 2 197 573 |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 1 0 | | 26 129 524 |
| 3 1 2 0 — MATERIAL DE CONSUMO | | |
| 3 1 2 02 00 — Impressos, artigos de expediente, desenho, cartografia, geodésia, topografia e ensino | 463 860 | |
| 3 1 2 03 00 — Artigos de higiene, conservação, acondicionamento e embalagem | 145 734 | |
| 3 1 2 04 00 — Combustíveis e lubrificantes | 377 259 | |
| 3 1 2 05 00 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas, de aparelhos, de instrumentos e de móveis | 216 130 | |
| 3 1 2 10 00 — Matérias-primas e produtos manufaturados ou semi-manufaturados destinados à transformação, material para conservação de bens imóveis | 188 060 | |
| 3 1 2 11 00 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; vidraria, artigos cirúrgicos e outros de laboratório, enfermaria, gabinetes técnicos e científicos | 7 350 | |
| 3 1 2 13 00 — Vestuários, uniformes, artigos para esportes, jogos e divertimentos infantis, seus equipamentos e respectivos acessórios; calçados, roupa de cama, mesa, copa, cozinha e banho. | 81 460 | |
| 3 1 2 14 00 — Material para fotografia, filmagem, radiografia, gravação, radiofonia e telecomunicações | 31 080 | |
| 3 1 2 15 00 — Lâmpadas incandescentes e fluorescentes; acessórios para instalações elétricas | 52 240 | |
| 3 1 2 17 00 — Outros materiais de consumo: | | |
| 01 — Instrumentos de coleta e material de registro, controle e apuração estatística | 70 452 | |
| 04 — Diversos | 44 890 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 2 0 | | 1 678 515 |
| 3 1 3 0 — SERVIÇOS DE TERCEIROS | | |
| 3 1 3 01 00 — Acondicionamento e transporte de encomendas, cargas e animais | 122 499 | |
| 3 1 3 02 00 — Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens, pedágios | 336 171 | |
| 3 1 3 03 00 — Assinaturas e aquisição de jornais, revistas e recortes de publicações | 14 630 | |
| 3 1 3 04 00 — Iluminação, força motriz e gás | 70 675 | |
| 3 1 3 05 00 — Serviços de asseio e higiene; taxas de água, esgoto, lixo e outras correlatas | 116 890 | |
| 3 1 3 06 00 — Reparos, adaptações e conservação de bens móveis e imóveis: | | |
| 01 — Bens imóveis | 163 750 | |
| 03 — Outros bens móveis | 76 800 | |
| 3 1 3 07 00 — Serviços de divulgação, de impressão e de encadernação | 501 290 | |
| 3 1 3 08 00 — Serviços médicos, hospitalares, funerários e judiciários | 34 180 | |
| 3 1 3 09 00 — Serviços de comunicação em geral | 116 820 | |

| CATEGORIA ECONÔMICA — ELEMENTO — SUBELEMENTO | DOTAÇÃO (Ncr\$) | |
|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------|
| 3 1 3 10 00 — Locação de bens móveis e imóveis; tributos e despesas de condomínios: | | |
| 01 — Bens imóveis | 365 180 | |
| 02 — Equipamentos de apuração mecânica | 146 000 | |
| 03 — Outros bens móveis | 90 000 | |
| 3 1 3 11 00 — Seguros em geral | 25 000 | |
| 3 1 3 16 00 — Outros serviços de terceiros: | | |
| 02 — Serviços bancários | 40 400 | |
| 04 — Publicação de editais e avisos | 3 950 | |
| 07 — Estagiários da ENCE | 48 000 | |
| 09 — Serviços e tarefas de caráter temporário, esporádicos e de urgência | 951 980 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 3 0 | | 3 224 275 |
| 3 1 4 0 — ENCARGOS DIVERSOS | | |
| 3 1 4 01 00 — Despesas miúdas de pronto pagamento. | 55 300 | |
| 3 1 4 04 00 — Festividades, recepções, hospedagens e homenagens | 191 360 | |
| 3 1 4 08 00 — Exposições, congressos e conferências | 92 100 | |
| 3 1 4 10 00 — Assistência social | 354 700 | |
| 3 1 4 13 00 — Outros encargos: | | |
| 03 — Conferência Nacional de Estatística — Art. 31, Dec n° 61 126/67 | 40 000 | |
| 04 — Quota de presença em reuniões de colegiados | 18 000 | |
| 05 — Bolsas-de-estudo | 60 000 | |
| 06 — Diversos | 47 018 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 4 0 | | 858 478 |
| 3 1 7 0 — FUNDO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA | | 1 133 253 |
| SOMA DA CATEGORIA 3 1 0 0 | | 33 024 045 |
| 3 2 0 0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | |
| 3 2 1 0 — SUBVENÇÕES SOCIAIS | | |
| 3 2 1 5 — INSTITUIÇÕES PRIVADAS | | |
| 3 2 1 5 01 — Auxílio à Campanha Ibgreana c/Tuberculose | 20 000 | |
| 3 2 1 5 02 — Sociedade Brasileira de Estatística | 1 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 1 0 | | 21 000 |
| 3 2 3 0 — INATIVOS | | |
| 3 2 3 01 00 — PESSOAL CIVIL | | |
| 3 2 3 01 01 — Proventos | 768 715 | |
| 02 — Vantagens incorporadas | 156 410 | |
| 03 — Abono provisório e novas aposentadorias | 54 490 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 3 0 | | 979 615 |
| 3 2 4 0 — PENSIONISTAS | | |
| 3 2 4 01 00 — Pensões vitalícias | 17 182 | |
| 3 2 4 02 00 — Abono provisório e novas pensões | 11 180 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 4 0 | | 28 362 |
| 3 2 5 0 — SALÁRIO-FAMÍLIA | | |
| 3 2 5 01 00 — Pessoal civil | 2 069 670 | |
| 3 2 5 03 00 — Inativos civis | 111 680 | |
| 3 2 5 05 00 — Pensionistas | 86 980 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 5 0 | | 2 268 330 |
| 3 2 8 0 — CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL | | |
| 3 2 8 01 00 — Contribuições do empregador | 200 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 8 0 | | 200 000 |
| 3 2 9 0 — DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | |
| 3 2 9 1 — ENTIDADES INTERNACIONAIS | | |
| 3 2 9 1 01 — Instituto de Estatística Internacional (ISI) | 2 000 | |
| 3 2 9 1 02 — Instituto Interamericano de Estatística (IASI) | 1 000 | 3 000 |
| 3 2 9 2 — Entidades Federais: | | |
| 06 — Assistência a Órgãos Federais de Estatística | | 135 000 |
| 3 2 9 3 — Entidades Estaduais: | | |
| 02 — Assistência a Órgãos Regionais de Estatística | | 660 000 |

(conclusão)

| CATEGORIA ECONÔMICA — ELEMENTO — SUBELEMENTO | DOTAÇÃO (Ncr\$) | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------|
| 3 2 9 5 — Pessoas: | | |
| 1) Auxílio-doença | 22 800 | |
| 3) Indenizações trabalhistas (FGTS) | 80 000 | |
| 4) Auxílio-funeral | 24 020 | 126 820 |
| 3 2 9 6 — Diversos: | | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 0 0 | | 4 422 127 |
| SOMA DA CATEGORIA 3 0 0 0 | | 37 446 172 |
| 4 0 0 0 — DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4 1 0 0 — INVESTIMENTOS | | |
| 4 1 1 0 — OBRAS PÚBLICAS | • | |
| 4 1 1 1 — Estudos e projetos | 50 000 | |
| 4 1 1 2 — Início de obras | 90 000 | |
| 4 1 1 3 — Prosseguimento e conclusão de obras | 20 500 | |
| SOMA DO ELEMENTO 4 1 1 0 | | 160 500 |
| 4 1 3 0 — EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES | | |
| 4 1 3 1 — Máquinas, motores e aparelhos | 397 350 | |
| 4 1 3 4 — Automóveis, autocaminhões e outros veículos de tração mecânica | 207 200 | |
| 4 1 3 7 — Diversos equipamentos e instalações | 46 450 | |
| SOMA DO ELEMENTO 4 1 3 0 | | 651 000 |
| 4 1 4 0 — MATERIAL PERMANENTE | | |
| 4 1 4 02 00 — Material bibliográfico, discotecas e filmotecas; objetos históricos, obras de arte e peças para museus | 27 836 | |
| 4 1 4 03 00 — Ferramentas e utensílios de oficinas | 16 594 | |
| 4 1 4 04 00 — Material artístico e instrumentos de música; insígnias, flâmulas e bandeiras; artigos para esportes e para jogos e divertimentos infantis | 3 066 | |
| 4 1 4 05 00 — Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria | 12 932 | |
| 4 1 4 06 00 — Veículos de tração pessoal e animal | 3 965 | |
| 4 1 4 07 00 — Modelos e utensílios de escritório, biblioteca, ensino, laboratório e gabinete técnico ou científico | 27 338 | |
| 4 1 4 08 00 — Mobiliário em geral | 159 348 | |
| 4 1 4 11 00 — Outros materiais de uso duradouro | 14 358 | |
| SOMA DO ELEMENTO 4 1 4 0 | | 265 437 |
| SOMA DA CATEGORIA 4 0 0 0 | | 1 076 937 |
| RESUMO | | |
| 3 0 0 0 — DESPESAS CORRENTES | | 37 446 172 |
| 3 1 0 0 — DESPESAS DE CUSTEIO | 33 024 045 | |
| 3 2 0 0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 4 422 127 | |
| 4 0 0 0 — DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4 1 0 0 — INVESTIMENTOS | 1 076 937 | |
| TOTAL GERAL | | 38 523 109 |

RESOLUÇÃO COD — 16, DE 15 DE
DEZEMBRO DE 1967

Aprova a Tabela Explicativa do Orçamento da Despesa do SNR, para o exercício financeiro de 1968

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO IBGE, no uso das atribuições que lhe confere o art 16, alínea a, do Estatuto, e com fundamento no art. 4.º da Resolução COD-10, de 29-11-67,

RESOLVE:

Artigo único — A aplicação dos recursos previstos no Orçamento da Despesa do Serviço Nacional de Recenseamento, para o exercício financeiro de 1968, será feita de acordo com a discriminação constante da Tabela Explicativa anexa.

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1968

IBE — Serviço Nacional de Recenseamento

Tabela Explicativa da Despesa

(continua)

| CATEGORIA ECONÔMICA — ELEMENTO — SUBELEMENTO | DOTAÇÃO (NCR\$) |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| 3 0 0 0 — DESPESAS CORRENTES | |
| 3 1 0 0 — DESPESAS DE CUSTEIO | |
| 3 1 1 0 — PESSOAL | |
| 3 1 1 01.00 — VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS | |
| a) PESSOAL DOS QUADROS EM EXTINÇÃO | |
| 3 1 1 1 01 01 — Vencimentos | 84 448 |
| 03 — Salários de pessoal sujeito à Legislação Trabalhista | 1 394 840 |
| 04 — Auxílio para diferença de "Caixa" | 2 000 |
| 05 — Gratificação de função | 96 000 |
| 08 — Gratificação adicional por tempo de serviço (quinquênios) | 27 000 |
| 09 — Gratificação pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva | 76 000 |
| SOMA | 1 680 288 |
| b) PESSOAL DOS QUADROS DA FUNDAÇÃO | |
| 13 — Salários | 180 000 |
| 15 — Gratificação por encargos de Chefia e Assessoramento | 48 000 |
| 18 — Gratificação por tempo de serviço | 19 000 |
| 19 — Gratificação pelo exercício em regime de dedicação exclusiva | 36 000 |
| SOMA | 283 000 |
| 3 1 1 1 02 00 — DESPESAS VARIÁVEIS COM PESSOAL | |
| 3 1 1 1 02 01 — Ajuda de custo | 9 000 |
| 02 — Diárias | 33 000 |
| 03 — Substituições | 7 000 |
| 04 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário | 50 000 |
| 05 — Gratificação pelo exercício em gabinete | 50 000 |
| SOMA | 149 000 |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 1 0 | 2 112 288 |
| 3 1 2 0 — MATERIAL DE CONSUMO | |
| 3 1 2 02 00 — Impressos, artigos de expediente, desenho, cartografia, geodésia, topografia e ensino | 33 711 |
| 3 1 2 03 00 — Artigos de higiene, conservação, acondicionamento e embalagem | 35 000 |
| 3 1 2 04 00 — Combustíveis e lubrificantes | 30 000 |
| 3 1 2 05 00 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas, de aparelhos, de instrumentos e de móveis | 260 000 |
| 3 1 2 10 00 — Matérias-primas e produtos manufaturados ou semimanufaturados destinados à transformação; material para conservação de bens imóveis | 26 000 |
| 3 1 2 11 00 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; vidraria, artigos cirúrgicos e outros de uso em laboratório, enfermaria, gabinetes técnicos e científicos | 4 000 |
| 3 1 2 13 00 — Vestuários, uniformes, artigos para esporte, jogos e divertimentos infantis, seus equipamentos e respectivos acessórios; calçados, roupa de cama, mesa, copa, cozinha e banho | |
| 3 1 2 15 00 — Lâmpadas incandescentes e fluorescentes; acessórios para instalações elétricas | 10 000 |
| 3 1 2 17 00 — Outros materiais de consumo: | 66 000 |
| 02 — Materiais para apuração eletromecânica e eletrônica | 316 700 |
| 01 — Diversos | 3 000 |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 2 0 | 784 411 |
| 3 1 3 0 — SERVIÇOS DE TERCEIROS | |
| 3 1 3 01 00 — Acondicionamento e transporte de encomendas, cargas e animais | 7 000 |
| 3 1 3 02 00 — Passagens, transporte de pessoas e suas bagagens; pedágios | 21 000 |
| 3 1 3 03 00 — Assinaturas de jornais e de recortes de publicações periódicas | 1 000 |
| 3 1 3 04 00 — Iluminação, força motriz e gás | 69 000 |
| 3 1 3 05 00 — Serviços de asseio e higiene, taxas de água, esgoto, lixo e outras correlatas | 6 000 |
| 3 1 3 06 00 — Reparos, adaptações e conservação de bens móveis e imóveis: | |
| 01 — Bens imóveis | 30 000 |
| 02 — Serviços de manutenção de equipamentos mecânicos, eletromecânicos e eletrônicos | 230 000 |
| 3 1 3 07 00 — Serviço de divulgação, de impressão e de encadernação | 500 000 |
| 3 1 3 09 00 — Serviços de comunicação em geral | 15 000 |
| 3 1 3 10 00 — Locação de bens móveis e imóveis; tributo e despesas de condomínio: | |
| 01 — Bens imóveis | 13 000 |
| 02 — Equipamentos mecânicos; eletromecânicos e eletrônicos | 350 000 |
| 3 1 3 11 00 — Seguros em geral | 17 000 |
| 3 1 3 16 00 — Outros serviços de terceiros: | |
| 01 — Serviços de seleção e aperfeiçoamento de pessoal | 10 000 |
| 02 — Serviços bancários | 2 000 |
| 03 — Despesas com o preparo da base geográfica | 797 000 |
| 05 — Despesas com Testes de Questionários e de Métodos de Coleta | 55 250 |
| 09 — Serviços e tarefas de caráter temporário, esporádicos e de urgência | 113 000 |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 3 0 | 2 236 250 |

(conclusão)

| CATEGORIA ECONÔMICA — ELEMENTO — SUBELEMENTO | DOTAÇÃO (NCr\$) | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------|
| 3 1 4 0 — ENCARGOS DIVERSOS | | |
| 3 1 4 01 00 — Despesas miúdas de pronto pagamento | 2 000 | |
| 3 1 4 04 00 — Festividades, recepções, hospedagens e homenagens | 6 000 | |
| 3 1 4 08 00 — Exposições, congressos e conferências | 20 000 | |
| 3 1 4 10 00 — Assistência social | 6 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 4 0 | | 34 000 |
| 3 1 7 0 — FUNDO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA | 420 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 7 0 | | 420 000 |
| SOMA DA CATEGORIA 3 1 0 0 | | 5 586 949 |
| 3 2 0 0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | |
| 3 2 4 0 — PENSIONISTAS | | |
| 3 2 4 03 00 — Outras Pensões | 1 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 4 0 | | 1 000 |
| 3 2 5 0 — SALÁRIO-FAMÍLIA | | |
| 3 2 5 01 00 — Pessoal civil | 20 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 5 0 | | 20 000 |
| 3 2 8 0 — CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL | | |
| 3 2 8 01 00 — Fundo de Benefício (Lei n° 3 807, de 26-8-60) | 262 000 | |
| 3 2 8 04 00 — Fundo de Garantia de tempo de serviço | 118 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 8 0 | | 380 000 |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 0 0 | | 401 000 |
| SOMA DA CATEGORIA 3 0 0 0 | | 5 987 949 |
| 4 0 0 0 — DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4 1 0 0 — INVESTIMENTOS | | |
| 4 1 3 0 — EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES | | |
| 4 1 3 0 — Máquinas, motores e aparelhos | 150 000 | |
| 4 1 3 4 — Automóveis, autocaminhões e outros veículos de tração mecânica | 30 000 | |
| 4 1 3 7 — Diversos equipamentos e instalações | 141 969 | |
| SOMA DO ELEMENTO 4 1 3 0 | | 321 969 |
| 4 1 4 0 — MATERIAL PERMANENTE | | |
| 4 1 4 02 00 — Material bibliográfico, discotecas e filmotecas, objetos históricos, obras de arte e peças de museus | 1 000 | |
| 4 1 4 03 00 — Ferramentas e utensílios de oficinas | 9 000 | |
| 4 1 4 05 00 — Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria | 1 000 | |
| 4 1 4 08 00 — Mobiliário em geral | 10 000 | |
| 4 1 4 11 00 — Outros materiais de uso duradouro: | | |
| 03 — Outros materiais permanentes | 1 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 4 1 4 0 | | 22 000 |
| SOMA DA CATEGORIA 4 0 0 0 | | 343 969 |
| RESUMO | | |
| 3 0 0 0 — DESPESAS CORRENTES | | 5 987 949 |
| 3 1 0 0 — DESPESAS DE CUSTEIO | 5 586 949 | |
| 3 2 0 0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 401 000 | |
| 4 0 0 0 — DESPESAS DE CAPITAL | | 343 969 |
| 4 1 0 0 — INVESTIMENTOS | 343 969 | |
| TOTAL GERAL | | 6 331 918 |

RESOLUÇÃO COD — 17, DE 15 DE
DEZEMBRO DE 1967
Aprova a Tabela Explicativa do Orçamento da Despesa do IBGE, para o exercício financeiro de 1968

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO IBGE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 16, alínea a, do Estatuto, e com fundamento no art 4º da Resolução COD-10, de 29-11-67,

RESOLVE:
 Artigo único — A aplicação dos recursos previstos no Orçamento da Despesa do Instituto Brasileiro de Geo-

grafia, para o exercício financeiro de 1968, será feita de acordo com a discriminação constante da Tabela Explicativa anexa.

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1968

Instituto Brasileiro de Geografia

Tabela Explicativa da Despesa

(continua)

| CATEGORIA ECONÔMICA — ELEMENTO — SUBELEMENTO | DOTAÇÃO (NCR\$) |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| 3 0 0 0 — DESPESAS CORRENTES | |
| 3 1 0 0 — DESPESAS DE CUSTEIO | |
| 3 1 1 0 — PESSOAL | |
| 3 1 1 1 01 00 — VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS | |
| a) PESSOAL DOS QUADROS EM EXTINÇÃO | |
| 3 1 1 1 01 01 — Vencimentos | 3 000 890 |
| 03 — Salário pessoal sujeito à legislação trabalhista | 50 000 |
| 04 — Auxílio para diferença de "caixa" | 3 000 |
| 05 — Gratificação de função | 180 000 |
| 08 — Gratificação adicional por tempo de serviço (quinquênios) | 260 000 |
| 09 — Gratificação por exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva | 1 200 000 |
| SOMA | 4 693 890 |
| b) PESSOAL DOS QUADROS DA FUNDAÇÃO | |
| 13 — Salários | 462 758 |
| 15 — Gratificação por encargos de Chefia e Assessoramento | 126 548 |
| 18 — Gratificação por tempo de serviço | 90 506 |
| 19 — Gratificação por exercício em regime de dedicação exclusiva | 128 500 |
| SOMA | 808 312 |
| 3 1 1 1 02 00 — DESPESAS VARIÁVEIS COM PESSOAL | |
| 3 1 1 1 02 01 — Ajuda de custo | 15 150 |
| 02 — Diárias | 572 446 |
| 03 — Substituições | 31 000 |
| 04 — Gratificação para prestação de serviços extraordinários | 20 000 |
| 05 — Gratificação pelo exercício em gabinete | 18 000 |
| 06 — Gratificação para encargos de seleção e aperfeiçoamento de pessoal (Art 145, item 10 — Lei n.º 1 711/52) | 11 500 |
| SOMA | 671 096 |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 1 0 | 6 173 298 |
| 3 1 2 0 — MATERIAL DE CONSUMO | |
| 3 1 2 02 00 — Impressos, artigos de expediente, desenho e cartografia, geodésia, topografia e ensino | 121 681 |
| 3 1 2 03 00 — Artigos de higiene, conservação, acondicionamento e embalagem | 5 207 |
| 3 1 2 04 00 — Combustíveis e lubrificantes | 161 500 |
| 3 1 2 05 00 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas, de aparelhos, de instrumentos e de móveis | 100 160 |
| 3 1 2 09 00 — Material para acampamento e campanha. | 5 000 |
| 3 1 2 10 00 — Matérias-primas e produtos manufaturados ou semimanufaturados destinados à transformação; material para conservação de bens imóveis | 35 000 |
| 3 1 2 11 00 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; vidraria, artigos cirúrgicos e outros de laboratórios, enfermaria, gabinetes técnicos e científicos | 21 795 |
| 3 1 2 13 00 — Vestuários, uniformes, artigos para esportes, jogos e divertimentos infantis, seus equipamentos e respectivos acessórios; calçados, roupa de cama, mesa, copa, cozinha e banho | 21 500 |
| 3 1 2 14 00 — Material para fotografia, filmagem, radiografia, gravação, radiofonia e telecomunicações | 83 588 |
| 3 1 2 15 00 — Lâmpadas incandescentes e fluorescentes; acessórios para instalações elétricas | 5 000 |
| 3 1 2 17 00 — Outros materiais de consumo: | |
| 03 — Material para construção de maços | 5 000 |
| 04 — Diversos | 8 000 |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 2 0 | 573 534 |
| 3 1 3 0 — SERVIÇOS DE TERCEIROS | |
| 3 1 3 01 00 — Acondicionamento e transporte de encomendas, cargas e animais | 17 500 |
| 3 1 3 02 00 — Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens; pedágio. | 100 000 |
| 3 1 3 03 00 — Assinaturas e aquisição de jornais, revistas e recortes de publicações | 4 000 |
| 3 1 3 04 00 — Iluminação, força motriz e gás | 42 800 |

(continua)

| CATEGORIA ECONÔMICA — ELEMENTO — SUBELEMENTO | DOTAÇÃO (NCr\$) | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------|
| 3 1 3 05 00 — Serviços de asseio e higiene, taxas de água, esgoto, lixo e outras correlatas | 110 000 | |
| 3 1 3 06 00 — Reparos, adaptações e conservação de bens móveis e imóveis | 188 400 | |
| 3 1 3 07 00 — Serviços de divulgação, de impressão e encadernação | 1 154 195 | |
| 3 1 3 08 00 — Serviços médicos, hospitalares, funerários e judiciários | 2 000 | |
| 3 1 3 09 00 — Serviços de comunicações em geral | 26 000 | |
| 3 1 3 10 00 — Locação de bens móveis e imóveis, tributos e despesas de condomínio | 29 230 | |
| 3 1 3 11 00 — Seguros em geral | 10 000 | |
| 3 1 3 16 00 — Outros serviços de terceiros: | | |
| 01 — Serviços de seleção e aperfeiçoamento de pessoal | 40 000 | |
| 02 — Serviços bancários | 4 500 | |
| 03 — Despesas extraordinárias com trabalhos geodésicos em campanha | 110 000 | |
| 04 — Publicações de editais e avisos | 1 000 | |
| 07 — Estagiários | 90 000 | |
| 09 — Serviços e tarefas de caráter temporário, esporádicos e de urgência | 180 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 3 0 | | 2 110 225 |
| 3 1 4 0 — ENCARGOS DIVERSOS | | |
| 3 1 4 01 00 — Despesas miúdas de pronto pagamento | 8 000 | |
| 3 1 4 04 00 — Festividades, recepções, hospedagens e homenagens | 12 500 | |
| 3 1 4 05 00 — Sentenças judiciais | 1 200 | |
| 3 1 4 06 00 — Reposições, restituições e indenizações | 1 000 | |
| 3 1 4 07 00 — Levantamentos especiais em cooperação com entidades nacionais e estrangeiras | 150 600 | |
| 3 1 4 08 00 — Exposições, congressos e conferências | 55 000 | |
| 3 1 4 10 00 — Assistência social | 6 000 | |
| 3 1 4 13 00 — Outros encargos: | | |
| 01 — Serviços educativos e culturais | 27 000 | |
| 02 — Conferência nacional de geografia e cartografia — Art 40 Dec 61 126/67 | 30 000 | |
| 04 — Quota de presença em reuniões de órgãos colegiados | 20 000 | |
| 10 — Bolsas-de-estudos | 33 000 | |
| 12 — Diversos | 1 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 4 0 | | 345 300 |
| 3 1 7 0 — FUNDO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA | | 283 000 |
| SOMA DA CATEGORIA 3 1 0 0 | | 9 435 357 |
| 3 2 0 0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | |
| 3 2 1 0 — SUBVENÇÕES SOCIAIS | | |
| 3 2 1 5 — INSTITUIÇÕES PRIVADAS | | |
| 3 2 1 5 01 — Campanha Iugena contra a tuberculose | 10 000 | |
| 03 — Associação dos Geógrafos Brasileiros | 3 000 | |
| 04 — Sociedade Brasileira de Geografia | 1 000 | |
| 05 — Sociedade Brasileira de Cartografia | 3 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 1 0 | | 17 000 |
| 3 2 3 0 — INATIVOS | | |
| 3 2 3 01 01 — Proventos | 150 000 | |
| 02 — Vantagens incorporadas | 35 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 3 0 | | 185 000 |
| 3 2 4 0 — PENSIONISTAS | | |
| 3 2 4 01 00 — Pensões vitalícias | 7 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 4 0 | | 7 000 |
| 3 2 5 0 — SALÁRIO-FAMÍLIA | | |
| 3 2 5 01 00 — Pessoal civil | 250 000 | |
| 3 2 5 03 00 — Inativos civis | 12 000 | |
| 3 2 5 05 00 — Pensionistas | 5 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 5 0 | | 267 000 |
| 3 2 8 0 — CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL | | |
| 3 2 8 01 00 — Contribuição do empregador | 30 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 8 0 | | 30 000 |
| 3 2 9 0 — DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | |
| 3 2 9 1 — ENTIDADES INTERNACIONAIS | | |
| 3 2 9 1 03 — União Geodésica e Geofísica Internacional | 5 000 | |
| 04 — Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História | 1 500 | |
| 05 — União Geográfica Internacional | 5 000 | |

| CATEGORIA ECONÔMICA — ELEMENTO — SUBELEMENTO | DOTAÇÃO (NCR\$) | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------|
| 3 2 9 2 — ENTIDADES NACIONAIS | | |
| 3 2 9 2 01 — Seção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História | 2 000 | |
| 3 2 9 3 — ENTIDADES ESTADUAIS | | |
| 3 2 9 3 01 — Assistência aos órgãos regionais de geografia ou cartografia | 40 000 | |
| 3 2 9 5 — PESSOAS | | |
| 3 2 9 5 01 — Auxílio-doença | 3 000 | |
| 03 — Indenizações trabalhistas (FGTS) | 20 000 | |
| 04 — Auxílio-funcral | 3 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 9 0 | | 79 500 |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 0 0 | | 585 500 |
| SOMA DA CATEGORIA 3 0 0 0 | | 10 020 857 |
| 4 0 0 0 — DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4 1 0 0 — INVESTIMENTOS | | |
| 4 1 1 0 — OBRAS | | |
| 4 1 1 1 — Estudos e projetos | 5 000 | |
| 4 1 1 2 — Início de obras | 120 000 | |
| 4 1 1 3 — Prosseguimento e conclusão de obras | 300 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 4 1 1 0 | | 425 000 |
| 4 1 3 0 — EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES | | |
| 4 1 3 1 — Máquinas, motores e aparelhos | 93 600 | |
| 4 1 3 4 — Automóveis, autocaminhões e outros veículos de tração mecânica | 251 500 | |
| 4 1 3 7 — Diversos equipamentos e instalações | 112 668 | |
| SOMA DO ELEMENTO 4 1 3 0 | | 460 768 |
| 4 1 4 0 — MATERIAL PERMANENTE | | |
| 4 1 4 0 2 00 — Material bibliográfico, discotecas e filmotecas; objetos históricos, obras de arte e peças para museus | 20 000 | |
| 4 1 4 0 3 00 — Ferramentas e utensílios de oficinas | 14 000 | |
| 4 1 4 0 4 00 — Material artístico e instrumentos de música; insígnias, fâmulas e bandeiras; artigos para esportes e para jogos e divertimentos infantis | 7 000 | |
| 4 1 4 0 5 00 — Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria | 3 500 | |
| 4 1 4 0 7 00 — Modelos e utensílios de escritório, biblioteca, ensino, laboratório e gabinete técnico ou científico | 139 940 | |
| 4 1 4 0 8 00 — Mobiliário em geral | 41 645 | |
| 4 1 4 1 0 00 — Outros materiais de uso duradouro: | | |
| 01 — Material técnico para trabalho de campo | 13 520 | |
| 02 — Material de acampamento e campanha | 5 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 4 1 4 0 | | 247 605 |
| SOMA DA VERBA 4 0 0 0 | | 1 133 373 |
| RESUMO | | |
| 3 0 0 0 — DESPESAS CORRENTES | | 10 020 857 |
| VERBA 3 1 0 0 — DESPESAS DE CUSTEIO | 9 435 357 | |
| VERBA 3 2 0 0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 585 500 | |
| 3 0 0 0 — DESPESAS DE CAPITAL | | 1 133 373 |
| VERBA 4 1 0 0 — INVESTIMENTOS | 1 133 373 | |
| TOTAL GERAL | | 11 154 230 |

RESOLUÇÃO COD — 18, DE 15 DE
DEZEMBRO DE 1967
Aprova a Tabela Explicativa do Orçamento da Despesa da ENCE, para o exercício financeiro de 1968

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO IBGE, no uso das atribuições que lhe confere o art 16, alínea a, do Estatuto, e com fundamento no art 4º da Resolução COD-10, de 29-11-67,

RESOLVE: cias Estatísticas, para o exercício financeiro de 1968, será feita de acôrdo com a discriminação constante da Tabela Explicativa anexa.

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1968

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Tabela Explicativa da Despesa

(continua)

| CATEGORIA ECONÔMICA — ELEMENTO — SUBELEMENTO | DOTAÇÃO (NCR\$) |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| 3 0 0 0 — DESPESAS CORRENTES | |
| 3 1 0 0 — DESPESAS DE CUSTEIO | |
| 3 1 1 0 — PESSOAL | |
| 3 1 1 1 01 00 — VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS | |
| a) PESSOAL DOS QUADROS EM EXTINÇÃO | |
| 3 1 1 1 01 01 — Vencimentos | 139 503 |
| 03 — Salários de pessoal sujeito à Legislação Trabalhista | 23 000 |
| 04 — Auxílio para Diferença de "Caixa" | 1 000 |
| 05 — Gratificação de função | 26 264 |
| 08 — Gratificação adicional por tempo de serviço (quinqüênios) | 15 908 |
| 09 — Gratificação pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva | 5 920 |
| SOMA | 211 595 |
| b) PESSOAL DOS QUADROS DA FUNDAÇÃO | |
| 13 — Salários | 34 167 |
| 15 — Gratificação por encargos de Chefia e Assessoramento | 6 566 |
| 18 — Gratificação por tempo de serviço | 4 502 |
| 19 — Gratificação pelo exercício em regime de dedicação exclusiva | 1 800 |
| SOMA | 47 035 |
| 3 1 1 1 02 00 — DESPESAS VARIÁVEIS COM PESSOAL | |
| 01 — Ajuda de custo | 1 000 |
| 02 — Diárias | 1 250 |
| 04 — Gratificação pela prestação de serviços extraordinários | 4 400 |
| 05 — Gratificação pelo exercício em gabinete | 2 830 |
| 13 — Diversos: | |
| 01 — Gratificação pela execução de trabalho técnico ou científico | 250 |
| SOMA | 9 790 |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 1 0 | 268 420 |
| 3 1 2 0 — MATERIAL DE CONSUMO | |
| 3 1 2 02 00 — Impressos, artigos de expediente, desenho, cartografia, geodésia, topografia e ensino | 6 000 |
| 3 1 2 03 00 — Artigos de higiene, conservação, acondicionamento e embalagem | 2 000 |
| 3 1 2 04 00 — Combustíveis e lubrificantes | 3 000 |
| 3 1 2 05 00 — Materiais e acessórios de máquinas de viaturas, de aparelhos, de instrumentos e de móveis | 2 000 |
| 3 1 2 11 00 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; vidraria, artigos cirúrgicos e outros de uso em laboratório, enfermaria, gabinetes técnicos e científicos | 2 000 |
| 3 1 2 13 00 — Vestuários, uniformes, artigos para esporte, jogos e divertimentos infantis, seus equipamentos e respectivos acessórios; calçados, roupa de cama, mesa, copa, cozinha e banho | 5 000 |
| 3 1 2 15 00 — Lâmpadas incandescentes e fluorescentes; acessórios para instalações elétricas | 5 616 |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 2 0 | 25 616 |
| 3 1 3 0 — SERVIÇOS DE TERCEIROS | |
| 3 1 3 02 00 — Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens; pedágios | 2 000 |
| 3 1 3 03 00 — Assinaturas de jornais e de recortes de publicações periódicas | 500 |
| 3 1 3 04 00 — Iluminação, força motriz e gás | 6 000 |
| 3 1 3 05 00 — Serviços de asseio e higiene; taxas de água, esgoto, lixo e outras correlatas | 1 000 |
| 3 1 3 06 00 — Reparos, adaptações e conservação de bens móveis e imóveis | 5 000 |
| 3 1 3 07 00 — Serviços de divulgação, de impressão e de encadernação | 1 000 |
| 3 1 3 09 00 — Serviços de comunicação em geral | 3 300 |
| 3 1 3 11 00 — Seguros em geral | 3 000 |
| 3 1 3 16 00 — Outros serviços de terceiros: | |
| 07 — Serviços e tarefas de caráter temporário, esporádicos e de urgência | 24 200 |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 3 0 | 46 000 |

| CATEGORIA ECONÔMICA — ELEMENTO — SUBELEMENTO | DOTAÇÃO (NCr\$) | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|---------|
| 3 1 4 0 — ENCARGOS DIVERSOS | | |
| 3 1 4 01 00 — Despesas miúdas de pronto pagamento. | 2 000 | |
| 3 1 4 04 00 — Festividades, recepções, hospedagens e homenagens | 1 000 | |
| 3 1 4 13 00 — Outros encargos: | | |
| 06 — Diversos | 2 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 1 4 0 | | 5 000 |
| SOMA DA CATEGORIA 3 1 0 0 | | 345 036 |
| 3 2 0 0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | |
| 3 2 3 0 — INATIVOS | | |
| 3 2 3 01 00 — PESSOAL CIVIL | | |
| 3 2 3 01 01 — Proventos | 10 136 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 3 0 | | 10 136 |
| 3 2 5 0 — SALÁRIO-FAMÍLIA | | |
| 3 2 5 01 00 — Pessoal Civil | 5 500 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 5 0 | | 5 500 |
| 3 2 8 0 — CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL | | |
| 3 2 8 01 00 — Contribuições de empregados | 1 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 8 0 | | 1 000 |
| 3 2 9 0 — DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | |
| 3 2 9 5 — PESSOAS: | | |
| 3) Indenizações trabalhistas | | 500 |
| SOMA DO ELEMENTO 3 2 0 0 | | 17 136 |
| SOMA DA CATEGORIA 3 0 0 0 | | 362 172 |
| 4 0 0 0 — DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4 1 0 0 — INVESTIMENTOS | | |
| 4 1 1 0 — OBRAS PÚBLICAS | | |
| 4 1 1 3 — Prosseguimento e conclusão de obras | 242 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 4 1 1 0 | | 242 000 |
| 4 1 3 0 — EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES | | |
| 4 1 3 1 — Máquinas, motores e aparelhos | 1 000 | |
| 4 1 3 4 — Automóveis, autocaminhões e outros veículos de tração mecânica | 16 500 | |
| SOMA DO ELEMENTO 4 1 3 0 | | 17 500 |
| 4 1 4 0 — MATERIAL PERMANENTE | | |
| 4 1 4 02 00 — Material bibliográfico, discotecas e filmotecas; objetos históricos, obras de arte e peças para museus | 2 000 | |
| 4 1 4 07 00 — Modelos e utensílios de escritório, biblioteca, ensino, laboratório e gabinete técnico ou científico | 500 | |
| 4 1 4 08 00 — Mobiliário em geral | 10 000 | |
| SOMA DO ELEMENTO 4 1 4 0 | | 12 500 |
| SOMA DA CATEGORIA 4 0 0 0 | | 272 000 |
| RESUMO | | |
| 3 0 0 0 — DESPESAS CORRENTES | | |
| 3 1 0 0 — DESPESAS DE CUSTEIO | 345 036 | |
| 3 2 0 0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 17 136 | |
| 4 0 0 0 — DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4 1 0 0 — INVESTIMENTOS | 272 000 | |
| TOTAL GERAL | | 634 172 |

RESOLUÇÃO COD — 19, DE 20 DE
DEZEMBRO DE 1967

Abre Crédito Suplementar de . . .
NCr\$ 3.305.480,00 para reforço de
dotações de pessoal e de transfe-
rências correntes, da Tabela Ex-
plicativa da Despesa do IBE, rela-
tiva ao exercício financeiro de
1967.

O CONSELHO DIRETOR DA FUN-
DAÇÃO IBGE, no uso das atribuições
que lhe confere o art. 16, alínea b, do
Estatuto,

considerando que, em decorrência
da aplicação do Decreto-Lei n.º 81, de
21 de dezembro de 1966, o Instituto
Brasileiro de Estatística ficou obrigado
ao pagamento aos seus servidores ati-
vos e inativos, a partir de janeiro do
corrente exercício, da majoração de
vencimentos e outras vantagens, no
montante de NCr\$ 3 305 480,00 (três
milhões, trezentos e cinco mil, quatro-
centos e oitenta cruzeiros novos);

considerando que, na conformida-
de do artigo 20 do citado Decreto-Lei,

a despesa decorrente deverá correr à
conta dos recursos próprios de cada
órgão;

considerando, finalmente, que, para
cobertura de tais compromissos finan-
ceiros, se torna necessária, nos termos
do parecer incluso no Processo . . .
n.º F-1586/67, a abertura de Crédito
Suplementar para reforço de dotações
da Tabela Explicativa do orçamento
do IBE, para o exercício financeiro de
1967,

RESOLVE

Artigo único — O orçamento do
Instituto Brasileiro de Estatística fica
suplementado da importância de . . .
NCr\$ 3 305 480,00 (três milhões, tre-
zentos e cinco mil, quatrocentos e oi-
tenta cruzeiros novos), mediante apli-
cação dos recursos destacados da conta
"Convênios Nacionais de Estatística
Municipal" para o reforço das dota-
ções constante da Tabela Explicativa
da Despesa do IBE, consoante a distri-
buição seguinte:

| | | | |
|---------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|
| 3 0 0 0 | — DESPESAS CORRENTES | | |
| 3 1 0 0 | — DESPESAS DE CUSTEIO | | |
| 3 1 1 0 | — PESSOAL | | |
| 3 1 1 1.01 00 | — VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS | | |
| 01 | — Vencimentos | 1 630.100,00 | |
| 04 | — Auxílio p/diferença | 4 100,00 | |
| 05 | — Gratificação de função | 317 190,00 | |
| 08 | — Gratificação adicional por tempo de serviço | 515.510,00 | |
| 09 | — Gratificação pelo exercício em regime de tempo integral e dedi- cação exclusiva | 1 480,00 | 2 468.380,00 |
| | | <hr/> | |
| 3 1 1.1 02 00 | — DESPESAS VARIÁVEIS COM PES- SOAL CIVIL | | |
| 01 | — Ajuda de custo | 25 020,00 | |
| 02 | — Diárias | 247 250,00 | |
| 03 | — Substituições | 66 010,00 | 338 280,00 |
| | | <hr/> | |
| Soma | | | 2 806 660,00 |
| 3 2 0 0 | — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | |
| 3 2 3 0 | — INATIVOS | | |
| 3 2.1 0 | — PESSOAL CIVIL | | |
| 3 2 1 01 01 | — Proventos | 193.340,00 | |
| 02 | — Vantagens incorporadas | 41.070,00 | |
| 03 | — Abono provisório e novas aposen- tadorias | 25 100,00 | 259 510,00 |
| | | <hr/> | |
| 3 2 4 0 | — PENSIONISTAS | | |
| 3 2 4 01 00 | — Pensões vitalícias | | 290,00 |
| 3 2 5 0 | — SALÁRIO-FAMÍLIA | | |
| 3 2 5 01 00 | — Pessoal Civil | 231 120,00 | |
| 03 00 | — Inativos | 6 400,00 | |
| 05 00 | — Pensionistas | 1 500,00 | 239 020,00 |
| | | <hr/> | |
| Soma | | | 498 820,00 |
| <hr/> | | | |
| Total | | | 3 305.480,00 |

FUNDAÇÃO IBGE: COMISSÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E NORMAS ESTATÍSTICAS

Ao dar por instalada a Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas —CONPLANE, órgão coordenador das atividades técnicas do Instituto Brasileiro de Estatística, o Professor Sebastião Aguiar Ayres, Presidente da Fundação IBGE, proferiu, na sede da Instituição, aos 12 de dezembro do ano passado, o seguinte discurso, na presença de representantes dos usuários das estatísticas produzidas, responsáveis por órgãos técnicos de produção, divulgação e análise do Instituto Brasileiro de Estatística, bem como representantes dos Estados-Maiores das três corporações das Forças Armadas brasileiras:

“Ao saudar os membros da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas (CONPLANE), que tenho a honra de instalar neste momento, desejo desde logo ressaltar a singular importância deste Colegiado, como órgão responsável pela coordenação técnica das atividades do Instituto Brasileiro de Estatística, conforme estabelece o artigo 28 do Estatuto da Fundação IBGE, aprovado pelo Decreto 61 126, de 2 de agosto deste ano.

Não só caberá à CONPLANE essa coordenação, como lhe competirá prioritariamente, de acordo com o artigo 29 do mesmo Estatuto, pronunciar-se sobre os programas e planos de trabalho dos órgãos integrantes do sistema estatístico nacional, sempre que se deseje assegurar a obrigatoriedade legal de informação. Essas atribuições colocam a Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas no comando técnico do sistema estatístico brasileiro, dentro do novo modelo institucional que o Governo houve por bem dar ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, transformando-o de Autarquia em Fundação.

Afigura-se-me oportuno esclarecer que os motivos determinantes dessa modificação no esquema institucional do IBGE residiram na necessidade de dotá-lo de maior flexibilidade e autonomia de ação. Necessidade que se fazia sentir, de maneira imperiosa, no

setor estatístico, nesta era em que a demanda de informações estatísticas se torna cada vez maior, exigindo do sistema produtor de estatísticas, ao lado do aperfeiçoamento dos levantamentos de rotina, vasto elenco de levantamentos novos.

Vinha sendo notória, com efeito, desde algum tempo, a insuficiência da produção de estatísticas, a cargo do sistema centralizado pelo IBGE, para atender a essa demanda, em face das limitações que dificultavam o atendimento cabal dos reclamos nacionais, nesse campo. A insatisfação dos usuários, na área governamental, aliava-se o descontentamento no próprio setor privado, fonte adicional de procura dos serviços do sistema estatístico, em decorrência do desenvolvimento econômico-social do país. As deficiências causadas por tais limitações prendiam-se à perda gradativa da característica intergovernamental, básica na organização federativa do Conselho Nacional de Estatística, o qual passara a ser, de fato, órgão integrado na administração federal, com o enquadramento do seu pessoal e de suas normas de trabalho no regime do serviço público federal. Na verdade, como bem assinalou ilustre e experimentado estatístico brasileiro, o Instituto vinha perdendo aquela condição jurídica inicial de entidade “sui generis” para finalmente ser entendido como órgão integrado na administração pública federal, caracterizado como autarquia mesma do Governo da União

Dessa situação tinham plena consciência os quadros técnicos do IBGE. Já por ocasião do I Seminário de Estatística, realizado em dezembro de 1958, sob os auspícios do Instituto Roberto Simonsen, haviam sido aprovadas recomendações que, em essência, coincidiam com o pensamento, latente no seio do IBGE, de que seria aconselhável e oportuna a adoção, no campo da pesquisa estatística, de métodos e processos adequados ao ritmo do desenvolvimento do país. Quatro anos depois, em 1962, a Comissão Nacional de Planejamento organizara, em cooperação com o

Conselho Nacional de Estatística, um Grupo de Trabalho, com a incumbência de estudar um plano de ampliação e atualização dos levantamentos estatísticos nacionais. O Relatório então apresentado assinalava que a permanência de processos obsoletos na execução dos levantamentos e a dispersão de esforços em inquéritos de importância secundária, em detrimento de aspectos de maior essencialidade, vinham dificultando a ação de coordenação técnica, de responsabilidade do CNE. Reconhecia ainda que, a par de aperfeiçoamentos de natureza técnica indispensáveis, a melhoria do sistema estatístico nacional dependia de alterações de caráter estrutural. E, entre outras recomendações, frisava a necessidade de centralizar em um só órgão a responsabilidade do planejamento, execução e divulgação das estatísticas de interesse básico para o país, determinadas num Plano Nacional de Estatística.

Nenhuma dessas recomendações, contudo, logrou transformar-se em iniciativas práticas, capazes de modificar a situação vigente.

Foi quando, logo após o movimento de 31 de março de 1964, a alta direção do IBGE convidou o competente estatístico patricio TULO HOSTILLO MONTENEGRO, que há mais de um decênio exerce as funções de Secretário-Geral do Instituto Interamericano de Estatística e de Diretor do Departamento de Estatística da OEA, para vir ao Brasil e, em curto prazo, realizar um estudo sobre a situação da estatística brasileira. O relatório apresentado pelo ilustre técnico concluiu que o sistema estatístico nacional se encontrava em face do seguinte dilema:

— ou, num esforço aparentemente superior à sua atual capacidade, enfrenta os problemas assinalados e reorienta suas atividades, a fim de produzir as estatísticas de que o país necessita,

— ou, em proporção cada vez maior e em forma descoordenada, essas estatísticas serão levantadas pelos órgãos da administração pública e pelas entidades privadas que delas necessitam, tornando-se pouco injustificável a manutenção do sistema como tal”.

De tudo isso, e sob a inspiração do Ministro do Planejamento, resultou a instituição, pelo Decreto n.º 58.226, de 20 de abril de 1966, de um Grupo de Trabalho, com a incumbência de estabelecer o Plano Nacional de Estatísticas Básicas, necessárias à formulação, execução e controle da política econômica e social do governo, bem

como propor as medidas de caráter executivo ou legislativo, indispensáveis à realização do Plano, em caráter sistemático.

O juízo formulado por esse Grupo de Trabalho sobre a situação do sistema estatístico nacional coincidiu, em linhas gerais, com as conclusões dos estudos anteriormente feitos acerca das limitações defrontadas pelo IBGE, as quais foram assim definidas no Relatório apresentado ao então Ministro do Planejamento:

— Ausência de flexibilidade institucional, que permita à sua administração amplo poder de decisão, dentro das atribuições do órgão, e uma política de pessoal capaz de dotar a instituição do corpo técnico indispensável, qualitativa e quantitativamente, à coordenação de um sistema estatístico moderno e eficiente;

— Inadequado regime de financiamento, pelo fato de haver o Conselho Nacional de Estatística passado a depender, de um lado, de dotações orçamentárias e, de outro, dos recursos da Taxa Municipal de Estatística, esta última sujeita a decisões políticas e de futuro incerto;

— Dificuldade de ser exercida, pela direção superior do sistema, coordenação efetiva sobre órgãos executores não subordinados administrativamente à mesma direção;

— Escassa participação dos usuários no planejamento das atividades do sistema, acarretando insuficiente adequação entre a produção de estatísticas e as necessidades dos consumidores, seja na área governamental ou no setor privado

Do exame das situações estudadas, o Grupo de Trabalho, tendo em vista a necessidade de certas modificações de natureza institucional, como medida essencial à vitalização do sistema estatístico, optou pelo modelo de Fundação, como aquele que, confirmando de direito a liderança já exercida de fato pelo governo federal, propiciaria a revalidação dos princípios de autonomia administrativa, financeira e técnica, e, ao mesmo tempo, garantiria o fortalecimento de uma autoridade de comando superior, na órbita executiva

Assim foi que o anteprojeto elaborado pelo Grupo de Trabalho, depois de revisto com fundamento em sugestões formuladas por outros órgãos governamentais e pela Direção do IBGE, transformou-se no Decreto-Lei n.º 161, de 13 de fevereiro deste ano, autorizando o Poder Executivo a instituir a “Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”.

Aprovado o Estatuto da nova entidade pelo Decreto n.º 61.126, de 2 de agosto do ano em curso, foi a Fundação IBGE instalada no mês seguinte, obedecidas as normas disciplinadoras estabelecidas pelo Decreto n.º 61.127, da mesma data. Dando cumprimento aos dispositivos estatutários, o Conselho Diretor da Fundação IBGE, pela Resolução n.º 4, de 1.º de novembro último, deliberou quanto à instalação da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas, a qual, nos termos da mesma Resolução, ficou assim constituída:

a) Diretor-Superintendente do Instituto Brasileiro de Estatística, ao qual caberá, de acôrdo com o Artigo 28 do Estatuto, alínea e, a coordenação dos trabalhos;

b) titulares dos órgãos de maior hierarquia do IBE, em número de seis, a saber Diretoria de Levantamentos Estatísticos, Diretoria de Documentação e Divulgação, Laboratório de Estatística, Grupo Executivo de Pesquisas Domiciliares, Serviço Nacional de Recenseamento e Inspeção Técnica,

c) representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas;

d) representantes do Estado-Maior do Exército, do Estado-Maior da Armada e do Estado-Maior da Aeronáutica,

e) representantes das entidades usuárias de estatísticas, em número de oito, metade das quais escolhidas pelo Conselho Diretor, que designou as seguintes: Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas; Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA), do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Serviço Técnico de Análise e Planejamento, da Secretaria Adjunta para o Planejamento Político do Ministério das Relações Exteriores, e Divisão de Estatística e Documentação, da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB). A outra metade, de acôrdo com o Parágrafo 1.º do Artigo 28 do Estatuto, será indicada pela Conferência Nacional de Estatística, prevista no Artigo 31 do mesmo Estatuto

Desejo, a esta altura, salientar o tenaz esforço desenvolvido nesta Casa, desde 1964, para imprimir às tarefas de coleta, elaboração e divulgação de estatísticas impulsos novos e condizentes com as solicitações dos programas governamentais, sobretudo nos campos econômico e social. Para se ter idéia do vulto desse esforço, bastaria referir que, no último triênio, a publicação do "Anuário Estatístico

do Brasil" se vem antecipando cada vez mais Sendo entregue à circulação, tradicionalmente, até 1963, a 15 de dezembro, ganhou atualidade a partir de 1964 e este ano, foi entregue ao público na primeira quinzena de novembro Releva consignar que essa progressiva antecipação não foi obtida com prejuízo da quantidade e da qualidade das estatísticas divulgadas. Ao contrário, o "Anuário" se apresenta não só enriquecido de novos elencos de informações, como ostenta as séries habitualmente publicadas com maior grau de atualização

Vale mencionar alguns setores em que os resultados alcançados foram particularmente expressivos O incremento que se conseguiu dar, por exemplo, ao levantamento das estatísticas relativas à indústria de transformação permitiu que, nesta data, estivessem atualizados até o 1.º semestre do ano fluente, dados que, em 1964, se referiam a 1959

Digno de registro se afigura o impulso dado às estatísticas da construção civil, com a implantação do "Inquérito sobre Edificações", de periodicidade mensal, iniciado em 1965, nas Capitais brasileiras, e que, hoje, se estende também a outras 30 cidades de maior significação em todo o País Os resultados desse levantamento, nesta data atualizados até o mês de junho do ano em curso, vêm despertando o maior interesse entre os usuários do setor público e privado ligados aos problemas da habitação

Procurou-se ainda enveredar por caminhos novos, com a utilização de modernos métodos e processos de trabalho capazes de permitir a obtenção das informações estatísticas necessárias à realização de programas sócio-econômicos de larga amplitude e profundidade

"A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios", em pleno andamento, constitui, a esse respeito, exemplo da implantação de novos instrumentos de técnica estatística em nosso meio Para realização desse inquérito, que oferecerá indicadores expressivos, foi o país dividido em 6 Regiões: I — Guanabara e Rio de Janeiro, II — São Paulo; III — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, IV — Minas Gerais e Espírito Santo; V — Nordeste (do Maranhão a Bahia) e VI — Demais Unidades da Federação Em termos de unidades de investigação, a pesquisa em aprêço deverá atingir a cerca de 30 mil domicílios O sistema de implantação gradativa, iniciado no 1.º trimestre do ano corrente, já permitiu que se alcançasse a fase de enumeração trimestral para as regiões

I, II e III, enquanto já se aproxima dessa meta na região IV No primeiro trimestre do próximo ano, será a pesquisa implantada na V Região, que corresponde ao Nordeste.

A êsses promissores sinais de recuperação, representados por iniciativas surgidas na antiga Secretaria-Geral do CNE, há que juntar o trabalho honesto e persistente dos Serviços Federais de Estatística, no sentido de cumprirem as suas atribuições específicas. As contribuições dêsses órgãos para o "Anuário Estatístico do Brasil" atestam o esforço desenvolvido, como no campo, por exemplo, das estatísticas educacionais, que últimamente se apresentam com grau de atualização antes não atingido, ou no setor das estatísticas de comércio externo

Registre-se, ainda, a atividade intensa que vem sendo desenvolvida pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, para introduzir a técnica da amostragem nos levantamentos da produção agrícola

Meus senhores

É neste ambiente de esforço construtivo que se instala a CONPLANE, à qual fica entregue a tarefa mais relevante da ala estatística da Fundação IBGE Os levantamentos a serem realizados pelo sistema estatís-

tico centralizado na Fundação constarão do Plano Nacional de Estatísticas, a ser objeto de deliberação desta Comissão, de caráter anual e plurienal, compreendendo as estatísticas necessárias ao conhecimento da realidade nacional, nos seus principais aspectos E os levantamentos indispensáveis ao planejamento econômico-social e à segurança nacional, constituirão o Plano Nacional de Estatísticas Básicas, a ser definido por ato do Presidente da República, e cuja execução, direta ou mediante delegação, será de responsabilidade da Fundação IBGE — vale dizer, do Instituto Brasileiro de Estatística, que tem, neste Colegiado, a cúpula de sua coordenação técnica

Tenho a firme convicção de que os ilustres integrantes da CONPLANE — entre os quais vejo especialistas dos mais destacados, tanto no campo da Estatística como em outros setores de atividade, figuras da maior expressão de nossas Forças Armadas e da alta administração civil — saberão conduzir os trabalhos desta Comissão com a sabedoria e a experiência que trazem dos setores de origem, bem assim com o arraigado patriotismo de cada um, apanágio que certamente levará a uma harmoniosa conjugação de esforços para dar ao Brasil o melhor conhecimento possível de suas realidades e possibilidades, através dos levantamentos e estudos realizados pelo Sistema Estatístico Nacional"

1.^a FEIRA INDUSTRIAL DO CARIRI

Realizou-se na cidade de Juazeiro do Norte (CE), no período de 18 a 26 de novembro do ano findo, a 1.^a Feira Industrial do Cariri, que contou com a participação de todas as indústrias da Zona

A Inspeção Regional do Ceará, convidada pelos dirigentes da Feira,

organizou um "stand" das publicações editadas pela Fundação IBGE, considerado ponto alto de visitação.

Ao ato de encerramento da Feira compareceu o Inspetor Regional de Estatística do Ceará, Sr. Francisco Cronje da Silveira

BÔLSAS-DE-ESTUDO

A Fundação IBGE iniciou o programa de aperfeiçoamento no estrangeiro de seus técnicos da ala estatística, contemplada que foi com 3 (três) bôlsas-de-estudos para 1968, no Chile: uma para o Curso Básico do Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE), e que coube ao Sr. Walter Siqueira Filho, Estatístico lotado no

Serviço de Estatística da Educação e Cultura, e duas para o Curso de Técnicas Estatísticas do Centro Interamericano de Estatística (CIENES), que beneficiaram aos Senhores Antônio Pinto de Castro Lima (da Agência Distrital de Santo Antônio, Guanabara) e Raimundo Peixoto Costa (da Inspeção Regional de Estatística em Minas Gerais)

NOVAS INSTALAÇÕES DA INSPETORIA REGIONAL DE ESTATÍSTICA DO CEARÁ

As novas instalações da IR do Ceará foram oficialmente inauguradas no dia 29 de dezembro do ano findo. Adquirida no início de 1967, a nova sede da IR ocupa quatro andares do Edifício "Comércio e Indústria", na rua Major Facundo, 733, em Fortaleza. Após a bênção pelo Revdo. Tito Guedes Cavalcante, seguiu-se reunião informal na sala de leitura da "Biblioteca Tei-

xeira de Freitas", onde o IR Francisco Cronje da Silveira pronunciou breves palavras alusivas ao ato.

A solenidade contou com a presença de todos os servidores lotados em Fortaleza, além dos Agentes de Estatística dos municípios vizinhos, do Chefe do 1.º Distrito de Levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e do Síndico do Edifício.

ARTUR HEHL NEIVA



A morte do professor Artur Hehl Neiva, ocorrido no Rio a 9 de outubro de 1967, causou profunda consternação nos círculos culturais do país. Grande estudioso de problemas brasileiros, particularmente dos problemas demográficos, alcançou renome internacional com uma série de monografias e ensaios de apreciável consistência científica, bem assim por sua participação em reuniões e congressos. Desenvolveu constante atividade na cátedra universitária, exerceu postos de relevo na administração pública, foi membro de numerosas instituições técnicas, assistiu, como delegado nacional, a inúmeras conferências no estrangeiro, tendo deixado uma obra de mérito, pela extensão, unidade e qualidade.

O Prof Artur Hehl Neiva nasceu no Rio de Janeiro a 9 de junho de 1909. Fêz os estudos primários e secundários no Rio e em São Paulo. Curvou a Escola Politécnica do Rio de Ja-

neiro, obtendo o diploma de Engenheiro Civil em 1929. Engenheiro eletricitista pela Escola Nacional de Engenharia, em 1934, diplomou-se, ainda, pela Faculdade de Direito de Niterói, em 1937.

Foi professor da Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, professor de Demografia, de Introdução às Ciências Sociais e de Antropologia Física. Exerceu funções de membro do Conselho Técnico-Administrativo da citada Escola, da qual foi também diretor e vice-diretor entre 1959 e 1963.

Vários os cargos públicos que exerceu, no exercício dos quais demonstrou o alto nível de sua preparação intelectual. Inicialmente, foi Chefe do Gabinete do Secretário da Agricultura de São Paulo, Secretário da Interventoria da Bahia, Inspetor Federal do Ensino Secundário. Depois, Diretor de Administração do Departamento Federal de Segurança Pública, no Rio, Secretário-Geral e por várias vezes Presidente da Fundação Brasil, Assessor Técnico da Presidência da República de 1951 a 1952, Conselheiro do CIME para a América Latina, Secretário Executivo da Comissão Fulbrig de 1963 a 1967.

Dada a sua especialização em assuntos de demografia, participou da Comissão Interministerial de reforma da legislação imigratória em 1934 e da Comissão Interministerial de elaboração das leis sobre entrada, fixação, naturalização e expulsão de estrangeiros em 1938. Membro e por várias vezes presidente do Conselho de Imigração e Colonização, entre 1938 e 1947. Integrou também a Comissão Especial instituída, em 1944, pelo Conselho Federal do Comércio Exterior.

para estudar os problemas brasileiros de pós-guerra, bem como a Seção Especial de Imigração na Comissão de Planejamento Econômico, em 1945

Numerosas as instituições culturais de que foi membro Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Sociedade Brasileira de Geografia, Instituto Brasileiro de Economia, Sociedade Brasileira de Estatística, Associação Brasileira de Antropologia, Sociedade Brasileira de Economia Política, etc. Membro fundador da Fundação Getúlio Vargas, de cujo Conselho

Curador foi membro em 1959, da Associação Brasileira de Planejamento, do Instituto de Colonização Nacional, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Entre as entidades estrangeiras de que foi membro incluem-se a American Anthropological Association, American Academy of Political and Social, American Sociological Association, National Geographic Society, Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland.

Em outra seção da RBE, neste mesmo número, é publicada a bibliografia do prof Artur Hehl Neiva — **Valdemar Cavalcanti.**

CATÁLOGO DE PUBLICAÇÕES

PERIÓDICOS

| | |
|--------------------------------|-------------|
| Anuário Estatístico do Brasil: | |
| 1956 | NCr\$ 0,15 |
| 1957 | NCr\$ 0,22 |
| 1960 | NCr\$ 0,40 |
| 1961 | NCr\$ 0,60 |
| 1962 | NCr\$ 1,00 |
| 1963 | NCr\$ 1,20 |
| 1965 | NCr\$ 4,00 |
| 1966 | NCr\$ 6,00 |
| 1967 | NCr\$ 10,00 |

Boletim Estatístico

Revista Brasileira de Estatística

Revista Brasileira dos Municípios

| | |
|------------------------|------------|
| Assinatura anual | NCr\$ 2,80 |
| Número atrasado | NCr\$ 1,00 |
| Número avulso | NCr\$ 1,00 |

ECONOMIA E FINANÇAS

Comércio Exterior do Brasil, por mercadorias segundo os países:

| | |
|------------|------------|
| 1962 | NCr\$ 1,50 |
| 1961 | NCr\$ 4,00 |

Comércio Exterior do Brasil, por países segundo as mercadorias:

| | |
|------------|------------|
| 1962 | NCr\$ 2,60 |
| 1964 | NCr\$ 8,50 |

Comércio Exterior do Brasil — 1965:

| | |
|--------------------------|------------|
| Vol. I — Importação | NCr\$ 2,50 |
| " II — Exportação | NCr\$ 2,00 |

Comércio Exterior do Brasil — 1966:

| | |
|--------------------------|------------|
| Vol. I — Importação | NCr\$ 2,50 |
| " II — Exportação | NCr\$ 2,00 |

Movimento Bancário do Brasil, segundo as praças:

| | |
|-----------------|-------------|
| 1959/1960 | NCr\$ 0,35 |
| 1962 | NCr\$ 0,60 |
| 1963 | NCr\$ 2,50 |
| 1964 | NCr\$ 4,50 |
| 1965 | NCr\$ 6,50 |
| 1966 | NCr\$ 10,00 |

O Brasil em Números — 1966 NCr\$ 5,00

DESCONTOS

É concedido desconto de 30%, em todas as publicações, a funcionários do sistema estatístico-geográfico Brasileiro, sócios quites da Sociedade Brasileira de Estatística, professores, estudantes e livreiros, com pagamento à vista, sem consignação.

VENDAS NA GUANABARA:

As publicações acham-se à venda na Seção de Intercâmbio, Avenida Franklin Roosevelt, 146, loja A — ZC 39, Rio de Janeiro, GB, telefone 42-7142.

VENDAS NO INTERIOR:

Nos Estados e Territórios, as publicações do IBE poderão ser adquiridas nas sedes das respectivas Inspetorias Regionais de Estatística Municipal, localizadas nas Capitais.

VENDAS PARA O INTERIOR:

São efetuadas vendas mediante a remessa de pedidos endereçados ao Instituto Brasileiro de Estatística, Avenida Franklin Roosevelt, 146 — ZC 39, Rio de Janeiro, GB, para pagamento contra apresentação da fatura respectiva.

ESTUDOS DE ESTATÍSTICA

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Exercícios de Estatística (10. ^a edição) — Lauro Sodré Viveiros de Castro | NCr\$ 7,00 |
| Pontos de Estatística (14. ^a edição) — Lauro Sodré Viveiros de Castro | NCr\$ 7,00 |
| Normas de Apresentação Taku-lar — 1967 | NCr\$ 0,20 |

PUBLICAÇÕES AVULSAS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------|------------|
| Bibliografia Geográfico-Estatística Brasileira 1936/1950 ... | NCr\$ 0,13 |
| Brazil Today | NCr\$ 3,00 |
| Cadartro de Cartórios — 1966 | NCr\$ 0,40 |
| Cadastro Industrial da Guanabara — 1962 | NCr\$ 0,40 |
| Divisão Territorial do Brasil (Separata da R.B.M., números 73/74) | NCr\$ 0,40 |
| Ferrovias do Brasil | NCr\$ 0,10 |
| Indústrias de Transformação — Dados Gerais — Brasil — 1963/64 | NCr\$ 0,60 |
| Inqueritos Econômicos — 1965 | NCr\$ 0,65 |
| Manual do Agente Municipal de Estatística | NCr\$ 0,25 |
| Produção Industrial Brasileira: | |
| 1955 | NCr\$ 0,20 |
| 1956 | NCr\$ 0,20 |
| 1957 | NCr\$ 0,20 |
| 1958 | NCr\$ 0,30 |

PUBLICAÇÕES GRATUITAS

| |
|---------------------------------|
| Flagrantes Brasileiros |
| Monografias Municipais |
| O IBGE em 1966 |
| Brasil: Instantâneos |
| Brazil: A Statistical Glimpse |
| Brésil: Un Aperçu Statistique |
| Brasil: Un Bosquejo Estadístico |

FUNDAÇÃO IBGE

Presidente: SEBASTIÃO AGUIAR AYRES

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA

Diretor-Superintendente: RAUL ROMERO DE OLIVEIRA